



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX Nº 167, TERÇA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 2025

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**
Diretora da Secretaria de Atas e Diários**Paulo Max Cavalcante da Silva**
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de
Plenários**Ilana Trombka**
Diretora-Geral do Senado Federal**Quésia de Farias Cunha**
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar**Gleison Carneiro Gomes**
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen**Celso Dias dos Santos**
Diretor da Secretaria de Expediente

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 133ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 6 DE OUTUBRO DE 2025	
1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Dia Nacional da Pessoa Idosa, nos termos do Requerimento nº 42/2025, do Senador Paulo Paim e outros Senadores.	8
1.2.1 – Execução do Hino Nacional brasileiro.	8
1.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Paulo Paim)	8
1.2.3 – Oradores	
Senador Izalci Lucas	13
Sr. Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral Federal	15
Sr. Alexandre da Silva, Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos	17
Sr. Diego Cherulli, Presidente do Instituto Brasileiro Independente de Direito e Pesquisas em Previdência	20
Sra. Margô Gomes de Oliveira Karnikowski, Coordenadora do programa Universidade do Envelhecer da Universidade de Brasília	23
Sra. Maria Fabiana Damásio Passos, Diretora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz Brasília)	25
Sr. Ivair dos Santos, Sociólogo	28
Senadora Damares Alves	34
Sra. Antônio de Maria Farias Lima, integrante do Projeto Viver Bem	35
1.3 – ENCERRAMENTO	38
2 – ATA DA 134ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE OUTUBRO DE 2025	
2.1 – ABERTURA	40
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	



2.2.1 – Oradores

Senador Paulo Paim – Satisfação com o contato telefônico feito pelo Presidente Trump ao Presidente Lula, e expectativa de reaproximação dos Estados Unidos com o Brasil. Celebração pela aprovação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 1087/2025, que estabelece isenção do imposto de renda para rendimentos de até R\$ 5 mil e redução escalonada de rendimentos até R\$ 7.350. Defesa da aprovação da referida proposição pelo Senado Federal. 40

Senador Confúcio Moura – Defesa da correção de injustiças sofridas por servidores dos antigos territórios federais, especialmente professores de Rondônia que perderam a gratificação de dedicação exclusiva. Relato histórico das dificuldades enfrentadas por esses profissionais pioneiros e reconhecimento ao trabalho dos sindicatos e da Ministra da Gestão, Sra. Esther Dweck, pela condução técnica e humanizada do tema. 44

2.2.2 – Convocação de sessões

Convocação de sessão especial para 7 de outubro, às 10 horas, em alusão às vítimas dos ataques terroristas do Hamas contra a população civil de Israel na Faixa de Gaza. 47

Convocação de sessão deliberativa ordinária para 7 de outubro, às 14 horas. 47

2.3 – ENCERRAMENTO 48

PARTE II**3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS****3.1 – EXPEDIENTE****3.1.1 – Comunicações**

Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, de substituição de membro em diversas Comissões Permanentes (**Ofício nº 98/2025**). 50

Da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Sociais (**Ofício nº 98/2025**). 51

Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, de indicação de membro para integrar a Comissão de Defesa da Democracia e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (**Ofício nº 100/2025**). 52

Da Liderança do Bloco Parlamentar Pelo Brasil, de indicação de membro para integrar a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (**Ofício nº 28/2025**). 53

3.1.2 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 269/2024, que *aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Remoção de Destroços, adotada em 2007, no âmbito da Organização Marítima Internacional*. 55

Projeto de Decreto Legislativo nº 317/2024, que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Nova York, em 22 de setembro de 2022*. 79



Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 269 e 317/2024.

98

Projeto de Lei nº 2562/2025, que altera a Lei nº 6.791, de 9 de junho de 1980, para modificar a data do Dia Nacional da Mulher e incluir o Dia Internacional da Mulher no calendário nacional de datas comemorativas; e institui o Dia Nacional das Meninas e inclui o Dia Internacional das Meninas no calendário nacional de datas comemorativas.

99

Projeto de Lei nº 4962/2025 (nº 2694/2015, na Câmara dos Deputados), que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas em unidades penais.

104

3.1.3 – Ofício do Ministério da Fazenda

Nº 58184/2025, na origem, em resposta ao Requerimento nº 559/2025, do Senador Laércio Oliveira.

110

3.1.4 – Projeto de Lei

Nº 4963/2025, do Senador Flávio Bolsonaro, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para acrescentar parágrafos ao art. 272, e modifica a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir entre os crimes hediondos as hipóteses qualificadas de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância, produto alimentício ou bebidas destinadas a consumo com resultado lesão grave ou morte.

112

3.1.5 – Requerimentos

Nº 744/2025, da Senadora Dra. Eudócia e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Radiologista; os 130 anos da descoberta dos Raios X; e os 40 anos da regulamentação da profissão de Técnico em Radiologia.

118

Nº 745/2025, da Liderança do REPUBLICANOS, requer, pela Liderança do Republicanos, destaque para votação em separado da supressão do inciso XVII do artigo 4º do substitutivo aprovado pelo Senado Federal, feita pelo substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados.

121

3.1.6 – Término de Prazos

Término do prazo, em 3 de outubro, com apresentação de uma emenda, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 6172/2023.

126

Término do prazo, em 3 de outubro, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 2460/2022.

131

PARTE III

4 – ATA DO CONSELHO DA COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN

Ata da 1ª Reunião, realizada em 24 de setembro de 2025

133

5 – ATA DO CONSELHO DO GRUPO PARLAMENTAR DE RELACIONAMENTO COM O BRICS

Ata da 1ª Reunião, realizada em 24 de setembro de 2025

139



**6 – ATA DO CONSELHO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS TERRAS RARAS
BRASILEIRAS**

Ata da 1ª Reunião, realizada em 1º de outubro de 2025 160

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 166

8 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 169

9 – LIDERANÇAS 170

10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 173

11 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 178

12 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 181

13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 227



Ata da 133ª Sessão, Especial,
em 6 de outubro de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 4 minutos e encerra-se às 12 horas e 27 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 42 de 2025, de nossa autoria e de outros Senadores e Senadoras, aprovado pelo Senado Federal.

Agradeço ao Presidente Davi Alcolumbre, que foi um dos primeiros a assinar o documento.

A sessão é destinada a comemorar o Dia Nacional da Pessoa Idosa.

Convido para compor à mesa desta sessão especial os seguintes convidados: Senador Izalci, que é Senador por Brasília e que já está aqui ao meu lado. (*Palmas.*)

Sr. Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral Federal. (*Palmas.*)

Sr. Alexandre da Silva, Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Sra. Maria Fabiana Damásio, Diretora da Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz/Brasília. (*Palmas.*)

Sra. Margô Gomes de Oliveira Karnikowski, Coordenadora do Programa Universidade do Envelhecer da querida Universidade de Brasília, parceira deste evento. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sr. Diego Cherulli, Presidente do Instituto Brasileiro Independente de Direitos e Pesquisas em Previdência.

Com muito carinho, agradeço já ao Diego Cherulli, que foi quem me convidou para fazer a fala de abertura, junto com outros convidados, claro, daquele grande evento lá sobre a Previdência, não é, Diego? E eu tive a oportunidade de poder lá me pronunciar sobre a importância de valorizar a Previdência e os aposentados e pensionistas.

A Presidência informa que esta sessão terá também a participação dos seguintes convidados: Sr. Ivair dos Santos, sociólogo, e Sra. Antônia de Maria Farias, integrante do Projeto Viver Bem.

Como na mesa não tinha mais espaço, na hora da fala deles, eles vão para a tribuna, e, como sempre, alguns vão ter que sair mais cedo aqui da mesa – é o seu caso, não é, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Quando ele tiver que sair, elas podem assumir. Ele vai falar logo após a minha fala.

O.k.? Vamos iniciar? Muito bem.

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar - Presidente.) – Senhoras e senhores, convidados que estão no Plenário neste dia histórico e aqueles também que estão na galeria visitando o Congresso, que é o coração da democracia... Eu queria que nós no Plenário déssemos uma salva de palmas para eles que estão na galeria. (*Palmas.*)

A assessoria funcionou aqui, rapidamente: registramos a presença na galeria dos alunos do curso de Direito do Centro Universitário Vale do Cricaré, da cidade de São Mateus, aqui conosco. Então, meus cumprimentos. (*Palmas.*)

Vamos, neste momento, à fala de abertura, como é de praxe, em que eu falo em nome dos Senadores e Senadoras, como Presidente deste momento do Senado da República.

Senhoras e senhores, em minhas palavras iniciais, eu me lembro aqui do poeta gaúcho Mario Quintana:



O espírito é variável como o vento,
mais coerente é o corpo, e mais discreto...
Mudaste muita vez de pensamento,
mas nunca de teu [...] [vizinho] predileto.

Estamos reunidos hoje nesta sessão especial do Senado Federal para celebrar o Dia Nacional da Pessoa Idosa, 1º de outubro. É uma data de reflexão e também de compromisso. Foi instituída pela Lei 11.433, de 2006, em referência ao Dia Internacional do Idoso estabelecido pela ONU. No Brasil, a data também remete à sanção do Estatuto da Pessoa Idosa, Lei 10.741, de 2003, de nossa autoria, sancionada pelo Presidente Lula.

Desse dia histórico lembro-me eu como se fosse hoje. No Palácio do Planalto, o Presidente Lula me passou a palavra; eu fiz um pronunciamento, confesso, de coração e alma, em que acabei declamando parte da canção de Sérgio Bittencourt Naquela Mesa:

Naquela mesa ele juntava gente
e contava contente o que fez de manhã
e nos seus olhos era tanto brilho
que mais que seu filho eu fiquei seu fã
[...]
Naquela mesa tá faltando ele
E a saudade dele tá doendo em mim

Ao declamar naquele dia – cantar eu não cantei, eu declamei essa parte de uma bela canção –, confesso que me lembrei, com muita emoção, dos meus falecidos pais, Ignácio e Itália Paim. E, ao me lembrar desses, eu queria, junto com vocês, em homenagem a todos os nossos entes queridos que já estão em um outro espaço – creio eu que com Deus –, a eles dar uma salva de palmas. Que lá do alto eles sintam essa energia de nós outros aqui. (*Palmas.*)

O Presidente Lula fez também um discurso emocionado, que consta na cartilha em que vocês receberam, o Estatuto do Idoso. Isso aqui é uma cartilha que foi impressa já há muito tempo. Está tanto o meu pronunciamento como o do Presidente Lula.

Enfim, vamos em frente.

Senhoras e senhores, o Brasil tem hoje 213,4 milhões de habitantes. Desses, 15,8% têm 60 anos ou mais, o que representa cerca de 32,9 milhões de pessoas. Já a faixa de 65 anos ou mais corresponde a 10,9% da população, aproximadamente 22,2 milhões de brasileiros e brasileiras. Pela primeira vez, a população idosa (60+) ultrapassa a população jovem, de 15 a 24 anos.

Outro dado relevante: cerca de 70% dos idosos dependem exclusivamente do SUS para a atenção à saúde. Vejam todos a importância da saúde pública.

Segundo o IBGE, o envelhecimento será cada vez mais intenso. Mantidas as tendências atuais, em 45 anos, quase 40% da população terá mais de 60 anos, o que significará mais de 75 milhões de idosos.

Esse panorama revela um desafio imenso. O envelhecimento acelerado exige que adaptemos as políticas públicas.

O Estatuto da Pessoa Idosa foi resultado de mais de dez anos de debates com a sociedade civil. Representa um marco. Ele garante direitos fundamentais: prioridade em serviços, acesso à saúde, alimentação, educação, cultura, lazer, trabalho, previdência, assistência social, transporte e habitação.



Também ele fortalece a luta dos crimes contra os idosos: maus-tratos, discriminação, abandono, coação, apropriação de bens. Enfim, são 118 artigos que deram ao idoso respaldo legal para exigir respeito, seja em um posto de saúde, seja em uma fila de banco, seja nos tribunais. E isso gerou mudanças concretas: vagas de estacionamento, academias ao ar livre, prioridade na restituição do Imposto de Renda, superprioridade para maiores de 80 anos. Tudo isso fortaleceu – e é claro que aqui eu fiz um resumo – a autoestima dos idosos e consolidou a ideia de que envelhecer não é perder direitos.

O estatuto também estimulou a criação dos Conselhos dos Direitos da Pessoa Idosa e do Fundo Nacional da Pessoa Idosa, ampliando, assim, a participação social e o controle democrático das políticas públicas.

Trouxe ainda um avanço histórico: o reconhecimento da violência contra a pessoa idosa como crime. É cadeia. Antes, muitos casos eram tratados como questões domésticas, problema da família. Hoje não: há um instrumento de denúncia e punição.

Entretanto, surgiram novos desafios.

Algumas das principais formas de violência atual são os golpes digitais, fraudes bancárias, falsos empréstimos, mensagens fraudulentas... Tem até uma CPI aqui que há de apontar quem se apropriou covardemente do dinheiro dos idosos, com muitas associações falsas, que não existem, mas a CPI vai apontar um caminho, tenho certeza, e o Governo Lula já está devolvendo o dinheiro – e aqui, naturalmente, o representante do Governo vai falar – para aqueles que demonstrarem que realmente foram surrupiados, foram assaltados, foram roubados.

É urgente reforçar a responsabilidade também de bancos e operadoras de plataformas, além de promover campanhas de alfabetização digital voltadas à população idosa.

O envelhecimento ativo hoje também significa segurança do mundo virtual, e a sociedade civil tem papel fundamental: conselhos municipais, estaduais, Conselho Nacional, são espaços para que a voz da pessoa idosa seja ouvida. ONGs oferecem acolhimento, assistência jurídica, atividades culturais e proteção contra abusos.

Sublinho aqui alguns projetos de lei que atualmente tramitam aqui nesta Casa e vão complementar tudo que está escrito no Estatuto da Pessoa Idosa.

Projeto de Lei 74, de 2023: este é de minha autoria e prevê a exigência de assinatura física em contratos de créditos feitos hoje por telefone, pela internet – e sabemos o que é que deu, e por isso estamos, neste momento, com a situação muito difícil nos empréstimos consignados e o desvio de associações falsas, que dizem que o camarada, que o idoso liberou para que ele fosse sócio –, justamente para proteger as pessoas idosas dos golpes, que se multiplicam todo dia.

Projeto de Lei 2.760, de 2024, relatoria, modalidade de acolhimento diurno para apoiar famílias que cuidam da pessoa idosa.

O Projeto de Lei 3.411, relatoria também, que propõe a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa – eu disse relatoria, porque hoje eu sou Relator.

A previdência tem um papel fundamental na vida dos idosos. Grande número de idosos depende dela como principal e, muitas vezes, a única fonte de recurso, de renda. A aposentadoria assegura que, mesmo após perderem a capacidade de trabalhar de forma plena, os idosos tenham condições mínimas de sobrevivência. Para milhões de brasileiros, o benefício previdenciário é a única fonte de renda da família. Sem a previdência, o índice de pobreza entre idosos seria muito, muito mais alto.

Estudos apontam que os benefícios previdenciários têm efeito direto na redução das desigualdades sociais. A previdência garante mais do que a renda, assegura o direito a envelhecer com dignidade, representa a segurança contra riscos sociais como invalidez, morte do provedor e falta de renda. Em muitos lares, a aposentadoria do idoso sustenta filhos e netos, especialmente em períodos de crise econômica e



desemprego. O benefício contribui para movimentar a economia local, sobretudo, em pequenas cidades.

A Constituição de 1988 reconhece a previdência como direito de cidadania e dever do Estado, integrando o sistema de Seguridade Social ao lado da saúde e da assistência. Eu estava lá, eu participei dessa construção, eu fui Constituinte. Tenho orgulho de ter participado da Assembleia Nacional Constituinte, presidida pelo inesquecível Ulysses Guimarães. Estavam lá outros grandes líderes que, se eu fosse citar todos aqui, não teria espaço, mas eu dou palmas a quem presidiu a Assembleia Nacional Constituinte, o inesquecível Ulysses Guimarães. (*Palmas.*)

Para aumentar a arrecadação da previdência, guardem essa expressão e a redação que eu dei aqui: para aumentar a arrecadação da previdência, eu defendo que a contribuição do empregador incida sobre o faturamento e não sobre a folha de pagamento. Só vou dar um exemplo: os bancos cada vez empregam menos, devido às novas tecnologias, hoje a gente faz quase tudo pelo celular. E há cada vez menos trabalhadores. Quem tinha 200, tem menos que 100; quem tinha 100, tem menos que 50. Então, se a folha de pagamento é cada vez mais diminuída, os que mais faturam – estou dando o exemplo dos bancos e dos que empregam menos – têm que pagar mais.

Vou além. Estamos com um problema seriíssimo – e fiz um debate neste Plenário já –: a tal da pejetização do mundo do trabalho. Eles não contribuem para a previdência e têm muitos dos direitos da CLT diminuídos. Eu vou usar aqui o problema que apresentei, e temos outros problemas que falseiam o mundo do trabalho. Muitos dos MEIs – não são todos e nem todos PJs –, estou falando daqueles que... Tem supermercado que tem PJ para carregar caixa. Calculem. Temos ainda a terceirização, inclusive, na atividade-fim.

Bom, especialistas alertam que a previdência poderá perder bilhões. A Fundação Getulio Vargas fala em 144 bilhões nos últimos dez anos com a pejetização dos MEIs. A previdência social é muito mais do que um benefício financeiro, é um instrumento de justiça social que protege os nossos idosos, sustenta famílias e fortalece o pacto de solidariedade entre gerações.

Na segunda-feira passada, tivemos aqui uma sessão temática sobre o mundo do trabalho. O objetivo foi alertar, ampliar a discussão e compreender como é delicado o amanhã, se nós não ajustarmos essa caminhada em relação à própria intermediação irregular e à pejetização; impactam o acesso direto aos direitos trabalhistas, aumentam a informalidade e comprometem a sustentabilidade da nossa Previdência.

Olha o dado que eu vou dar aqui, porque ele falou desta mesa e falou daquela tribuna. O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Vieira de Mello Filho, da tribuna dirigiu-se ao Plenário e a todos a que estavam assistindo, no Brasil todo, como assistem hoje, e fez a seguinte pergunta: “Se esse dado, e vamos perder bilhões e bilhões... quem vai pagar a previdência? Quem vai manter a nossa previdência? Quem vai ser o responsável pelas gerações futuras?” – e até pela geração presente, porque, se saem do caixa da previdência, ou não entram mais no caixa da previdência bilhões, o que que alguns vão apontar? “Ah, só tem uma saída, privatizar a previdência”, e eu sou radicalmente contra.

Nesta sessão, eu disse que essa situação poderá levar – com todos os que falaram aqui, e nós vamos transformar num livro de todos os convidados que falaram naquela sessão –, aí sim, à falência da nossa previdência. E nós sabemos quem perde se isso acontecer. Não deixaremos acontecer, com um apoio muito forte, tenho certeza, de vocês. Não vão, não vão conseguir falir a nossa previdência.

Vamos em frente para concluir.

Na minha avaliação, há um movimento, não de setor específico, não estou aqui acusando ninguém, que sonha em privatizar a previdência; tentaram lá atrás, o Congresso não permitiu, derrubou.

Nessa visão, que já foi adotada no Chile, a chamada capitalização, se pergunta mais uma vez, como ficará o trabalhador? Adotará uma poupança? E quem não tiver condição de fazer uma poupança? Lá no Chile, com a capitalização – essa expressão não é minha –, eles deram com os burros n’água, e estão



voltando atrás.

Se depender, eu tenho certeza, de nós todos – de nós todos –, não haverá privatização da previdência. Faremos o bom combate aqui no Congresso Nacional, e eu tenho certeza de que teremos também o apoio do Executivo para este debate.

Termino.

Diz um provérbio chinês: “Aquele que garante o bem-estar dos outros garante o próprio”. É disto que falamos: respeito, dignidade, solidariedade, sabedoria, generosidade. Sempre defendi que a velhice deve ser vista como a idade da vivência e da experiência; jamais, jamais como um tempo perdido.

Se não estivermos preparados para essa realidade, corremos o risco de construir uma sociedade solitária e carente de direitos. De nada valem as leis se não forem cumpridas e se não tiverem responsabilidade social, se não tiverem uma visão humanitária para todo o nosso povo.

O Estatuto da Pessoa Idosa é a realização de um sonho, mas cabe a todos nós garantir que esse sonho se torne prática cotidiana. É bom lembrar, por justiça, que eu não invento leis. Foi um senhor idoso do Rio de Janeiro que me mandou uma cartinha – eu era ainda Deputado. Ele disse: “eu mandei a cartinha para muitas pessoas, mas ninguém me deu retorno”. E eu mandei o retorno para ele, dizendo que nós íamos construir com a sociedade o Estatuto do Idoso, e assim o fizemos. Eu consegui ainda ir ao Rio de Janeiro, onde recebemos a homenagem na Assembleia Legislativa, articulada pelo filho dele, porque ele já tinha falecido, infelizmente.

Tratar bem nossos idosos é sinal de humanidade, é um dos mais fortes índices de civilização e respeito ao próximo. Recordo aqui, nesse fechamento, de um verso de Piero Franco:

Velho, meu querido velho
Agora caminhas lento
Como perdoando o vento
Eu sou o teu sangue, meu velho
Sou o teu silêncio e o teu tempo.

Por fim, meus agradecimentos aqui ao Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, à Mesa do Senado, à Senadora Leila e a todos aqueles que ajudaram no encaminhamento do requerimento e votaram de forma favorável – o Izalci, como a Damares, também votaram favorável. Agradeço a todos os Senadores e Senadoras, à Diretora-Geral, Ilana, na pessoa de quem agradeço a todos os servidores e ao Chefe do Serviço de Transporte, Marcelo Monteiro. Quero deixar aqui o meu carinho a todos vocês.

O meu abraço a todos os idosos que estão aqui e aos do nosso país. Idosos e idosas, podem crer, vocês são a nossa referência, vocês são os verdadeiros construtores desta nação. A vocês de todos os 26 estados e do DF, eu quero dizer, como a frase final, que vocês são os nossos heróis.

Peço aqui, neste encerramento, uma grande salva de palmas, um beijo no coração de vocês, vocês, vocês, vocês, que são os nossos heróis. Uma salva de palmas, e essas palmas – peço que todos fiquem de pé, e não é para o meu discurso; deixo bem claro, não é para o meu discurso – fortes têm que ser para todos os idosos e idosas do nosso país! (*Palmas.*)

Cumprimento os visitantes que estão nas galerias. Ali vejo – e é bom ver – o encontro de gerações: jovens, idosos, aquele bebê lá, que representa o encontro de gerações, muito bem demonstrado não só por quem está no Plenário, mas por vocês nas galerias. Homens de barba e cabelos brancos, que nem eu, vejo lá também. A vocês eu quero também cumprimentar pela simbologia. (*Palmas.*)

Representando o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a Coordenadora de Projetos do Departamento de Proteção Social Especial, Sra. Cristina Jinkings Sant’ana.

O Senador Izalci foi à tribuna, mas ele falou comigo. É porque ele tem que sair de imediato. Eu sei



que a doutora vai entender.

Senador Izalci, por favor.

Cada convidado terá o tempo de cinco minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, ao mesmo tempo em que o parabenizo pela iniciativa, quero dizer da alegria de estar aqui neste momento, comemorando ou pelo menos refletindo um pouco sobre o Dia Nacional da Pessoa Idosa.

Aqui, não estamos legislando em causa própria – né, Paim? –, mas já estamos nessa fase. Então, temos que ter uma atenção especial para todos.

Cumprimento o Leonardo Cardoso de Magalhães, nosso Defensor Público-Geral Federal; o Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Alexandre da Silva; a nossa Diretora da Fiocruz, Maria Fabiana; o Presidente do Instituto Brasileiro Independente de Direito e Pesquisas em Previdência e Diretor de Assuntos Parlamentares do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Diego Cherulli; a Coordenadora e fundadora do Programa Universidade do Envelhecer (UniSER), Margô Gomes de Oliveira.

Cumprimento cada um dos professores e idosos aqui, convidados.

Eu preparei, Paim, um discurso muito bonito, mas depois da sua fala, eu acho que merece uma reflexão um pouco maior com relação ao que foi colocado aqui.

De fato, a gente vive um momento muito difícil para as pessoas idosas.

Paim, eu falo que a nossa geração é a geração sem a coxa do frango. Quando eu era criança, na minha casa, a minha mãe preparava o frango, mas você tinha que aguardar todo mundo comer primeiro, os mais velhos, os vizinhos, as visitas. Sobravam o pezinho e a asinha. Não era assim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu peguei esse tempo também. O pessoal riu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Hoje, quando, lá em casa, fazem frango, quando eu vou comer, já comeram há muito tempo. Sobraram só o pezinho e a asinha. Então, nós somos a geração sem a coxa do frango.

Nós perdemos muito, acredito que seja pela educação, esse respeito às pessoas idosas, às pessoas mais velhas, às pessoas com deficiência. Ninguém respeita mais nada. Você vai nos ônibus, lotados, ninguém cede o lugar para ninguém.

Uma mãe cuida de dez filhos, e, muitas vezes, dez filhos não cuidam de uma mãe.

A gente vê isso sempre, a gente visita muito os asilos e a gente percebe muitas pessoas idosas abandonadas pela família, que pagam lá, muitas vezes, ou não pagam ou dão a aposentadoria, mas vivem assim em muita dificuldade.

Então, a gente está perdendo muito esse respeito, essa questão de dignidade da pessoa.

Inclusive, parabenizo a UnB, que fez o primeiro Vestibular 60mais, porque o que acontece hoje é que nós estamos vivendo mais. Hoje tem pessoas vivendo 100 anos.

Olha, se nós somos idosos já e aposentamos com 60 anos, temos 40 anos pela frente. Será que os governantes acham que nós vamos ficar à frente de uma televisão, assistindo televisão durante 40 anos?

Então, falta, neste país, uma política pública para a terceira idade. Para as outras também, porque Governo existe para cuidar das pessoas, e essas pessoas têm suas fases.

Você tem o pré-natal: quem dera nós tivéssemos políticas públicas para que todas as grávidas tivessem uma assistência do governo; as crianças nasceriam muito mais saudáveis. Uma política pública para a primeira infância, que é a fase mais importante do cidadão, na qual você tem o desenvolvimento cognitivo, da coordenação motora, alfabetização, coisa que nós não temos hoje. Nem todas as crianças têm acesso a creche e a educação infantil. Depois vem a adolescência, que é uma fase especial, depois vem



a juventude, depois vem o adulto e depois vem o idoso.

Quais são as políticas públicas que nós temos hoje no Brasil para os idosos? Nada. Nada. E ainda somos desrespeitados, e muitas vezes – estão vendo aí, o Senador Paim disse claramente... Participo lá da CPMI do roubo que houve do INSS, bilhões e bilhões foram assaltados de pessoas, muitas delas aposentadas, idosas, inválidas, com muitos problemas. Da mesma forma, na era tecnológica, eu, que fui Secretário por dois mandatos, Paim, vejo os golpes que são feitos diariamente. Eu consegui aprovar uma lei aqui ampliando a pena para os crimes cibernéticos quando são cometidos contra a terceira idade, contra as pessoas idosas. Nós dobramos a pena, exatamente porque hoje as maiores vítimas são os idosos.

Então, a gente precisa refletir nisso e garantir que, a esses aposentados, tenha recursos para pagá-los; porque na aposentadoria nossa, infelizmente, quem trabalha paga o aposentado. Esse é o sistema, não há uma poupança, não há um recurso especial aplicado para investir na aposentadoria, não. À medida que se vai arrecadando, vai pagando. Só que nós tínhamos antes uma pirâmide, com uma base muito grande de trabalhadores e poucos aposentados. A pirâmide se inverteu. Hoje nós temos muitos aposentados e poucos contribuindo, seja pela questão da pejetização, seja pelo sistema MEI, pelo empreendedorismo, ninguém quer ser mais “carteira assinada”.

Então tem uma série de dificuldades pelas quais a previdência deixa de arrecadar. E, daqui a pouco, como nós vamos fazer para pagar os aposentados e pensionistas?

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então cabe a nós aqui, Parlamentares, aos governantes, buscar alternativas para isso. Nós não podemos desconsiderar o trabalho que foi feito por nós todos, vocês também, durante todo esse tempo; e agora, na hora de descansar, de viajar, de curtir um pouco a vida, a gente não tem a garantia dos nossos direitos.

Então, contem comigo.

Parabéns, Paim, pela iniciativa!

Os idosos merecem, realmente, todo o nosso respeito, nosso carinho e muita política pública para que eles tenham a melhor qualidade de vida.

Muito obrigado e parabéns a todos! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Senador Izalci Lucas. Meus cumprimentos, Senador Izalci.

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral Federal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Onde você escolher, Dr. Leonardo Cardoso de Magalhães.

Permita-me, deixe que eu diga aqui para ele que eu tenho muito orgulho de ter votado aqui... Eu acho que você deve ser o primeiro negro que...

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES *(Fora do microfone.)* – É, o primeiro Defensor-Geral da União negro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O primeiro negro Defensor-Geral da União. Concursado, guerreiro, lutador. Aceite as nossas palmas. *(Palmas.)*

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES *(Fora do microfone.)* – Eu que agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E vai ser reeleito,



né?

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – Eu sempre fui reeleito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, tá. Porque eu estava fazendo campanha. (*Risos.*)

Já foi reeleito. Eu em plena campanha há poucos dias, e ele já foi reeleito, e por uma votação esmagadora, pelo que me falaram.

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – Foram 75% de aprovação na carreira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ele já recebeu 75% dos votos.

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – Agora está com o nosso Presidente para a lista tríplice, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ah, mas fique tranquilo, vai dar tudo certo.

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES (Para discursar.) – Tenho certeza, se Deus quiser.

Bom, é muita satisfação, Senador Paim, um amigo, e uma honra estar nesta tribuna, para, em nome da Defensoria Pública da União, falar um pouquinho sobre o trabalho que a gente tem feito na promoção e na proteção dos direitos das pessoas idosas.

O Brasil vive um momento de envelhecimento – como foi muito bem dito, nós temos aí... o IBGE já aponta mais de 30 milhões de brasileiros e brasileiras com idade superior a 60 anos –, e isso demanda de nós, das instituições do Estado que promovem e protegem direitos humanos, uma visão centrada também nas políticas públicas estruturantes para a população.

E esse cenário exige que essas políticas, esse respeito, sejam fundamentais para que ninguém fique para trás. A Constituição, lá no art. 230, diz que o idoso, a pessoa idosa merece especial proteção do Estado, e é dever da sociedade, é dever do Estado amparar, assegurar a participação comunitária, a dignidade e o bem-estar, e é nesse sentido que a Defensoria Pública tem trabalhado no Brasil, para que envelhecer no Brasil não seja sinônimo de vulnerabilidade, de isolamento ou de violação de direitos.

No campo previdenciário, a Defensoria Pública se centra diariamente, dentro do programa DPU nas Comunidades, no acesso aos benefícios básicos: a aposentadorias, ao BPC, ao Loas. Atuamos decisivamente... E aí eu ressalto, Senador: foi um acordo nacional celebrado entre a Advocacia-Geral da União, o INSS, a Defensoria Pública da União, o Ministério Público Federal e o Conselho da Ordem, que permitiu o ressarcimento integral de todos aqueles aposentados e pensionistas que foram fraudados pelos descontos do INSS, nas aposentadorias. (*Palmas.*)

Então, isso demonstra como o Governo Federal está voltado à política de entregar direitos para quem tem direito e como as instituições do Estado estão, de fato, convergindo para que, sem ação judicial, a gente possa ter o ressarcimento amplo desses idosos e dessas pessoas que foram, ao longo do tempo, fraudadas e estão agora recebendo, nos seus benefícios, os valores que foram retirados indevidamente.

Então, eu fico muito feliz de ter feito parte, enquanto Defensor-Geral da União, dessa iniciativa para que as pessoas possam ter acesso aos seus benefícios, possam ter o ressarcimento, a sua indenização por aqueles valores de maneira administrativa. Isso avança muito. E foi neste Governo que nós percebemos esse avanço, esse olhar efetivo, concretizador de direitos.

No campo da saúde, nós também atuamos na promoção. Ano passado, quando teve a situação do aumento dos valores dos planos de saúde, que avançou muito em relação às pessoas idosas, às crianças e aos adolescentes, a Defensoria Pública estava ali. Nós também vamos propor e temos proposto ações complexas para que esses idosos tenham direito às ações de saúde complexas. Nós também vamos propor



e temos proposto ações complexas, para que esses idosos tenham direito às ações de saúde complexas; que o Estado brasileiro seja capaz e sensível de atender às necessidades da população idosa.

(Soa a campanha.)

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – Nós firmamos parcerias, realizamos mutirões de atendimento para que a Defensoria Pública possa chegar. Por isso é que o compromisso coletivo é reforçado pelo trabalho dos nossos grupos nacionais de trabalho das pessoas idosas, que dialogam com órgãos de controle, com os movimentos sociais, com as universidades, para garantir uma atuação concreta, integral, multissistêmica.

Nossa ação está alicerçada no Estatuto do Idoso, e eu fico muito feliz que completamos aí 22 anos do Estatuto do Idoso, um marco civilizatório que assegura prioridade e proteção integral a essa população. Mas nós sabemos que a lei sozinha não basta: é preciso presença ativa do Estado para fazer valer esses direitos, sobretudo diante de violações persistentes, como a violência doméstica, a discriminação etária, o abandono e também a exclusão digital.

Defender a pessoa idosa é defender a memória viva de um país; é reconhecer quem construiu nossas instituições, nossa economia e nossa cultura; é garantir que ninguém seja invisibilizado quando mais precisa de cuidado e de dignidade; é assegurar que cada cidadão possa envelhecer com autonomia, com respeito e voz ativa.

A Defensoria reafirma aqui, então, seu compromisso inabalável de estar onde a vulnerabilidade se manifesta, seja nos rincões do nosso país, seja nos grandes centros urbanos, para que o envelhecimento no Brasil seja sinônimo de dignidade e não de abandono.

Que esta sessão solene, Senador, fortaleça a consciência coletiva de que proteger a pessoa idosa é proteger o futuro de todos nós. Uma sociedade que respeita quem envelhece é uma sociedade mais justa, mais humana e democrática.

Contem com a Defensoria Pública da União para a inclusão previdenciária, para as ações de saúde, para a defesa ampla dos seus direitos. É para isso que a Defensoria Pública, seja da União, seja dos estados, foi estabelecida e instituída pela Constituição.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos, Dr. Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral, pela sua fala, brilhante como sempre! Eu já estive acho que uns 30 a 50 eventos juntos, e você continua o mesmo.

Eu queria registrar a presença aqui na mesa deste cidadão muito querido e respeitado em todo o Brasil, que é o Sr. Ivair dos Santos. Ele é sociólogo. Estava sentadinho, quietinho ali, né? *(Palmas.)*

Concedo a palavra, neste momento, ao Sr. Alexandre da Silva, Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, do Ministério dos Direitos Humanos. Meus cumprimentos, Alexandre! *(Palmas.)*

Ele tem feito também um trabalho brilhante naquela área. Já nos encontramos acho que uma dezena de vezes – né? – no meu gabinete.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mas me convide que eu vou lá também. *(Risos.)*

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – Eu ia falar isso agora. Está feito o convite para o senhor ir lá visitar. A sala está maior, tem café, tem água, tem abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem!

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – Muito obrigado, mais uma vez, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Você é um



símbolo das nossas lutas, você pode crer.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (Para discursar.) – Oh, que bom, viu? E você não sabe a alegria que é estar aqui do lado do Sr. Ivair também, de pessoas que eu tenho como referência. Conviver com vocês no mesmo período geracional, histórico, é algo muito bonito. Eu estou lembrando que eu vim aqui com os meus pais para visitar e agora eu estou aqui sentado ao lado de vocês. Uau, é muito bom, muito bom! Muito obrigado. (*Palmas.*)

É o sonho sendo concretizado.

Bem, quero agradecer mais uma vez o convite ao Senador Paim; também ao Senador Izalci, que precisou se retirar; ao Defensor Leonardo, ao qual já faço um convite para que a gente possa conversar um pouco mais sobre a Renadi – seria muito bom ter a Defensoria ao nosso lado –; também à colega e tão atuante Diretora da Fiocruz, Maria Fabiana Damásio; também ao Diego; e também à Margô, que é uma outra parceira de também ações que nós temos lá na secretaria.

“O que foi justo para os nossos bisavós, hoje pode ser injusto para nós” – quem falou isso foi uma senhora de 71 anos que é Ministra do Supremo Tribunal Federal: Cármen Lúcia. Isso é para a gente lembrar a importância de estarmos aqui hoje e saber que muito daquilo que parecia justo e o máximo para os nossos bisavós, hoje é insuficiente e talvez um espaço de violação para a nossa geração atual.

Eu quero aqui falar também um pouco sobre a perspectiva que nós temos a respeito do envelhecer.

Tem um poeta de que eu gosto muito, Carlos Drummond de Andrade, que tem um poema que é um pouco nostálgico, sabe? Mas tem um trecho, que eu quis tirar aqui, em que ele fala o seguinte: “Tenho vontade de ser também um velho desde sempre”. E, nessa fala, eu trago aqui, assim como o Senador trouxe, a memória dos pais, uma situação que é a marca da nossa gestão, que é falar do direito de envelhecer.

E neste ano eu perdi um amigo com o qual a gente tinha o combinado de envelhecer juntos. E as causas da morte dele são causas evitáveis, são causas desnecessárias, e é isso que marca a dificuldade para muitas pessoas envelhecerem no nosso país.

Hoje nós temos algo em torno de 35 milhões de pessoas idosas, que vão compondo os mais diversos espaços. E o que a gente tem feito hoje, que é bastante importante, é esse diálogo com diversos segmentos para falar exatamente com o público privado, com as entidades, sobre esse envelhecer.

É preciso também fazer, Senador, uma convocação para essa aproximação do Executivo, do Judiciário, do Legislativo e de mais entidades também, numa data tão importante que é alusiva ao Dia Nacional e Internacional da Pessoa Idosa. E é também bastante estratégica, porque a gente vai comparar algumas ações com outros países e acha que a gente não está tão à frente assim, mas nós estamos. Vejam, são poucos os países que têm hoje já consolidado um espaço na estrutura para falar sobre pessoa idosa. Então, hoje nós temos já, dentro do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, uma Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

E também falar das diversas velhices.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – E aí eu trago a importância que têm tido este ano as conferências municipais, estaduais, das livres, das livres nacionais, que vão falar sobre as diversas velhices. E eu quero agradecer muitíssimo todas as gestões municipais, estaduais e movimentos que têm feito um grande movimento. E, Senador, eu tenho certeza de que tem sido, na lógica da participação social, o maior evento do mundo esse que nós iremos realizar agora, de 16 a 19 de dezembro, aqui em Brasília.

Mas temos desafios, e o mais importante, o mais perigoso, é como nós precisamos ainda enfrentar, mitigar o impacto do idadismo no nosso país. E isso envolve, por exemplo, uma discussão contra as marcas neoliberais que hoje colocam sempre a pessoa idosa um pouco mais fora do mercado de trabalho,



porque ela não consome tanto, ela consome de forma mais consciente. É pensar também na necessidade do aumento do convívio intergeracional, o que ao mesmo tempo é um espaço de muita violação, também é um espaço de muito acolhimento. É falar, como o próprio Senador trouxe, a questão do enfrentamento das violências financeiras e patrimoniais, que hoje geram grandes abalos e, muitas vezes, a morte ou a morte social. É falar também da importância de termos mais iniciativas municipais e estaduais para a criação de ações transversais para alcançar lá o cotidiano, a rua onde moram pessoas idosas. É falar principalmente da maior necessidade de participação no mercado de trabalho de pessoas idosas ou, muitas vezes, de pessoas a partir dos seus 45 anos. É fazermos uma discussão muito necessária e adequada para uma comunicação mais efetiva, que vai desconstruindo estereótipos negativos sobre a pessoa idosa. É também fazer uma maior sensibilização para as pessoas, para a sociedade brasileira a respeito do idadismo. Eu legítimo e apoiei, desde o início, todo o debate que houve sobre a adultização de crianças e adolescentes. Isso rapidamente subiu de pauta e foram construídas várias seguranças e uma ECA digital em defesa das crianças e dos adolescentes, o que eu acho que era necessário fazer. Mas, vejam, no mesmo período histórico tivemos o caso do Sr. João, que foi um senhor que morreu enquanto ia buscar um benefício previdenciário, que era cuidado por uma cuidadora que estava doente e, mais recentemente, um outro caso de um senhor que foi abandonado na rua, o que não se faz nem com animais hoje, e a sociedade não se comoveu tanto.

Então percebam que há pautas em que a sociedade rapidamente se junta, cria barreiras, cria proteção, mas o assunto...

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – ... de pessoas idosas também é grave, também há grandes violações e, muitas vezes, acabam virando chacotas e não viram uma grande mobilização. Então nós temos hoje uma necessidade, para a qual eu peço para o Senador o apoio, que é a ratificação da Convenção Interamericana. Isso, por exemplo, não vem para os holofotes como vieram outras pautas para outros grupos sociais.

Então, o Governo Federal hoje – e aí falo com muito orgulho do nosso Presidente Lula, da nossa Ministra Macaé Evaristo – vem respondendo às demandas de saúde – também aqui faço menção à colega Daniela e também Fabiana – na construção de ações para o cuidado integral às pessoas idosas. Também, na questão previdenciária, o nosso Ministro Wolney, nas questões de segurança e de também participação social.

Bem, o que nós temos feito também, por meio do Governo Federal, é esse fortalecimento, essa consolidação de programas e ações bem efetivas – e aqui eu faço menção a um programa que afeta diretamente as pessoas idosas e todas as outras, que é a Farmácia Popular.

Então, vejam, temos hoje no nosso país um programa que dá medicamento de graça para as pessoas. E eu quero fazer menção a esse programa, porque ele precisou amadurecer, ou melhor, envelhecer para que ele pudesse ser potente assim. Então, que possamos também – e eu quero contar com o apoio da Casa – ter programas que possam ganhar maturidade, que possam envelhecer, para que eles virem, quem sabe, até uma política de Estado para o nosso país.

Quero também fazer menção ao Governo Federal, e particularmente ao Presidente Lula, que retomou a participação social por meio das mais diversas conferências que estão acontecendo no nosso país. É muito importante encontrar as pessoas em aeroportos, rodovias, enfim.

Falando de conferências, tivemos algumas, teremos agora outras também – a nossa faz parte delas –, que garantem não só essa legitimação da fala, da escuta, mas também orçamentária, para se poder fazer uma boa conferência e reforçar a participação dos mais diversos atores que vão fazendo esse grande



movimento social.

Quero também destacar a integração das ações dos ministérios, que vão respondendo também as demandas das pessoas idosas. Vejam, senhoras e senhores, foram o SUS e o Suas que trouxeram a grande revolução da longevidade para o nosso país. Então são outras políticas que vão dar ainda mais garantias e condições do bem viver para todos e todas nós.

Quero aqui trazer também a importância das ações que ocorrem dentro do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por meio de programas como Envelhecer nos Territórios, Viva Mais Cidadania, que são programas já validados e que precisam cada vez mais do apoio para que possam ser esses alicerces para essa política de Estado, a qual eu defendo constantemente.

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – Partindo para o final da minha fala, eu trago uma outra frase da pensadora, escritora, Dra. Conceição Evaristo, que diz o seguinte: “Os sonhos são águas que correm fora do rio do tempo. Afinal de contas, nunca estaremos[...] [atrasados] para nos tornar quem desejamos ser.”

E aí, Senador Paim, eu faço menção ao estatuto, que é um dos sonhos que se realiza. E faço menção também a essa iniciativa de falar sobre as demências, porque a gente precisa urgentemente fazer um pacto social, pois nós estamos diante de uma possível epidemia de demências para espaços que não foram pensados para o cuidado dessas pessoas. Como é lidar com casos de demência nas áreas rurais, nas periferias, com povos ribeirinhos? Então o cuidado precisa, sim, ser urgentemente ampliado e diversificado.

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – Também quero falar aqui sobre outras ações do nosso ministério, como projetos como o Viva Mais Cidadania Digital, para o enfrentamento às violências financeiras e patrimoniais, enfrentamento à *fake news* e desinformação; ao Vida Digna em Casa, que acolhe pessoas acamadas domiciliadas; e Educação para Toda a Vida, que é uma ação junto com o MEC, que vai minimizar, mitigar, reduzir o número de pessoas idosas analfabetas, que é o maior grupo ainda do nosso país.

Quero destacar aqui a importância, de novo, da ratificação da convenção. Seria importante, Senador e demais colegas, que nós pudéssemos fazer isso ainda nessa gestão. As pessoas idosas estão aguardando – e outras também que estão defendendo isso – mais de dez anos essa ratificação. Nós sabemos que, numa gestão como a do Presidente Lula, não há risco para...

(Interrupção do som.)

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – Mas talvez outras possam ter essa ameaça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Está dentro do combinado, porque ele falou comigo. *(Risos.)*

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – E o outro ponto também é garantir, por lei, a existência do nosso Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, eliminar todas as formas de violência e deixar um país mais digno para todas as pessoas que queiram envelhecer no nosso país.

O nosso lema, o nosso *slogan* da campanha deste ano foi: Envelhecer é um Verbo Presente. Então, que nós possamos, assim como aquilo que foi já colocado no estatuto... É muito bonito ver isso, Senador, e eu falo isso em outros espaços... Não é porque eu estou na frente do senhor, mas eu falo isto em vários espaços: a gente já naturalizou muitas das conquistas do estatuto. Então, que possamos, cada vez mais,



naturalizar outros direitos que são necessários para todas as pessoas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos ao Sr. Alexandre da Silva, Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos. Você deixou na mesa, no mínimo, três propostas, e eu me comprometo, aqui em público com você, a encaminhar junto. (*Palmas.*)

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Registramos a presença, na galeria, dos alunos do curso de Economia Brasileira do Centro Universitário aqui do nosso DF, Brasília, capital federal. Nossos cumprimentos a vocês. Sejam bem-vindos. (*Palmas.*)

Passamos, neste momento, a palavra à Sra. Antônia Maria Farias, integrante do Projeto Viver Bem. Convido-a para compor a mesa e a senhora usará a palavra no momento em que entender melhor. A senhora tem preferência – me disseram aqui todos da mesa. Então, seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Concedo a palavra, neste momento, ao Sr. Diego Cherulli, Presidente do Instituto Brasileiro Independente de Direito e Pesquisa em Previdência. É um instituto especializado neste debate – o Diego pode colocar melhor do que eu, naturalmente –, formado principalmente por advogados, não é, Diego? Principalmente advogados.

Você pode falar... Um minuto eu te dou para falar do instituto.

Foi um belo evento – ele botou em torno de duas mil pessoas, e 90% ou mais eram advogados – para discutir a previdência, que é o grande programa social, um dos maiores do mundo. Você mesmo tinha me dito isso e você tem me ajudado em alguns projetos. O tempo é seu.

O SR. DIEGO CHERULLI (Para discursar.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Bom dia a todos. É um prazer estar aqui.

Obrigado pelo convite, Senador. É uma honra estar nesta mesa com pessoas ilustres, que cumprimentos.

Obrigado a todos os idosos no Brasil. Foram vocês que inspiraram a minha carreira, são vocês que inspiram a minha atuação.

Eu sou advogado previdenciário, como atuação principal, e guerreiro das lutas das pessoas idosas e dos direitos previdenciários no Brasil já há alguns anos, sempre ao lado do meu eterno guerreiro e comandante, Senador Paulo Paim. Muito obrigado por sua luta, Senador. Os 40 anos de Congresso Nacional não seriam os mesmos sem a sua presença. Nós estamos diante de um homem que fez muito por todos os idosos e fez muito por mim, pessoalmente. O senhor é uma das pessoas que me orientou, orientou minha vida profissional, orientou minha vida pessoal, ao lado de outras grandes pessoas, como o nosso querido amigo João Pimenta, entre outros idosos que me ajudaram muito a construir o meu caráter e o meu senso de justiça na defesa da pessoa idosa.

O IBDP, Senador, como o senhor citou, o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – nós agradecemos, e aproveito a tribuna para agradecer a presença do senhor na fala de abertura do nosso 19º Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário –, é um instituto formado não só por advogados, mas por juízes federais, juízes estaduais, procuradores, promotores, entre uma série de outras pessoas que atuam, tanto na esfera pública quanto privada, na defesa do direito previdenciário, independentemente da profissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com os cursos que fizeram no passado, não deixaram, nunca, de ser advogados – claro, hoje, com concurso, chegaram aonde chegaram.

O SR. DIEGO CHERULLI – Na verdade, somos todos advogados. Independentemente de onde



se esteja atuando – no Governo, na Defensoria, onde quer que seja – somos todos advogados, pois estamos todos lutando pelo bem comum, pelo bem de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

O SR. DIEGO CHERULLI – O IBDP agradece e tem a honra de tê-lo na nossa palestra de abertura.

Mas sobre o Dia da Pessoa Idosa, Senador Paim, o Estatuto do Idoso é um instrumento que necessita hoje de uma atenção e um cuidado. Nós estamos hoje comemorando o Dia da Pessoa Idosa, comemorando o Estatuto do Idoso, mas ele está sob a mira, nós sabemos disso. Ele está sob a mira jurídica, sob a mira política e sob a mira econômica de grupos que têm interesse em derrubá-lo.

Uma das coisas que nós falamos sobre previdência, como várias vezes foi falado aqui, para que eu queria chamar a atenção, era sobre os planos de saúde. O Estatuto da Pessoa Idosa traz uma regra: é proibido o reajuste acima de 60 anos. Inicialmente os planos de saúde, para fugir dessa regra, começaram a reajustar a partir de 59. Hoje isso já não é mais tão respeitado, porque os tribunais superiores entendem que os critérios econômicos prevalecem sobre quaisquer outros. Então, muitas vezes um plano de saúde reajusta em 50%, 60%, 100%, 200% para expulsar o idoso, que é quem pagou durante anos, uma vida, e, no final, quando precisa de uma proteção, é traído. O da minha mãe, com 68 anos de idade, um plano de saúde que ela mantém há mais de 30 anos, teve um reajuste de 73% com 68 anos de idade. Tem lógica um negócio desse? “Ah, o plano dela é o antigo, o plano dela não é o novo, o novo é que se submete às novas regras, à nova regulamentação.” Não importa! Nós estamos falando de uma pessoa idosa, uma servidora pública de renda concentrada que precisa de condições para manter a sua própria vida, e, com um plano de saúde na situação em que está, fica difícil.

É por essa situação que muitas vezes as famílias passam a depender, passam a ter que custear a vida com dignidade da pessoa idosa. Antes nós víamos um efeito contrário: os benefícios previdenciários ajudavam, auxiliavam as famílias na construção, na melhoria, na dignidade. Hoje, muitas vezes, é o contrário: é a família que está tendo que cuidar do idoso, porque o benefício previdenciário é insustentável.

Nós falamos muito de previdência... O Senador Izalci aqui disse que a pirâmide inverteu. Ela ainda não inverteu, mas está no caminho de inverter, só que essa avaliação de inversão depende muito do critério do que é inversão. Nós estamos hoje olhando para o Estatuto da Pessoa Idosa, de 2003, que ainda define a pessoa idosa como aquela a partir dos 60. Este critério de 60 anos de idade é um perigoso critério que forma uma força econômica. Quando se fala de previdência, quando se fala de reforma, se fala: “Nós temos 15% da sociedade acima de 60 anos de idade”. Isso é um peso para o Estado do ponto de vista econômico, mas não é um peso se olharmos a pessoa idosa com o objetivo social.

Eu quero, ao chegar na minha idade, quando eu chegar ao critério de idoso, ser bem atendido, ter uma previdência que funcione, ter uma previdência que me banque o mínimo, o básico substancial para me manter sem ter que depender dos meus filhos me mantendo, sem depender de atrapalhar a economia familiar dos meus filhos.

E é sobre isso que hoje nós estamos lutando. É sobre um plano de saúde que permaneça com uma mensalidade adequada e decente. É sobre um mercado de trabalho que não pegue o idoso e o coloque para trabalhar em plataforma de aplicativo dirigindo carro – nós viemos para cá num uber com um idoso.

Nós vemos que todos os dias aí a pessoa idosa está tendo que voltar ao trabalho. E sobre isso, do ponto de vista previdenciário, nada é garantido.

Nos anos 90, foi permitida a aposentadoria proporcional, Senador. Muitos se aposentaram proporcionalmente, aproveitando aquela oportunidade que tinha de ter uma renda extra. Acabaram aposentando, continuaram trabalhando, juntaram a renda do trabalho com a aposentadoria. Quando o mercado de



trabalho não mais absorveu essa pessoa idosa, ela ficou só com uma aposentadoria baixa, com um reajuste ineficiente, porque só o reajuste pelo INPC não é suficiente para cobrir as despesas inflacionárias. E hoje nós vemos que muitos idosos voltam ao mercado de trabalho.

Não sei se é da ciência dos senhores, mas o Senador Paulo Paim...

(Soa a campainha.)

O SR. DIEGO CHERULLI – ... é o autor de um projeto de lei, que eu ajudei a escrever em 2014, da desaposentação, que é a possibilidade de nós pegarmos as contribuições futuras desses trabalhadores que na parte mais idosa da vida estão trabalhando e recalculando a aposentadoria. Esse direito foi cassado pelo Supremo Tribunal Federal; muito embora tenha tido ampla abrangência nos tribunais inferiores, o Supremo Tribunal Federal o considerou inconstitucional por ausência de lei. Essa lei chegou a ser aprovada num dado momento, mas ainda não teve sua conclusão e ainda não foi à votação.

Nós temos outro problema além disso, Senador. Não adianta aprovarmos o projeto de lei da desaposentação se a pessoa idosa está sendo uberizada, se a pessoa idosa está sendo pejotizada, se a pessoa idosa está sendo jogada à margem da legalidade e da escrituração contábil que se deve ter para a devida contribuição previdenciária e a devida contribuição social. Nada adianta colocar o trabalhador idoso para voltar a trabalhar e não ter contribuições que possam no futuro recalculando e manter o sistema previdenciário. A desaposentação, inclusive, é um mecanismo que pode trazer receitas para a seguridade social.

E nós precisamos discutir não só isso, mas o seu projeto de discussão da contribuição sobre o faturamento. E não só sobre o faturamento, Senador... Há países na Europa que hoje já tributam a inteligência artificial, que substitui empregos. Quantas mãos de obra essa inteligência artificial substituiu? Então, essa empresa vai pagar pela quantidade de trabalhadores que deixou de arrecadar. *(Palmas.)*

A previdência é a base do Brasil, e eu digo para vocês: a previdência é inquebrável no Estado democrático de direito, é inquebrável no Estado da nossa Constituição Federal. Para quebrar a previdência, nós temos que rasgar a Constituição Federal. E, uma vez rasgada, a previdência será um dos nossos menores problemas. Então, não deixemos que se chegue a esse ponto. Vamos defender a previdência social, vamos defender a justiça social.

Parabéns à pessoa idosa!

E vida longa a todos!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Esse foi o Sr. Diego Cherulli, Presidente do Instituto Brasileiro Independente de Direito e Pesquisas em Previdência. Permita-me, Diego. Quando eu falei lá no evento... E fui muito acolhido, eu diria, eu me senti abraçado: 75 anos e 40 anos de mandato e ser abraçado por aquele Plenário! E você me disse: “Vamos sentar e vamos discutir essa perspectiva que é real de pensarmos que a previdência tenha também um percentual decente sobre o faturamento”.

É só nós imaginarmos: se a inteligência artificial está aí, se a pejotização, queiramos ou não, está aí, se os bens estão aí, quem vai contribuir para a previdência? Cada vez mais, eles... Eu sou um defensor da CLT, eles querem tirar a CLT dos trabalhadores. Tirando a CLT, acabando com a CLT, querem acabar até com a Justiça do Trabalho – isso é real, e nós sabemos que está acontecendo. Por isso, não esquece, vamos ter aquela reunião para aprofundar este debate. Já falei com a Bancada do PT, que está disposta também a participar desse debate. Recurso para a previdência... Não venha dizer que recurso para a previdência tem que tirar do trabalhador, tem que aumentar a idade, não; a fonte é aqueles que faturam muito, empregam poucos e acabam não pagando quase nada para a previdência.



Parabéns, viu, Diego?

Se você me permitir, eu queria lembrar a vocês que vocês têm na mesa a Lei do Alzheimer.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não chegou aí, é? Ah, está na gráfica, está bom, mas eu vou deixar o meu para vocês, nem que eu deixe para o comando ainda.

É uma lei muito, muito interessante. Ela completa um ano. Foi sancionada pelo Presidente Lula. É uma lei que eu tive a alegria de apresentar, sou o autor da lei, mas o grande mentor é o Dr. Leandro. Como eu digo que eu não invento leis, alguém tem que me apresentar, né? E essa lei, pessoal, tem uma repercussão na vida de quase 3 milhões de pessoas – 2,5 milhões, 3 milhões de pessoas. Então, Dr. Leandro, o mérito eu sei que é dos senhores especialistas nessa área, que construíram, e quero dizer, me permitam, que é também do Presidente Lula e dos devidos ministérios. O Dr. Leandro esteve lá, conversou com eles: “Paim, está tudo certo. Vamos tocar. A lei será sancionada pelo Presidente Lula”. Na época, há um ano, a Ministra da Saúde era a Nísia, né? A Nísia colaborou muito; o Padilha, da sua forma, também colaborou. Leiam com cuidado e com muito carinho, viu?

Permitam-me aqui, porque nós temos um tempinho, eu não vou tirar o tempo de vocês, não. Eu só vou ler uma partezinha da abertura, que eu achei que ficou muito boa.

Alzheimer bate na porta, entra sem ser convidado, transforma o ontem em esquecimento, mas, mesmo na ausência, como um eclipse, no repetir a história, a resistência prevalece ao amor. A doença muda o jeito de ver o mundo, as coisas, de reconhecer os familiares, os amigos, os vizinhos, os colegas, de reconhecer a si mesmo no espelho, mas não apaga o brilho da alma. Os poetas falam: uma parte de mim voa, como as andorinhas de verão, outra parte, sei lá, mas algo fica em mim, como sou fechos de prata, permitindo-me amor sem tempo. A despedida pode vir lentamente, acompanhada de lágrimas e saudades, mas é um fio invisível que nos une, mesmo quando o nome desaparece e as histórias ficam em silêncio. O amor é a lembrança que nunca se apaga.

Dr. Leandro, minhas palmas para você, não são para mim, porque ele ajudou na construção total. *(Palmas.)*

Concedo a palavra à Sra. Margô Gomes de Oliveira Karnikowski, Coordenadora do Programa Universidade do Envelhecer da Universidade de Brasília. *(Palmas.)*

A SRA. MARGÔ GOMES DE OLIVEIRA KARNIKOWSKI (Para discursar.) – Eu vou me permitir ficar aqui, para ficar mais próxima de vocês. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ah, muito obrigado. Gostamos muito.

A SRA. MARGÔ GOMES DE OLIVEIRA KARNIKOWSKI – Então, vou ficar muito próxima. Eu gosto muito disso.

Eu gostaria de cumprimentar e parabenizar o Senador Paim e aproveitar para cumprimentar o restante dos membros da mesa e dizer que é um grande prazer. Estar aqui hoje é um momento muito especial, que, para muitos de nós, vai ficar registrado, assim como os demais momentos citados aqui.

Gostaria de dizer que é muito interessante o relógio e o tempo. O tempo nos permite refletir sobre as ações e os avanços que nós temos feito no nosso país, em relação à aprendizagem de podermos envelhecer.

O envelhecimento em si, a longevidade, é uma conquista que nós, brasileiros, estamos tendo a possibilidade de vivenciar. No entanto, sabemos que existem, juntamente com esses avanços... E aqui eu vou ressaltar o Poder Legislativo como uma importante parte desse sistema, que precisa ser articulado, para que nós possamos envelhecer com dignidade no nosso país.



Eu ressalto o Legislativo porque nós temos, hoje, uma segurança de direito humano para as pessoas idosas, que é o estatuto.

O Estatuto do Idoso, essa lei federal, está muito bem redigido, foi aprovado e está fazendo 22 anos este ano. Então, nós precisamos fazer com que essa lei realmente seja cumprida. (*Palmas.*)

Para isso, a primeira questão que eu gostaria de colocar aqui – e, aí, eu vou falar isso para todos nós – é que nós precisamos articular o Poder Legislativo com o Executivo, o Judiciário e a sociedade, e este é um dos momentos em que isso acontece. Por isso, eu estou muito feliz de estar aqui agora.

Nós precisamos entender que a missão de nós podermos viver as nossas vidas e escrever as nossas histórias, de forma protagonista, depende dessa articulação.

Eu parablenizo, em especial, o Legislativo, porque tem cumprido com a sua tarefa, e nós podemos visitar – eu até tenho aí, eu trouxe a apresentação, posso passar para vocês depois – o número de projetos de lei que tramitam, nesse momento, nesta Casa, para além das leis que já foram aprovadas, como essa referente ao Alzheimer, que foi recentemente aprovada e que hoje está à disposição da sociedade.

Então, nós precisamos, agora, conversar com o Executivo, que também tem feito o seu trabalho, mas nós precisamos chegar até os municípios. Nós precisamos entender que o Brasil tem uma dimensão territorial enorme e que alguns municípios ainda não conseguem aportar os direitos da pessoa idosa. A própria pessoa idosa, muitas vezes, não conhece seus direitos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARGÔ GOMES DE OLIVEIRA KARNIKOWSKI – ... e isso tem sido uma barreira muito grande na implementação do Estatuto da Pessoa Idosa.

Eu gostaria de citar aqui algumas coisas que podem ainda ser alvo para que nós pensemos, juntos, os projetos de lei.

Uma delas é a questão da desigualdade entre os estados e municípios, desigualdade regional que existe no nosso país. Nós não temos uma única velhice, nós temos várias velhices. Nós temos a velhice indígena, quilombola, nós temos a velhice com diferentes classes sociais, nós temos muita dificuldade. Essa desigualdade social precisa estar pensada tanto nos projetos de lei quanto nas políticas públicas. Nós temos que pensar em qualificar recursos humanos para cuidar, cuidar das pessoas idosas. Então nós precisamos, sim, de gerontólogos, de geriatras, nós precisamos de várias áreas de atuação do conhecimento que elas cresçam e tenham esse olhar sobre essa questão. Nós precisamos aprender juntos, e aí eu convido a todos os idosos presentes, aos jovens, porque políticas públicas, projetos de lei e transformação social só se fazem com a voz de quem vai ser beneficiado por essas políticas e por essas leis. Então eu convido a todos para que nós possamos exercer o controle social e a fiscalização, porque senão: “Ah, a lei não está sendo cumprida”. Sim, mas o que faremos? Quais os instrumentos jurídicos que nós podemos aportar enquanto sociedade para garantir que esses direitos não sejam lesados? Então essa é uma questão que eu gostaria de discutir.

Outra questão é o financiamento inadequado. Os municípios hoje muitas vezes não têm orçamento que possa garantir, de forma efetiva, a implementação das leis e das políticas públicas. Nós precisamos dar a importância devida a essa discussão, porque ela parte desta Casa também. Então, como a lei orçamentária está contemplando essa questão do envelhecimento e da longevidade? E eu gostaria de acrescentar: o envelhecimento e a longevidade são uma conquista, são uma dádiva. Então nós temos que agora, para comemorar o dia de hoje, dizer que é mais que uma comemoração ao Dia Internacional da Pessoa Idosa, é uma consagração à vida humana.

Então eu gostaria de também falar da elaboração e do fortalecimento das leis, no que se refere ao Judiciário. Hoje um idoso, se ele for tramitar de uma forma normal alguns dos seus direitos sob via



judicial, vai morrer muito antes de conseguir o resultado disso. E nós temos mecanismos, então nós temos que ampliar esses mecanismos. Não podemos colocar os idosos numa fila de via judicial, da qual ele nunca mais vai sair.

Essas são as grandes questões que eu levanto, e uma delas, de tudo o que foi falado aqui, está muito relacionada à fala do que o Alexandre coloca, que é a educação para toda a vida. Não é só permitir que as pessoas tenham aporte à leitura e interpretação e saibam tudo isso, é permitir que elas tenham aporte à educação, seja ela formal ou informal, com mecanismos claros que garantam, mediante a legislação, uma forma que faça com que ela consiga aportar a educação ao longo de toda a sua vida.

(Soa a campainha.)

A SRA. MARGÔ GOMES DE OLIVEIRA KARNIKOWSKI – Eu costumo dizer, na UniSER, que nós somos eternos aprendizes e que nós vamos aprender até o ponto final da nossa vida, que é a morte, a finitude, que é a única certeza que o ser humano tem; mas nós vamos aprender, porque aqui ninguém morreu, então nós vamos ter que aprender juntos como é que vamos fazer isso.

Então, a gente precisa ter essa possibilidade de estudar, de aporte ao conhecimento, de integração social a partir da educação.

Por fim, para finalizar a minha fala, eu gostaria de agradecer a presença de todos neste momento e fazer uma referência muito especial ao senhor, se me permite, Senador, porque hoje eu me emocionei com a sua fala aqui, trazendo poemas da minha terra – eu também sou do Rio Grande do Sul –, mas, acima de tudo, pela sua sensibilidade, pela sua luta. Conte conosco no que for possível para que a gente possa trazer as demandas e pensar junto as soluções.

Nós temos um lema na UniSER: a gente identifica o problema, mas, mais que isso, a gente se concentra nas soluções.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos à Sra. Margô Gomes de Oliveira Karnikowski, Coordenadora do Programa Universidade do Envelhecer, da Universidade de Brasília. A forma como a senhora foi ovacionada, eu diria, por esse lindo, lindo, lindo Plenário, mostra a grandeza da sua fala, deixando sugestões. E eu também agradeço, claro, o carinho que a senhora também deixou numa mensagem para este negro Senador. Saiba que eu ainda vou botar num livro meu, e você conhece a história, a canção O Negro de 35. A senhora conhece...

A SRA. MARGÔ GOMES DE OLIVEIRA KARNIKOWSKI – Sei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É linda, não é? Porque ele fala: “Peleia, negro, peleia pela tua independência”. *(Manifestação de emoção.)* Enfim, é uma letra linda, linda, linda. *(Palmas.)* Eu ainda vou declamá-la um dia aqui...

Vamos em frente. Muitas emoções nesta sessão.

Concedo a palavra neste momento à Sra. Maria Fabiana Damásio, Diretora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que desempenhou um papel fundamental na nossa luta em relação à covid. A Fiocruz teve um papel belíssimo, humanitário, e eu fiquei muito feliz de recebê-la aqui hoje. Agora, na tribuna.

A SRA. MARIA FABIANA DAMÁSIO PASSOS (Para discursar.) – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes.

Quero agradecer aqui nesta sessão tão emocionante, Senador, pela possibilidade de a Fiocruz estar aqui fazendo parte desta tribuna de honra, aqui com tanta emoção e vendo esta plenária aqui tão bonita e tão repleta aqui de pessoas idosas lutando pelos seus direitos, porque esse aqui é o espaço de luta.

Quero agradecer também à Profa. Margô, por toda a articulação que fez para que esta sessão pudesse acontecer.



Aqui quero saudar toda a mesa na pessoa do Dr. Alexandre, Secretário com quem a gente tem feito aqui uma construção também no desenvolvimento das políticas para a pessoa idosa.

E aqui, Senador, eu não poderia deixar de parabenizá-lo não só pela lei, mas por toda a luta e pelo quanto é importante a gente ter Senadores que lutem pelas agendas que são demandadas pela sociedade, e aqui, neste caso, pela pessoa idosa. Então, ao senhor aqui também toda a nossa deferência e os nossos parabéns por essa luta.

Cumprimento também todas as demais autoridades que compõem... não só as que estão aqui presentes, mas aqui, como representantes da Fiocruz e também do nosso Presidente, Mario Moreira. A Fiocruz é uma instituição que, eu costumo dizer, é uma senhora, uma idosa de 125 anos – e, ao longo dos seus 125 anos, sempre defensora e dedicada ao Sistema Único de Saúde – que tem exatamente seus pés fincados aqui na tradição, como a gente costuma dizer nos vídeos institucionais: os pés fincados na tradição e os olhos para o futuro.

A gente está sempre resgatando as nossas histórias, as nossas histórias de luta, de combate às pandemias, epidemias, para que a gente realmente possa construir um outro futuro, um futuro que seja dedicado sempre à agenda da ciência e da tecnologia, em defesa da vida, buscando atuar frente aos problemas de saúde, a exemplo das doenças crônicas, como hipertensão, câncer, diabetes, a fim de promover as condições de vida e saúde da população e reiterar o importante papel que a saúde pública tem para a gente seguir aqui firme, cada vez mais trabalhando pela promoção da vida de todas as pessoas.

Então, hoje, a Fiocruz, no momento em que a gente trabalha com vacinas, com produção de insumos, produção de medicamentos – aqui já foi feita a menção à Farmácia Popular –, trabalhando com todas essas agendas, trabalha também com a agenda de pesquisa e educação e o diálogo permanente com o território. E eu quero destacar: é no diálogo com o território que a gente consegue avançar, consegue avançar com as pessoas idosas. Então, é nessa perspectiva que a Fiocruz vem trabalhando.

E também tem uma outra questão que eu vejo que é muito importante, hoje, que é o combate à desinformação. E, com as pessoas idosas, esse tema também é fundamental para que a gente avance nas políticas públicas. Então, tendo essas ações como suas estruturantes, ela se soma aqui a todos vocês, porque este espaço aqui, como espaço de referência da nossa democracia, precisa ser um espaço de diálogo em que, cada vez mais, a gente se some para que se fortaleça a construção das políticas para as pessoas idosas (*Palmas*.) e para que a gente possa enfrentar todos os estigmas e discriminação que vêm sendo sofridos pelas pessoas idosas.

Tem uma música de Belchior que diz assim: “o tempo andou mexendo com a gente”. E foi assim que o envelhecimento aconteceu no Brasil. Quando a gente observa os dados aqui já colocados por todos os senhores e senhoras e a gente percebe o número de idosos hoje presentes é sinal de que há um avanço.

E aí a gente observa a transição demográfica que vem sendo colocada como uma prioridade pelo nosso Presidente e pela Fiocruz; mas a transição demográfica que está em curso e o acelerado crescimento precisam, demandam da gente, cada vez mais, ações que sejam contundentes no sentido de fortalecermos as políticas públicas.

O tempo deu condições para que a gente pudesse avançar na saúde, no direito, como foi colocado aqui, na previdência, na assistência social, mas a gente ainda observa que as desigualdades históricas sociais persistem e a gente precisa enfrentá-las de forma muito ativa, forte e contundente nesse sentido.

Essas desigualdades fazem com que muitas pessoas não desfrutem do direito de envelhecer. Envelhecer precisa ser reconhecido como um direito de forma equânime. É uma questão que é impactada, sim, ainda pelas questões de território, raça, cor, classe. Então, a gente precisa estar atento a essas questões.

Como é que uma pessoa pode envelhecer com dignidade se ainda convive com realidades de grande violência, se não se alimenta de forma adequada, se não tem rede de proteção social, se não convive com



outras gerações familiares, com afeto que cuida e que acolhe?

Aí eu quero destacar um ponto que também é fundamental para isso, que está dito hoje na decisão da ONU, que é o protagonismo das pessoas idosas. Eles usam três palavras lá: aspirações, bem-estar e direitos.

Que a gente possa reforçar o protagonismo para que sejam asseguradas as proteções necessárias.

Já chegando ao final, a Fiocruz vem se dedicando com inúmeras atividades de defesa da pessoa idosa. Chamo atenção para o Estudo Longitudinal da Saúde dos Idosos Brasileiros (Elsi), que trouxe tantos dados necessários para nós avançarmos no cuidado à saúde; para cursos como Mulheres e Envelhecimentos, que a gente vem desenvolvendo, e Literacia em Idadismo.

Eu deixo todos esses cursos aqui disponíveis para todas as pessoas, porque eles estão com acesso aberto, para que cada um de vocês também possa acessar.

Outro ponto que também é fundamental e que já foi colocado aqui pelo Secretário Alexandre é sobre a questão das conferências, e a gente também vem trabalhando nas conferências livres.

Realizamos uma conferência livre contra todo e qualquer tipo de discriminação e a favor da equidade, que foi realizada também este ano, e de educação digital. E aí nós reunimos, só na de educação digital, aproximadamente 500 pessoas, pela importância do tema e por reconhecermos, coletivamente com as pessoas idosas, que a educação digital é um tema central para acesso a todas as políticas.

Então, se a gente não tem educação digital, não consegue acessar o SUS e não consegue acessar outros benefícios.

É preciso respeito. É preciso, acima de tudo, respeito às pessoas idosas, enfrentar todas as formas de preconceito, construir ações permanentes que valorizem a participação efetiva das pessoas idosas, respeitar a autonomia das pessoas idosas, olhar. Um ponto que, para mim, é importante, quando eu olho o auditório aqui, é a feminização da velhice e como é que, cada vez mais, a gente destaca e sustenta o cuidado pós-saúde reprodutiva –; enfrentar todas as formas de violência vivenciadas pelas pessoas idosas...

(Soa a campanha.)

A SRA. MARIA FABIANA DAMÁSIO PASSOS – ... construir estratégias de cuidado para doenças crônicas não transmissíveis; e suplantar a ideia de que a idade é uma barreira.

Então, é com esse espírito que eu termino aqui, reiterando o compromisso e colocando a Fiocruz aqui à disposição para colaborar cada vez mais com que a pauta da pessoa idosa se fortaleça; olhar para o futuro, mas bebendo e se alimentando das memórias, das histórias, de todas as dificuldades e daquilo que a gente pode fazer para seguir adiante. Que haja fortalecimento das políticas públicas, Senador, para que todas as pessoas idosas tenham o direito de sonhar.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Sra. Maria Fabiana Damásio, Diretora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), meus cumprimentos. Também deixou uma série de sugestões.

Eu já estou ficando tão empolgado aqui com nossos painelistas, todos de alta qualidade, que eu vou... Eu já me comprometi a fazer uma cartilha do debate da pejetização. Foram brilhantes os que falaram aqui, tanto os que falaram aqui quanto os que falaram à distância, mas hoje vai na mesma linha. Então eu assumo o compromisso de construir uma cartilha e encaminhar para a UnB. Aí ficará, é claro, impressa, e ficará também na minha página virtual. Querem a cartilha?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Está assegurado,



então. (*Palmas.*)

Eu queria só dizer para vocês que esta cartilha aqui está linda, só que a gráfica não conseguiu imprimir, eu entendo, são muitos pedidos, mas deve chegar... Porque eu faço na minha cota, né? Quem paga no fundo são vocês – viu? –, porque tudo o que nós temos aqui na mão foram vocês que pagaram – eu digo, a sociedade. Eu me comprometo, com a UnB e as entidades que organizaram este momento, que eu darei tantas cartilhas quantas forem necessárias para vocês que estão aqui – se for para todos, eu vou precisar de milhões de cartilhas. Então quem é da UnB que é um dos coordenadores aqui? (*Pausa.*) Diga o nome aí. Quem for um dos coordenadores, passe para a minha assessoria o nome, porque eu me comprometo, logo que as cartilhas cheguem, a mandar para vocês, para vocês distribuírem para todos os participantes deste momento tão bonito, que vocês são... O cenário mais bonito não somos nós aqui em cima, não, são vocês aí, viu? (*Palmas.*)

Fica acertado, então.

Concedo a palavra com muita satisfação ao Ivair do Santos, sociólogo, um pensador, um articulador, um homem que sempre esteve do lado daqueles – como todos aqui na mesa – que fazem o bem sem olhar a quem.

Vai lá, meu amigo.

O SR. IVAIR DOS SANTOS (Para discursar.) – Eu queria pedir permissão para, como a colega me falou, ficar aqui na mesa, para poder mexer nas minhas anotações e poder conversar com vocês.

Confesso para os senhores e para as senhoras que eu também estou um pouco emocionado pelas falas que me antecederam.

Inicialmente, quero agradecer ao Senador Paulo Paim; ao Senador Izalci Lucas, que esteve aqui presente; ao Leonardo Cardoso de Magalhães, que já está fazendo história por ser o primeiro Defensor negro e tal; ao companheiro Alexandre Silva, que é um amigo de São Paulo, amigo da família; à Profa. Maria Fabiana Damásio; e aos demais membros da mesa, ao pessoal da Fiocruz, que tanto estimo.

Permitam-me fazer algumas breves considerações sobre uma pessoa pública, cuja trajetória eu comparo: é mais brilhante que Martin Luther King. Vão falar: “Mas quem é essa pessoa?”. Paulo Paim.

Paulo Paim é autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, é autor do Estatuto do Idoso, foi Relator do Estatuto da Juventude, é autor do Estatuto da Igualdade Racial, que eu acompanhei, vindo aqui e tal. Eu conheço o Paulo Paim há mais ou menos 40 anos. Eu frequento as dependências aqui do Congresso há quase 50 anos, fazendo militância, militância sempre na luta contra o racismo. E a gente sempre, nesses últimos 40 anos, teve um farol, uma pessoa que nos orientava. O primeiro Parlamentar que escreveu sobre a necessidade de ensinar a história do negro, a história da África foi Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Essa é uma das... (*Fora do microfone.*) Permita-me?

O SR. IVAIR DOS SANTOS – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Essa lei, pessoal, é muito interessante. Eu era Deputado, um dos poucos naquela época, negro. A bancada negra era: Benedita, Caó, já falecido, Edmilson e eu, desde a Constituinte. E, terminou a Constituinte, o movimento negro me trouxe essa ideia. Eu a apresentei e aprovamos na Câmara por unanimidade, mas, infelizmente, naquela época, ela foi engavetada aqui, porque, se contasse a verdadeira história daqueles que construíram a caminhada neste país... Mas, depois, Esther Grossi e Ben-Hur, sob a orientação de vocês, reapresentaram e disseram: “Vamos aprovar, Paim”. E aprovamos.

Então, ao mesmo tempo em que eu me sinto homenageado com essa história que poucos contam...

O SR. IVAIR DOS SANTOS – Mas eu conheço, eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... você estudou



mesmo –, eu queria também dar uma salva de palmas a Esther Grossi e Ben-Hur, porque eles foram fundamentais, reapresentaram. Eles ficaram muito indignados por terem engavetado e falaram: “Vamos reapresentar, Paim”. E reapresentaram.

Então, Esther Grossi e Ben-Hur, uma salva de palmas deste Plenário, nessa lembrança aqui, tão bonita, do nosso querido Ivair dos Santos.

E estamos colocando o seu tempo de volta, e eu prometo não falar mais.

O SR. IVAIR DOS SANTOS – Então, não é uma trajetória de dias, é uma trajetória de décadas de convivência, e o Congresso não é um espaço fácil de trabalhar. Você tem uma aridez, você precisa estar ali conversando com as pessoas, muito chá de cadeira e tal, uma coisa bem difícil.

E confesso para os senhores e para as senhoras que, quando a Isabel, que é uma colega funcionária aqui do Senado, me fez contato para participar desta cerimônia, eu fiquei meio em estado de choque. Sabe por quê? A vida inteira eu militei como negro e tal, e agora eu tinha que falar como negro idoso. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Eu tenho cinco filhos e quatro netos. Mas, ao mesmo tempo que eu tinha que falar sobre isso, eu também tinha que prestar homenagem para uma série de pessoas que não estão aqui não por conta que eles não quisessem, mas porque a vida os levou mais cedo.

E todos eram militantes do movimento negro e foram importantes na minha formação e na minha caminhada.

Eu vou citar alguns deles aqui, que foram importantes: Arnaldo Marcolino, um dos batalhadores de saúde da população negra; Estevão Maya-Maya, um grande maestro; Ari Cândido, cineasta; Dra. Dora Lúcia Bertúlio, advogada e jurista importante, que se foi; Márcio Damásio; Arnaldo Xavier; Iray Carone; Eduardo de Oliveira; Arlete Soares, outra batalhadora também que se foi.

E vou citar duas pessoas que me são importantes, meu pai e minha mãe: Ivo dos Santos e Hilda Alves dos Santos. (*Palmas.*)

Bem, essas lembranças que eu trouxe vão entrar um pouco nessa história então.

Eu comecei a conversar... Eu tenho um parceiro lá em São Paulo, ele chama-se Francisco Marcos Dias. Ele é militante no movimento negro, tem a minha faixa etária e nós frequentamos a mesma UBS. Então, a gente frequenta a mesma UBS. E ele é uma pessoa muito ativa e tal, e ele começou a se envolver com a saúde da população do idoso. A primeira questão que ele falou para mim foi: “Ivair, você reparou que nós somos os únicos aqui na UBS? Cadê os negros? Cadê os nossos...?”. Primeiro, então, a invisibilidade do idoso negro e da idosa negra é um fato, ou seja, você vai na UBS, você fica procurando localizar um ou outro e tal, e não é fácil você encontrar parceiros nesse sentido.

Mas, para além disso, quem frequenta... Deixe-me fazer uma pergunta: quem frequenta UBS aqui? Levante a mão. (*Pausa.*)

Um, dois, três... Então, vocês vão identificar os problemas que nós temos. Nas UBS tem um guichêzinho que é para a terceira idade. Aquele guichêzinho está sempre lotado, porque nunca tem uma vaga para nós e tal. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Estão concordando contigo lá.

O SR. IVAIR DOS SANTOS – Mas, para além do problema, vocês já perceberam que eles nos tratam como se nós não fôssemos idosos? Então, a gente é tratado como se não fosse idoso. O que significa isso?

Eu vou dar para vocês alguns exemplos. Você vai e pega o medicamento, aí você marca o dia para ir no medicamento. Bom, chega no dia do medicamento, quando tiver – e, graças a Deus, na maioria das vezes tem –, tem um problema: você tem medicamento de alto custo, que é em outra farmácia, que é um



outro lugar que você tem que ir e tal, o que é uma luta, porque você, para ir nesse medicamento de alto custo, você tem que levar uma série de documentos, exame de sangue, carteira de identidade, carteira do SUS e tal, e normalmente é em um outro local. Então, você tem que ir. O problema é que, para a gente, eles não olham o deslocamento: para nós, é como se fosse pegar ônibus e tal. E não é assim, ou seja, quem vive de transporte coletivo sabe que não é fácil você chegar e falar: “Não, eu vou para aquele posto de saúde”. E aí ninguém se preocupa em ajustar. Podia ser num lugar só para nós, para termos a facilidade disso.

Mas isso não é o maior problema. O maior problema, Senador, é uma categoria na sociologia chamada de burocratas de nível de rua. O que é esse burocrata de nível de rua? Sabe quem são esses burocratas? São aquelas pessoas que vão nos atender.

(Soa a campanha.)

O SR. IVAIR DOS SANTOS – E aí, meu filho, aí você sofre, porque é uma pessoa que não sabe, não tem o melhor letramento do que é ser idoso; trata você da mesma forma como... E tem mais: você às vezes quer falar, e você não tem contato. Muitas vezes você quer trocar uma ideia. Eu vejo muitos colegas idosos que vão para o posto de saúde para conversar. Vão lá para conversar, para trocar uma ideia e tal. E trocam ideia com o segurança, trocam ideia com o servente, ou seja, porque um dos problemas que nós idosos temos é a solidão – a solidão da viuvez, a solidão porque muitos dos seus amigos já se foram –, e você não tem muito com quem conversar, a não ser os familiares. Isso quando você tem filhos e netos; e quando você não tem? Então, é neste momento que você procura interagir. E ali não tem conversa: “Qual é o próximo?” e tal. E vamos que vamos. Então, você é tratado dessa forma.

Como dever de militância, eu tenho que fazer propostas toda vez que eu tenho que tenho que fazer uma intervenção. A primeira proposta que eu faço é para o meu colega Alexandre e para o Senador: nós temos que ter letramento junto a esses burocratas de rua. Eles precisam saber o que é ser idoso. Essa turma não sabe o que é idoso. *(Palmas.)*

Eles não sabem o que é ser idoso. E eu estou falando para o cara da segurança, para o atendente ali do balcão, para o atendente do banco... Naquelas filas de banco para idoso, também você vai pegar uma pessoa que não está nem aí com você e tal. É o mesmo problema. Então, essas pessoas que vão atender o idoso naquela fila precisam saber o que é isso, porque, às vezes, a pessoa vai lá e fala assim: “Olha...

(Soa a campanha.)

O SR. IVAIR DOS SANTOS – ... eu não vou poder te atender aqui porque você não tem a carteirinha tal, então volta daqui a...“. Ele não tem ideia do transporte que você vai ter que fazer, do deslocamento... Não é uma coisa que você, quando jovem, fala ”tudo bem“; não, não é fácil, você tem que...

Então, a primeira proposta é: nós temos que fazer um trabalho de letramento para esses burocratas de nível de rua, em todas as áreas – entendeu? –, porque essa gente não sabe o que é ser idoso e tal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVAIR DOS SANTOS – É.

E agora, lá em São Paulo – eu sou funcionário do Iamspe –, inventaram um tal de aplicativo para você marcar a consulta. E aquele negócio... Você olha aquele negócio, e aquele negócio não funciona. Você tenta marcar ou você pede ajuda, pede para o filho, pede para o neto... O neto sempre me ajuda. É sempre ele que fala: “Não, faz isso, vô”, e tal. *(Palmas.)*

Esses aplicativos fazem... como se a gente tivesse a idade de um jovem de 10, 12 anos. E aquilo é



chato – é chato! Você faz o teste, faz a fotografia, e nada e tal.

Outra proposta que nós temos: o letramento digital para nós hoje é vital. A gente não tem essa possibilidade. A gente não tem essa facilidade que eles têm. E para tudo – banco, tudo... – precisa de saber o digital. E fora os golpes, de que eu já fui vítima, inclusive: recebe uma informação de um filho dizendo “olha pai, olha pai”, com foto da sua filha. “Pai, manda dinheiro e tal”. E você, naquela ansiedade, manda. E, quando vai ver, é um golpe. Eu já passei por isso, gente. É uma tristeza você passar por essas questões e tal.

Mas sabe o que eu descobri, Senador, uma coisa que me deixou chocado? É o seguinte, eu comecei a rever todos os documentos do Movimento Negro e as pautas que ele levava na educação, na saúde e tal. Sabe o que eu descobri? Que não tem a terceira idade. É que nós éramos jovens, achávamos que nós não íamos chegar à terceira idade. Então, na pauta do Movimento Negro, em que eu lutei a vida inteira, não tem a questão da terceira idade. Não tem, não sei...

Então, eu vou sugerir, estou sugerindo outra proposta. Sabe como é que é a militância, tem que fazer e mandar a proposta. Alexandre, tem que chamar uma reunião com o Senador Paulo Paim, com as lideranças negras para dizer: “Ó, você tem que começar a pautar a questão da terceira idade. Tem que pautar, porque nos documentos que vocês estão fazendo, não existe a terceira idade, não existe!”.

Agora, imaginem, senhoras e senhores, um quilombola, um kalunga da terceira idade. Esse indivíduo tem informação? Como é que faz? Então, estou falando de direitos de quilombola e tal, como é que eu chego nesse quilombola da terceira idade? E aí, você começa a ver as suas limitações. Eu lutei a vida inteira pelo quilombola, mas o quilombola jovem; agora, da terceira idade é outra conversa, é outra conversa, você tem que ter uma pauta nesse sentido também.

E a outra questão para a qual eu gostaria de chamar a atenção dos senhores, eu fui Diretor do Departamento de Direitos Humanos da Presidência da República durante 20 anos. Hoje eu fui rever a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Eu vou ler para vocês o Artigo 2: “Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja [vai anotando] de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento [...]”.

Bom, o que está faltando aí? A idade. Então, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu Artigo 2, que foi escrito em 1948, não se pensava na idade, a idade não entrou na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Essa tarefa de brigar para a inclusão da declaração do idoso, no universo dos direitos humanos, é nossa, porque a geração que escreveu em 1948, escreveu raça e tal, mas não escreveu a idade, a outra idade. (*Palmas.*)

Então, quando o meu colega fala do Pacto Internacional, é uma revolução, porque se nem a Declaração Universal se pensava na idade...

(*Soa a campanha.*)

O SR. IVAIR DOS SANTOS – ... hoje você tem que pensar na idade nesse sentido também.

Bom... Quando toca essa campanha, eu já fico preocupado... (*Risos.*)

... porque eu comecei a me empolgar aqui, e aí eu fui...

Então, eu queria chamar a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Deixe-me me defender. Quando a campanha tocar, não se preocupe que eu vou dar um tempo a mais. Estou me defendendo já. (*Risos.*)

O SR. IVAIR DOS SANTOS – Está certo.



Mas eu queria passar para as propostas com que eu vou cutucar o Alexandre e o Senador.

Nós temos aqui em Brasília, graças a Deus, uma das melhores intelectuais e servidoras públicas desta gestão do Governo Lula: ela é Secretária da Secadi, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos e de quilombolas. Ela se chama Zara Figueiredo. A mulher é uma mulher negra, um fenômeno, uma mulher muito competente. E ela coordena política voltada para a população negra, LGBT, população da EJA, enfim, só problema. Ela é a grande Secretária do Ministério da Educação, da Secadi e tal.

A primeira coisa que eu pensei, conversando com a Alexandre aqui, foi o seguinte: Alexandre, você já reparou que toda vez que a gente fala de analfabetismo, há uma parcela de idosos negros que não estão alfabetizados ainda? E, quando você pega essa parcela de analfabetos, 50% dos analfabetos são a população negra e idosa. Então, a primeira grande tarefa...

E vou lhe contar uma outra coisa que mais machuca a gente: a educação de jovens e adultos foi fechada em vários municípios do Brasil. O Prefeito não se preocupa com a educação de jovens e adultos.

(Soa a campanha.)

O SR. IVAIR DOS SANTOS – Qual o impacto disso? Nós idosos não vamos ter acesso a essas escolas também.

Então, a primeira proposta que eu faço é a seguinte: a gente precisa ter um plano de alfabetização para idosos. Não dá para... Como disse a minha colega, a educação é para a vida toda e tem que começar pela alfabetização.

Eu fui aluno da UnB, fiz meu Doutorado na UnB e fui Professor da UnB. Então, eu tenho orgulho de dizer que a UnB é a escola em que eu... E tem mais: eu fui da turma que brigou para criar ações afirmativas dentro da UnB. Então, a UnB faz parte da minha vida, faz parte da minha essência como ser humano, porque lá eu aprendi, conheci muita gente brilhante, conheci professores, reitores, gente muito, muito importante. E fico feliz dessa ação de vocês estarem aqui, representando a UnB, representando a minha universidade. Para mim, é muito importante isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*)
– Vida longa à UnB!

O SR. IVAIR DOS SANTOS – A UnB é importante nesse sentido.

Então, por favor, como diz o Professor e Senador Cristovam Buarque, a alfabetização tem que começar... tem que se discutir a questão do analfabetismo no Brasil. E ela passa pela terceira idade, passa pelos idosos. Nós temos que ter... Não pode haver um idoso na sua casa sem saber ler e escrever. Nós temos que ajudá-los nesse processo. Isso é uma questão revolucionária para nós, entendeu? Você ter um idoso que não sabe ler e escrever... Isso não tem razão de ser com tanta coisa que a gente pode fazer e tal em relação a isso. Então, a questão do analfabetismo é uma questão prioritária.

A outra questão que eu queria trazer no campo da educação é a educação financeira para idoso. Meu Deus do céu, como a gente é roubado todo santo dia. A educação financeira para o idoso é fundamental. Alexandre, você tem que ajudar a colocar na pauta a educação financeira para idoso.

(Soa a campanha.)

O SR. IVAIR DOS SANTOS – Tem que colocar na pauta isso. *(Palmas.)*

Olha, nós vamos ter que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVAIR DOS SANTOS – Professora, sabe uma coisa?



(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVAIR DOS SANTOS – Muito bem, muito bem.

Sabe do que eu sinto falta nessa plateia? Sinto falta de mais homens negros. E aí eu sei por que muitos deles não estão aqui: uma questão é porque faleceram antes, outra questão é a do acesso à informação. Se ele tem uma companheira, a companheira até o carrega para trazer aqui.

E sinto falta sabem de quem também aqui? Das ialorixás...

(Soa a campanha.)

O SR. IVAIR DOS SANTOS – As ialorixás são fundamentais na nossa história, na nossa ancestralidade e são idosas na sua maior parte. A gente precisa valorizar esse conhecimento tradicional que elas trazem, o cuidado que elas trazem em relação a isso.

Por que eu digo isso? Eu ainda trabalho na área da saúde, mais na saúde do trabalhador. E uma das áreas em que mais eu tenho percebido crescimento é a saúde mental. E, quando eu vejo esse projeto, essa lei sobre Alzheimer... Senador, você não faz ideia o que é ter uma pessoa em casa com demência! Não é fácil. Primeiro, você precisa ter pessoas que cuidem dela todo o tempo e tal, acompanhando. E, se é uma família pobre e tal, você não tem um cuidador para...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. IVAIR DOS SANTOS – É muito, muito delicado e tal. Então, essa questão do cuidador... E tem mais: há a questão do cuidador do cuidador, porque muitos cuidadores são idosos, o que é outro problema, e nós temos que dar uma olhada com mais atenção em relação a isso e tal.

Eu quero prestar minha homenagem às ialorixás. A questão da terceira idade delas é uma questão em que nós temos que olhar. E aí é uma questão... Eu sei que muitas pessoas têm uma religião que muitas vezes não se concilia com a religião de matriz africana, mas essas mulheres são fundamentais nas nossas comunidades. São elas que dão a diretriz, são elas que são nossos guias, são elas que nos orientam, são elas que nos acolhem. E elas são idosas, a grande parte delas são idosas, são pessoas que precisam de um tratamento em relação a isso.

Bem, eu queria...

(Soa a campanha.)

O SR. IVAIR DOS SANTOS – Bom, eu vou passar para os finalmentes, porque duas coisas acontecem com a gente que é da militância: querer falar muito e...

Mas tem um aspecto em que eu queria tocar: acesso ao trabalho. Eu estou espantado com pessoas da minha faixa etária com uma perfeita capacidade de trabalhar, de intervir, mas, gente, a discriminação em relação a nós não é fácil! A gente passa um... Nós temos experiência, conhecimento, a gente leu, estudou, mas, quando fala que é aposentado, é como se a gente não tivesse mais nenhuma capacidade de intervenção. E o mais maluco de tudo é que você tem... Eu tenho colegas engenheiros, colegas químicos, colegas físicos com que as pessoas poderiam ter uma bela de uma intervenção, mas não dão... Todas as políticas pensadas...

(Soa a campanha.)

O SR. IVAIR DOS SANTOS – ... para a participação em conselhos de administração de empresa e... Idoso não entra na história! É como se aquela experiência toda não fosse suficiente e tal. Então, a questão do trabalho... E tem mais: agora, com 45 anos, a pessoa já é idosa, quem está trabalhando! Eles



pedem: “Você conhece tal programa, tal *software*?”. É tudo bobagem! A gente sabe que esses programas você aprende rapidinho, não tem mistério. As pessoas botam aquele nome, e, quando você vai ver, são vários comandos que você tem que dar e pronto.

Quem é que não sabe fazer aquilo? Todo mundo sabe, aprendeu a ler e escrever, sabe fazer isso. Mas nós carregamos o peso da idade no acesso ao trabalho e emprego.

E quero finalizar a minha fala com a fala de uma grande liderança negra chamada Luiz Gama. Luiz Gama foi um grande...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. IVAIR DOS SANTOS – ... que morreu precocemente, morreu com 52 anos de idade, seis anos antes da abolição, morreu em 1882. Ele escreveu uma... Ele escreveu muito, hoje você tem uma descoberta de uma descoberta, livros e livros do Luiz Gama. Mas eu queria encerrar a minha fala prestando uma homenagem a ele, porque ele morreu com 52 anos, sabe do quê? De diabetes, que é daquilo que boa parte dos meus irmãos negros estão morrendo hoje, boa parte dos meus irmãos negros da periferia, da cidade de São Paulo, onde eu vivi, morreram de quê? Diabetes. E Luiz Gama morreu aos 52 anos de diabetes. Então eu resolvi prestar a minha homenagem a uma pessoa que podia ter vivido muito mais e tal, né?

(Soa a campanha.)

O SR. IVAIR DOS SANTOS – E aqui uma frase muito bonita dele: “O dia da felicidade será o memorável dia da emancipação do povo, e o dia de emancipação será aquele em que os grandes forem abatidos e os pequenos levantados; em que não houver senhores nem escravos; chefes nem subalternos; poderosos nem fracos; [nem] opressores nem oprimidos”, Luiz Gama.

Com essas palavras, encerro a minha fala.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Ivaír dos Santos, Sociólogo, fez uma bela exposição para nós.

E agora nós estamos chegando ao final, mas tem uma Senadora no Plenário, Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, que sempre tem nos ajudado em momentos como este, inclusive relatando projetos como o do lúpus e da epilepsia, que é outra lei que nós apresentamos, estava engavetada, daí ela olhou, viu, “Paim, eu vou relatar”, relatou e já aprovamos. É uma luta de quase 20 anos, ela relatou, e nós temos hoje a perspectiva de ser ainda este ano aprovada, você se comprometeu conosco, eu contigo e você comigo, de irmos lá na Câmara para aprovar tão importante lei. Mas enfim, vamos lá, Senadora Damares Alves.

Só falta uma pessoa, daí nós encerramos, com muito carinho aqui, agradecendo a vocês. *(Palmas.)*

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Bom dia, bom dia, bom dia.

Presidente, que alegria estar nesta sessão, vim correndo, estava dirigindo outra. Quero cumprimentar a Mesa, que bom saber que Ivaír envelheceu, faz tanto tempo que eu não o via pessoalmente, olha o cabelinho branco dele. Cumprimento todos na pessoa do Secretário, esse Secretário que, a primeira vez que vi, gente, ele entrou numa audiência, eu falei “Tem certeza de que o senhor está na audiência certa? O senhor não é o Secretário da Juventude?”. Aí ele disse “Olha bem meus cabelos, Senadora”. Secretário Alexandre, que tem colaborado tanto com o Parlamento, não foge de uma discussão, está aqui o tempo todo nos ajudando, que Deus te abençoe na condução da sua pasta lá, sabe a admiração que tenho por ti. E eu só estou passando para dar um abraço.



Temos que celebrar realmente essa data, Presidente. Eu cheguei, e olha como eu cheguei linda e maravilhosa! E eu não imaginava que eu seria tão feliz nessa faixa etária. Os jovens, às vezes, não entendem por que a gente tem tanta exuberância, tanta alegria nessa faixa etária. É porque a gente chegou na fase plena da maturidade, da sabedoria. E quanto a gente pode colaborar com essa geração! A gente pode colaborar muito, e é isso o que nós estamos fazendo aqui.

Nós temos que, no Senado, exatamente pela exigência da legislação, os Senadores têm que ter uma certa idade. Esta é a Casa da serenidade, é a Casa que tem conduzido o Brasil muitas vezes, e o que tem ajudado é a nossa maturidade. E quando eu olho para trás, meu Deus... “Eu falei aquilo mesmo naquela idade? Eu fiz aquilo mesmo naquela idade?” A gente poderia nascer ao contrário, a gente poderia nascer já idoso, com tanta sabedoria; acho que todos os problemas do mundo já estariam resolvidos se a gente nascesse idoso, com toda essa sabedoria. Mas a gente tem que celebrar essa fase.

Temos desafios? Temos. Muitos problemas no Brasil? Temos. E todas as vezes que eu falo dessa fase, as pessoas associam à luta contra a violência, à luta... Não, hoje eu quero falar de alegria. Somos a fase da alegria, da exuberância, da maturidade, da sabedoria. Somos a fase das mulheres que amam. Sim, nós amamos, nos apaixonamos e sabemos amar. Gostamos de ganhar flores! Por favor, mandem flores para nós. Nós somos românticas, nós dançamos em baile de salão, sim, sabemos dançar; nós nos apaixonamos e, às vezes, aproveitam desse nosso coração apaixonado. Nós somos a idade da alegria. Presidente, e precisamos celebrar cada vez mais.

Que Deus abençoe vocês! Hoje nós estamos aqui com esse projeto lindo da Universidade do Envelhecer, esse projeto maravilhoso – eu quero mais e mais projetos como esse no Brasil. Que Deus abençoe todos vocês! (*Palmas.*)

Todos os dias, nesta Casa, é o dia da pessoa idosa. Nós não temos só um dia, mas todos os dias.

Parabéns, Senador Paim! Ah, quando vocês quiserem me achar no Senado, procurem ver onde o Senador Paim está, porque eu estou lá junto com ele. (*Risos.*) É desse jeito que a gente trabalha aqui. (*Palmas.*)

Parabéns, Senador Paim! Parabéns a todos da mesa, a todos vocês e aos que estão nos acompanhando. Que Deus abençoe vocês!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito obrigado, muito obrigado, Senadora Damares Alves.

Eu era o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, mas aqui a cada dois anos tem que trocar. Eu estava saindo e ela estava chegando naquela Comissão, indicada por ampla maioria dos partidos para presidir. E está fazendo um trabalho com muito equilíbrio, muito diálogo e alguns temas polêmicos. Nós conversamos às vezes antes: “E aí, como é que vamos administrar?”, um diz para o outro; e administramos. Ela está fazendo um belíssimo trabalho. Parabéns, Senadora Damares!

Agora nós vamos... Os meninos que estão neste momento saindo, quero cumprimentá-los.

Registramos à presença, na galeria, dos alunos do ensino fundamental da Escola Adventista de Valparaíso de Goiás. Uma salva de palmas a vocês, meninada. (*Palmas.*) Vocês são o nosso futuro!

Vocês são o nosso futuro!

Encerrando – agora vamos encerrar, é a última convidada –, concedo a palavra à Sra. Antônia de Maria Farias, integrante do Projeto Viver Bem.

A SRA. ANTÔNIA DE MARIA FARIAS LIMA (Para discursar.) – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Senador Paim.

Quero agradecer ao senhor pelo convite, e à Senadora Leila também.

Para mim é muito importante estar aqui. Eu estou emocionada de estar aqui. Na minha primeira vez aqui no Senado eu ainda era muito jovem, muito pequena, e retornar agora foi muito gratificante para



mim.

Eu faço parte do Projeto Viver Bem já há algum tempo. Eu entrei lá, eu tinha acabado de sofrer um AVC. E o projeto me ajudou na minha reabilitação, em todos os sentidos, tanto físico como mental. Tive a ajuda da minha mãe, que me levou para o projeto. Fui atendida no projeto pela psicóloga Juliana, que hoje é coordenadora também do projeto.

O projeto em si é muito importante para mim, foi fundamental na minha recuperação, pois eu tive seis AVCs, sendo o último muito mais agressivo, me deixou bastante debilitada. E o apoio do projeto foi de suma importância para mim.

Faço aulas de pilates hoje, ginástica localizada. Os professores são ótimos no que fazem, trazendo muita qualidade de vida e ajudando tanto na parte física como na parte mental.

Sou apenas uma das mais de 300 pessoas que o projeto atende, sendo mais de 70% pessoas idosas. Para mim é de grande valia estar aqui representando essas pessoas, esses 70%, que são de suma importância para o nosso projeto.

O projeto também oferece um apoio psicológico aos alunos, tanto individual quanto em grupo. Oferece também arteterapia, aulas de violão para a terceira idade, aulas de ginástica, com café da manhã, os coletivos, eventos culturais, como a Feira de Viver Bem, a Festa dos Anos 60 – tudo para agradar os nossos idosos, uma forma de tirá-los de casa para se divertirem, para sentirem outros ares, né? –, passeios na Água Mineral e em outros lugares também, a interação, como o jantar do Dia das Mães, Natal e ainda uma roda de conversa com conscientização sobre a saúde mental, o câncer de mama...

Dentre as muitas memórias boas que o projeto oferece, a vivência com as pessoas proporcionou... E me marcou o dia que eu retornei ao projeto. Eu estava voltando do AVC. A maneira como eu fui recebida pelos meus colegas, a hospitalidade, o apoio, o carinho, me marcou demais.

Neste dia de comemoração ao Dia do Idoso, é muito importante validar projetos como este que nos acolhem, nos tiram de casa, muitas vezes da rotina familiar. Muitas vezes os filhos não têm tempo para os seus pais, não saem, não se divertem, e, nesse lugar, eles encontram o autocuidado e encontram um amigo, que sempre nos acolhe.

Então, hoje, em nome dos idosos do Projeto Viver Bem, na comunidade de Ceilândia, estamos aqui como porta-voz dos meus colegas. Só tenho a agradecer pelo infinito apoio que o projeto nos dá e pela Senadora Leila, que confia e há de confiar no trabalho das pessoas ali postas, olhando com tanto carinho para a comunidade de Ceilândia.

Esperamos continuar ali com as nossas aulas, no espaço que construímos juntos, por muitos longos anos.

Desculpem-me pela emoção. (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Antônia de Maria Farias, integrante do Projeto Viver Bem, que, com muita emoção, concluiu a sua fala. Muita emoção é o que a gente vê em inúmeros idosos no nosso país, viu? Ela aqui representou, na verdade, como se fosse um dos nossos idosos mesmo falando. Parabéns, viu?!

Eu queria, antes de encerrar esta sessão... Nós vamos ter uma foto coletiva aqui, hein? Eu não abro mão dessa foto.

Eu queria muito agradecer ao Marcelo Puget Monteiro, chefe de Serviço de Transportes, que conseguiu liberar transporte para que vocês pudessem chegar aqui; também ao Haliata Oliveira Maia, funcionário do Serviço de Transportes. Agradeço também o lanche que foi dado a nós todos aqui, né? E agradeço à Diretora-Geral, Ilana Trombka; à servidora da Diretoria-Geral Lucyana Vega; e à funcionária Francinete Brito, do Senac.

Pessoal, atingiu todos os objetivos aqui a nossa sessão. (*Palmas.*)



Aqui já estão propondo que eu faça uma, lá no Rio Grande do Sul, semelhante a essa, né? E será para a gente falar bastante dessa cartilha aqui do Alzheimer.

Queria cumprimentar os visitantes que estão aqui. Fica o nosso carinho, o abraço, nesta sessão de homenagem ao idoso. (*Palmas.*)

Só quero dizer a vocês, pessoal, que o compromisso que eu assumi foi este: foi tão bom este debate, neste dia que eu considero histórico, que nós vamos fazer, de fato, a cartilha com a fala de todos aqui, vamos botar à disposição na internet e, naturalmente, vamos imprimi-la também. Não dá para imprimir muitas, mas, 1 mil ou 2 mil, isso dá para imprimir.

Eu sei que o horário de vocês já está estourando, né? Todos têm que se deslocar ainda para o almoço. Só queria agradecer muito, muito. E aqui eu vou me fixar – além de outros – nos que ajudaram a organizar a UnB. A UnB foi uma referência para todo o país. Foi na UnB, principalmente, que se iniciou o debate da política de cota. Foi no Rio de Janeiro, mas também na UnB, né? A gente lembra o Rio de Janeiro. Então, a UnB é uma referência para todos os brasileiros e brasileiras, brancos, negros, índios, idosos, jovens.

Eu termino só dizendo: vida longa, vida longa aos idosos de todo o nosso país! Vida longa à UnB! Vida longa a todos os homens e mulheres e governantes que efetivamente se preocupam com os idosos e as idosas!

Nós seremos... Quem não é, vai ser o idoso de amanhã. Eu já sou. Aos mais jovens, que nos olham neste momento e às vezes não têm o respeito devido com os idosos, é bom lembrar que eles também serão idosos. E a vida nos ensinou que a forma como você trata os idosos quando é jovem vai ser a forma como você será tratado quando envelhecer. E eu quero só alegria, como foi dito aqui, felicidade para a nossa juventude de hoje, que será o idoso de amanhã. Que cada um de nós faça a sua parte.

Permitam que eu diga isto, porque se falou muito aqui em educação, e com isto eu vou terminar, porque eu não quero que a emoção também tome conta de mim: meu pai e minha mãe já faleceram, ambos analfabetos, que vieram do campo. E eles nos disseram só uma coisa que eu ouvia quase todo dia – dez irmãos –: “Estudem, trabalhem e sejam honestos”. Tínhamos que trabalhar, não tinha jeito, eram dez irmãos, e eles ganhavam o salário mínimo. “Estudem, trabalhem e sejam honestos”. Com essa pequena história, eu falo da situação de muitas histórias, milhares, que poderiam ser contadas neste país.

É bom poder dizer que a gente ama os idosos, com muito carinho, com muito esforço, para a vida toda.

O Senador Hiran está presente aqui. Senador Hiran, é bom vê-lo aqui, nossas palmas. (*Palmas.*) Informaram-me agora. Fique aqui para tirar foto com a gente, Senador Hiran.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Já vem para cá, então está bem.

Pessoal, um abraço a todos vocês. Estamos juntos! Uma salva de palmas de pé a todos os idosos do Brasil e do mundo. (*Palmas.*)

Assim, cumprida a finalidade desta sessão tão importante, agradeço a todos que nos honraram com a participação aqui e acompanhando pela TV Senado; e agradeço também a vocês que estão nas galerias, que estavam prestigiando este evento em que estamos completando 22 anos do Estatuto do Idoso.

Vida longa a todos! A vocês também! (*Palmas.*)

Pessoal, encerrados os trabalhos, nós vamos tirar uma foto coletiva que vai para a minha biografia, podem ter certeza. Nós vamos descer aí para tirar a foto aí embaixo.

Vamos lá.



Com isso, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 27 minutos.)



Ata da 134ª Sessão, Não Deliberativa,
em 6 de outubro de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Laércio Oliveira.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 14 horas e 46 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Fala da Presidência.)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário e parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Passamos, então, à lista de oradores.

O primeiro Senador a usar a tribuna, com muita honra, é o Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) – Boa tarde, Exmo. Sr. Presidente, colega, meu amigo Laércio. Permita que eu... Quase que eu lia o seu currículo aqui. Tem sido parceiro em muitas e muitas caminhadas e boas batalhas aqui dentro do Congresso.

Cumprimento também o Senador Confúcio, da mesma forma, amigo e parceiro. Eu diria que junto com a Professora Senadora Dorinha, V. Exa. e a Professora são os grandes orientadores hoje aqui no campo da educação – recebam meus cumprimentos –, mas não é só nessa área, se não ficam rotulando a gente dizendo que é só nessa outra área. Então, recebam meu abraço, Senador Laércio e Senador Confúcio.

Presidente, hoje tivemos uma boa notícia. Podemos celebrar o encontro de hoje entre o Governo do Presidente Lula e o Presidente Donald Trump. Eu diria que muita esperança apontou para essa conversa dos dois para todo o Brasil. Foi hoje pela manhã, o Presidente Lula recebeu o telefonema do Presidente Donald Trump, lá dos Estados Unidos da América.

Os dois líderes conversaram por 30 minutos, quando lembraram a boa química que tiveram na Assembleia Geral da ONU. Lula e Trump reiteraram a impressão positiva daquele encontro, segundo nota do Palácio do Planalto. Lula descreveu o contato como uma oportunidade para a restauração das relações amigáveis de 201 anos, entre as duas maiores democracias do Ocidente. Recordou que o Brasil é um dos três países do G20 com quem os Estados Unidos mantêm superávit na balança de bens e serviços. Lula solicitou a retirada da sobretaxa de 40% imposta a produtos nacionais e as medidas restritivas aplicadas contra autoridades brasileiras. Trump indicou o Secretário Marco Rubio para dar sequência às negociações com o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, pelo qual também temos um enorme respeito, o nosso Vice-Presidente Geraldo Alckmin. O Chanceler Mauro Vieira e o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estarão também nessa conversa, ambos muito, muito qualificados. Ambos os líderes acordaram encontrar-se pessoalmente em breve. Boa perspectiva, muito boa.

Sr. Presidente, quero também falar de outro tema. A Câmara dos Deputados aprovou, de forma histórica e unânime, o projeto de lei que estabelece isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$5 mil por mês e até R\$7.350 de forma escalonada, um passo gigante em direção a um Brasil mais justo, mais equilibrado e mais solidário. O projeto, de iniciativa do Governo do Presidente Lula, é mais do que uma promessa cumprida, é uma demonstração concreta de que o Estado pode e deve estar ao lado do trabalhador, da trabalhadora, daqueles que ganham menos, que são os que mais precisam. O texto agora está em tramitação aqui no Senado Federal. Representa um avanço real por justiça tributária. Tenho certeza de que o Presidente Davi Alcolumbre vai dar um encaminhamento rápido, como fez também naquela história da PEC da blindagem que a CCJ, por unanimidade, rejeitou.

Com certeza, essa decisão da Câmara e agora do Senado é muito importante, porque vai aliviando, então, o bolso de milhões de brasileiros e brasileiras que sustentam o nosso país com o suor do seu trabalho.



Mais de 26 milhões de contribuintes serão beneficiados. São professores, enfermeiros, comerciários, metalúrgicos, servidores autônomos, gente que acorda cedo para pegar ônibus, que enfrenta o dia a dia com dignidade, e que agora verá um pouco mais do seu esforço permanecer em suas mãos.

Esse dinheiro, que antes era retido pelo Estado, voltará à economia real, porque, nessa faixa, o que eles ganham, eles gastam, então vai impulsionar a economia. Os que ganham – como é o principal – até 5 mil, muitos desses pagam aluguel, pagam estudo, pagam roupa dos filhos, alimentação, enfim, luz, água, todo aquele ciclo que nós outros também pagamos – mas nós ganhamos, claro, um salário, eu entendo, à altura dos congressistas. Enfim, voltará em forma de consumo, de alimento na mesa, de remédio, de roupa para os filhos, de alívio nas contas da casa, que eu tentei aqui resumir.

É renda que volta a circular, movimentando o comércio, fortalecendo o pequeno empreendedor e, em última instância, gerando desenvolvimento e empregos.

O Governo do Presidente Lula cumpre, assim, um compromisso assumido com o povo brasileiro durante a campanha: fazer o sistema tributário trabalhar a favor da maioria – isso é nossa obrigação –, e não apenas de uma minoria privilegiada. Essa é a essência do projeto. Fazer com que quem tem menos, pague menos; quem tem mais, contribua um pouco mais.

Ao contrário do que alguns pensam, justiça tributária não é penalizar os bem-sucedidos. É corrigir distorções e permitir que todos tenham oportunidade de prosperar, viver melhor. Com mais renda disponível, milhões de famílias poderão melhorar o seu padrão de vida, quitar dívidas, investir em educação e, principalmente, recuperar a esperança.

O impacto social dessa medida é profundo. Estima-se que o alívio no bolso dos trabalhadores gere um impulso positivo de R\$25 bilhões na economia nacional. Isso significa mais arrecadação indireta, mais dinamismo econômico e mais poder de compra para a classe média e os trabalhadores formais.

Sr. Presidente Laércio, não há desenvolvimento sustentável sem inclusão social. O Brasil que queremos é um país em que o crescimento econômico caminhe de mãos dadas com a redução das desigualdades. Esse projeto, ao isentar quem ganha até R\$5 mil e escalonado até R\$7.350, reafirma o compromisso de um Governo que olha para os que estão no andar de baixo, mas sem ódio dos de cima, com muito diálogo, e que acredita que o progresso deve ser compartilhado.

Meus cumprimentos à Câmara dos Deputados. Eu, muitas vezes, vim aqui, cobrei e até elogiei a iniciativa da Comissão de Economia aqui do Senado, que aprovou um projeto praticamente idêntico e, com isso, contribuiu para que a Câmara também acelerasse... Isso faz parte da política. E que bom que a Câmara dos Deputados deu uma demonstração exemplar ao aprovar a proposta com 493 votos favoráveis – nenhum voto contrário! Alguém poderia dizer: “Mas não eram 513?”. Sim, mas nem todos, por motivos outros, puderam estar lá. Foi uma grande votação, quase 500 Parlamentares, e votaram todos favoráveis. Quando o tema é o bem-estar das famílias brasileiras, não há lados, não é um debate ideológico, não tem que haver divisões. Nós estamos olhando para o povo brasileiro, e o povo brasileiro é um só.

Agora, cabe ao Senado Federal dar sequência a esse gesto de grandeza – eu diria já das duas Casas, porque o Senado também sinalizou porque aprovou por unanimidade – e aprovar com serenidade essa proposta que representa um alívio concreto no bolso de quem mais precisa. Não é apenas uma questão técnica, é uma questão de sensibilidade, de empatia e de justiça.

O Governo Lula, dessa forma, demonstra, com essa medida fundamental e que vem sendo discutida há tanto tempo, que é possível governar com responsabilidade fiscal e, ao mesmo tempo, com sensibilidade social. É possível, sim, equilibrar as contas públicas e, ainda assim, garantir que o trabalhador tenha mais renda disponível.

Sr. Presidente, hoje, o Brasil demonstrou que pode e dará muitos passos adiante na construção de um novo grande pacto social. O Imposto de Renda zero, para quem ganha até R\$5 mil, não é apenas uma



mudança de tabela, é um ato de reconhecimento, de respeito a quem carrega este país. Ao final, quem ganha é o Brasil, ganha o trabalhador, ganha o comércio, ganham os empreendedores, ganha a economia, ganha o Brasil – repito –, que cresce, assim, com inclusão e solidariedade.

Que o Senado Federal, com sua tradição de equilíbrio e responsabilidade, vote o projeto rapidamente, para que não haja nenhuma dúvida do nosso compromisso em melhorar a vida do povo brasileiro. Que o Brasil continue avançando com políticas públicas que fortaleçam o povo e não a penalização.

Parabéns a todos! Parabéns aos Deputados, parabéns – eu digo já – ao Senado, porque aqui não será diferente – tenho certeza disso –, parabéns ao Executivo, parabéns ao Presidente Lula, parabéns ao Ministro da Fazenda, à base do Governo e também a quem está no campo da oposição! Porque, se eu digo que votaram à unanimidade, eu tenho que saber cumprimentar. Como muitas vezes, porque é um debate democrático e legítimo, a oposição contesta algumas posições, nós também contestamos, muitas vezes, questões da oposição. Mas, nesse caso aqui, eu cumprimento tanto a oposição como a situação, que souberam fazer o bom debate e, na hora final, votaram por unanimidade. É a segunda vez já, assim respondemos à PEC da impunidade, que foi aqui votada nesta Casa com a garantia de que nem iria para o Plenário. Não veio mesmo, morreu lá na CCJ. E, lá, foi votada por unanimidade.

Enfim, eu entendo que todos os Parlamentares compreenderam a importância desse passo porque fazer justiça tributária é fazer justiça social. A justiça social é o nome do Brasil que sonhamos nós todos construir, um país para todos e não apenas para alguns.

No término desta minha fala, digo, em sintonia com o que eu disse no início: celebramos o Governo do Presidente Lula com esperança e senso de justiça social. Que o diálogo entre os Presidentes do Brasil e dos Estados Unidos, Donald Trump, vá nesse sentido, porque eu tenho certeza absoluta de que, com isso, todos ganham. Ganha o empresário, ganha o trabalhador, ganham os poderes constituídos, ganha o Congresso Nacional. Que bom que voltaram a conversar, apontando que é possível construir um grande entendimento. E esse entendimento, naturalmente, terá o aval do nosso querido Congresso Nacional.

Eu digo sempre e disse hoje de manhã: o Congresso é a vocação da democracia – o Congresso é a vocação da democracia! – e, claro, em parceria com o Executivo e o Judiciário, ou seja, respeitando a independência dos três poderes, dialogando e votando, oxalá votando por aqueles que mais precisam, por aqueles que, no meu entendimento, devem receber um olhar carinhoso, solidário, respeitoso de todos nós, com uma frase de que eu gosto muito: nós temos que fazer o bem sem olhar a quem.

Muito obrigado, Presidente Laércio, por esta oportunidade de eu falar, neste minuto, neste momento, sobre temas que eu entendo de suma importância para a nossa gente.

Agradeço também ao Senador Confúcio, que está aqui sempre vigilante para as boas causas. E eu estou nesse time, e V. Exa. também, Senador Laércio. Nós somos vigilantes das boas causas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Cumprimento V. Exa., Senador Paulo Paim.

Gostaria que o senhor ficasse na tribuna e, com sua permissão, quero fazer algumas considerações à fala de V. Exa.

Primeiro, eu quero transmitir os meus mais altos respeitos a V. Exa. V. Exa., na trajetória política que empreende até os dias de hoje, já escreveu o seu nome na história. Eu entendo e, às vezes, eu fico pensando no orgulho que é para o senhor trabalhar esses anos todos em favor do povo, do povo brasileiro que o senhor ama, não só do povo do Rio Grande do Sul.

E eu assisto aqui ao senhor promovendo as suas audiências públicas, recebendo tudo, recebendo todos e tratando todos da mesma maneira, do mesmo jeito; cuidando daquelas crianças naquele projeto que nós temos aqui, que é o Senado Jovem, acolhendo-os, passando os seus ensinamentos para eles, ou



seja, semeando em gerações futuras, que vão mirar na sua história, para quem quer seguir a política, olhando exatamente o exemplo do Senador Paulo Paim, de retidão, de respeito, de companheirismo e de um pensamento ideológico único, mas que nunca, nunca se furtou ao diálogo.

Eu entendo que a grandeza política se instala quando a gente tem a capacidade de dialogar na adversidade e construir o consenso ao ouvir a minha opinião e a sua opinião, para a gente formar um consenso naquilo que a gente entende: olha, se é possível, eu renuncio um pouquinho aqui, renuncio um pouquinho ali, e o Brasil ganha porque a gente converge no mesmo sentido. O senhor tem essa característica marcante.

Para mim, não é fácil estar aqui presidindo o Senado Federal tendo V. Exa. na tribuna, tendo o privilégio de dialogar com o senhor dentro da grandeza que V. Exa. tem.

O senhor traz dois temas extremamente importantes. Primeiro, o projeto de isenção de Imposto de Renda para as pessoas que ganham até R\$5 mil. O senhor traz esse tema, e eu acho importantíssimo trazê-lo. Agora, como se diz, a bola está com o Senado. Nós precisamos dar uma resposta, e temos todas as condições de oferecer a resposta, como fez o Senado Federal na relatoria, inclusive, de um correligionário do Deputado Arthur Lira, e o projeto obteve o sucesso que teve pela votação expressiva que apresentou.

Depois, o senhor traz o assunto do diálogo entre o Presidente Donald Trump e o Presidente Lula. Ora essa! O que importa, sabe, é a gente ter a grandeza – e o início da minha fala é nesse sentido – de saber que, acima de todos nós, é o Brasil, e a gente precisa defender o Brasil acima de qualquer coisa, sem olhar partido de jeito algum. A gente precisa olhar o que é bom para o nosso povo, para a nossa gente, pela responsabilidade que recai sobre cada um de nós.

Quando eu cheguei aqui, eu estava conversando com algumas pessoas e a gente lembrava que esta Casa é uma casa de dois séculos, uma casa de 200 anos. Quantos debates intensos já se travaram aqui dentro desta Casa, com o simbolismo que representa o Plenário do Senado Federal, o Congresso Nacional, em discutir temas tão importantes, tão espinhosos, e a Casa continua de pé, como um dos pilares importantes da democracia, principalmente da Constituição!

Na fala que o senhor fez com referência ao telefonema de hoje, dos dois Presidentes, se o senhor me permitir, eu queria acrescentar uma informação que me chegou agora há pouco que vai corroborar com aquilo que o senhor colocou. Foi divulgado na imprensa, aí fora, uma frase que eu colhi de uma jornalista que diz assim: “Gostei da conversa. Estados Unidos e Brasil se darão bem juntos”. Essa frase é a frase do Presidente Donald Trump sobre a ligação que ele fez hoje de manhã para conversar com o Presidente Lula. E é disso que a gente precisa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Então, se V. Exa. permitir, eu já peço para colocar no meu pronunciamento essa frase.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pois não. Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tenho a mesma opinião que V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu concordo plenamente. Que bom que esse entendimento aconteceu! Isso vai ser positivo para que a gente avance naquilo que a gente defende, como os nossos princípios, como aquilo que é importante para a sociedade brasileira como um todo.

Meus cumprimentos, Senador. Uma honra muito grande.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Obrigado, Presidente Laércio.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Concedo a palavra, com muita honra, ao meu querido amigo Senador, Governador Confúcio Moura. Tenho a honra



de passar a tribuna para V. Exa., Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senadores que estão nos gabinetes, Senadores que estão voando para cá, servidores do Senado, meus sinceros cumprimentos.

Sr. Presidente, o tema meu hoje é um tema mais paroquial, mais local, porque o Brasil é muito grande, é diverso e tem alguns estados com mais de 400 anos, quase o tempo em que o Brasil foi descoberto, e outros estados que são mais recentes, como o Estado de Tocantins, o Estado de Rondônia, o Estado do Acre, o Estado de Roraima, o Estado do Amapá. Particularmente, esses estados, fora Tocantins, eram territórios federais.

Quando eu cheguei lá a Rondônia, no ano de 1976, era Território Federal de Rondônia. E os servidores públicos do Território Federal de Rondônia eram todos federais, porque era o Território Federal de Rondônia. Eles eram pagos pelo Tesouro Nacional.

E eu mesmo, naquela época, médico novo... Naquele tempo, não tinha concurso público. Apresentaram-me lá, numa corrutela do interior, numa vilazinha onde eu trabalhava... Não tinha médico nenhum, eu cheguei por lá... O Governador era um coronel nomeado pelos governos militares. E o administrador falou: “Olhe, Governador, o senhor podia nomear um médico aqui para a vila Ariquemes”. Era onde eu estava, tinha ali mil habitantes, casinhas de palha, beira de rio. Ele falou: “Olhe, eu não tenho médico nem para Porto Velho, que é a capital, quanto mais para a vila Ariquemes. Se você achar um doido que queira ficar aqui, mande o nome que eu nomeio”. E não tinha concurso. Ele falou: “Olhe, esse menino aí” – eu estava lá no meio, eu tinha vinte e poucos anos – “é médico”. E ele duvidou e falou assim: “Você é médico mesmo?!”. (*Risos.*) Eu falei: “Sou médico, sim, Sr. Governador”. E ele: “Então, vá segunda-feira lá a Porto Velho, se apresente na Secretaria de Saúde e leve seus documentos”. E assim eu fui. Não tinha concurso. Chegando lá, eu apresentei os documentos; no outro dia ou dois dias depois, estava publicado no *Diário Oficial da União*: eu médico do Território Federal de Rondônia. Ali eu trabalhei um ano, dois anos, depois eu pedi demissão – eu fui trabalhar na iniciativa privada, deixei o emprego público –, mas todos aqueles servidores daquela época, os velhos servidores, não tinham concurso. A gente pegava professores na área rural... Às vezes um professor de 4º ano primário dava aula para o 3º ano, o 2º ano primário, na roça, porque não tinha outro. Às vezes as pessoas eram motoristas, mas não tinham uma habilitação; sabiam dirigir, tinham uma carteira de habilitação, mas não tinham capacidade intelectual, segundo grau completo, outras exigências.

Depois que passou a estado, isso há quarenta e poucos anos, chegou a hora de passar esses velhos servidores federais para a carga de pagamento da União. E aí caiu na minha mão, como Governador, esse trabalho, que se chama transposição. Lá no Amapá, o Randolfe, o Davi Alcolumbre, todos trabalharam muito; em Roraima, o Chico e outros aqui também trabalharam muito por isso.

E foi vindo a burocracia: “Esse não pode, porque não tem o magistério. Esse não pode subir, porque não tem esse curso tal”, mas naquele tempo não tinha ninguém lá não, gente. A gente dava graças a Deus de achar um coitado desses, um filho de Deus, para dar aula na roça. Uma pessoa com 5º ano, 6º ano dava aula para os menininhos pequenos, numa sala só, naquelas chamadas escolas multisseriadas. Nas multisseriadas, o professor botava o menininho pequeno para alfabetização e outro que já estava no 3º ano, 4º ano. E aquela professora fazia ginástica, ali dentro, com aqueles meninos, para dar aula para um pequenininho e para outro... Aí tinha os meninos mais sabidos que davam aula para os pequenos também. As escolas multisseriadas eram assim. E a professora, daí a pouco, tinha que fazer a merenda; ela, para fazer a merendinha para os meninos, parava de dar aula. E ficavam eles lá brincando, enquanto ela fazia a merenda. Naquele tempo não tinha negócio de transporte escolar. A merendinha era muito simplificada. Os pais levavam arroz, feijão. Fazia ali uma comidinha para eles.



Então, desse tempo em que assumi o Governo para cá, veio a transposição. E a gente vem trazendo papel para cá, e documento vai e volta. Uns falaram: “Vou ser federal, vou ganhar mais dinheiro”, e alguns perderam dinheiro. Em vez de terem o salário que hoje o estado paga, eles estão ganhando menos.

Então, eu faço essa peregrinação... Não só eu, mas Randolfe, Chico e todos os demais Senadores dos territórios têm feito esse trabalho com frequência, porque nós somos demandados por esses segmentos, e os sindicatos também têm participado ativamente, mas ainda bem que nós temos uma Ministra da Gestão, a Esther Dweck, que é um poço de paciência, e muito compreensiva, e muito técnica. E a equipe dela tem entendido bem isso e tem feito essas correções graduais.

Hoje, no meu discurso, que eu fiz escrito, para não esquecer nada, o assunto focal é este: essa justiça para esses servidores antigões – todos já estão com mais de 70 anos, 65, 68, 70, e tem uns sobre os quais eu vou entrar no assunto aqui, que são professoras e professores que foram transpostos, mas que tinham uma gratificação chamada Dedicção Exclusiva, que eles apelidaram de DE, e alguns deles perderam essa dedicação, que era um adicional importante no salário.

Bem... E, aí, nós estamos lutando no Tribunal de Contas, no Ministério da Gestão, vai para lá, vem para cá, parecer jurídico aqui, Conjur dali, e procurando.

E alguns deles já estão chegando a 75, e o servidor público com 75 é compulsoriamente aposentado. E eles foram desaposentados, para cumprir mais cinco anos em sala de aula, com 75 anos de idade, 70 anos de idade, 72 anos de idade, cinco anos corridos, para frente, para poder pegar essa Dedicção Exclusiva. E gente para as quais já está compulsoriamente chegando a hora de ir embora, por lei. E, se for embora por lei, não vai receber essa gratificaçozinha na velhice.

Sabe que velho usa remédio demais... Eu sou testemunha. (*Risos.*) Velho... É um remedinho sem freio! Então, precisa desse salário, dessa gratificação, que está fazendo falta e faz falta.

Então, é uma correção de injustiça, e não dá para um pessoal desses ir lá, ficar numa escola, com essa idade, cheio de neto e bisneto, esperando mais cinco anos para poder receber essa bendita dedicação, e vai chegando lá perto dos 80 anos!

Então, é uma questão de bom senso, que eu conclamo aqui, através do meu discurso, para os juristas modernos e essa meninada das procuradorias poderem fazer esse entendimento de justiça para esses servidores que foram pioneiros dos ex-territórios de fronteira – de fronteira.

Onde é que está o Amapá, minha gente? Onde é que está Rondônia? Na divisa com a Bolívia e o Peru. Onde é que está Roraima? Divisa com a Venezuela, nos extremos, nossos picos extremos. E tem esses heróis, que estão aqui e que ficaram lá, resistindo, ajudando, colaborando, para segurar a figura do estado com as unhas. E, agora, a gente tem que estar aqui, hoje, enfrentando os detalhes burocráticos, mas eu acredito que o bom senso da Ministra Esther é fundamental.

Então, meu discurso é: hoje nos reunimos para reconhecer aqueles que dedicaram suas vidas ao serviço público dos antigos territórios federais: Rondônia, Amapá, Roraima.

Este não é apenas um encontro formal; é um momento justo. Justo reconhecimento, uma homenagem à coragem... À coragem, porque, por exemplo, eu saí de Goiânia – um médico novo, maluco – e falei: “Eu quero ir para um lugar, assim, onde não tem ninguém!”. Minha cabeça era desse jeito. “Eu quero ir para um lugar, assim, onde eu vou começar do zero”. E lá vai o bobão, sumir no mundo aí, para esse mundo afora, não é?

E eu não me arrependi não. Eu fui para lá, com a cara e a coragem...

Hoje tem Mais Médicos. O médico vai para os lugares mais distantes, isolados, recebe 12 mil, 14 mil... Naquele tempo, não tinha isso não. Você ia com a cara e a coragem, com o dinheirinho contado no bolso. Não é? Então a gente enfrentou essa dificuldade. Era uma malária, Senador, era uma malária... A minha cidade lá, chama Ariquemes, em homenagem aos índios ariquemes, e nessa minha cidade dava tanta



malária, maleita, impaludismo, que ela foi apelidada de “Aritremes”, porque a malária dá um frio, uma febre, e a gente treme... Pode estar um sol de temperatura de 40 graus, o cara entra debaixo do cobertor suando de tremor, incontrolável, né? Então o senhor veja bem, essa é a nossa realidade, essa é a realidade. E o pessoal fala assim: “Ah, o Confúcio é Senador hoje, está aí numa boa...”. É, estou aqui numa boa, discursando para vocês, está tudo numa boa, mas fiquei dez anos no mato, sendo médico de garimpo – dez anos –, carteira assinada, CLT, dez anos no meio do mato, em garimpo de estanho, sendo médico daquele povo.

Então, a vida da gente é uma sequência de fatos heroicos, extraordinários. Eu fiz muito parto em beira de estrada. Eu passava para atender lá nas comunidades, e a mulher em trabalho de parto ficava na beira da estrada me esperando passar. Aí eu entrava lá no tapiri, na casinha de palha, e fazia o parto, ali. Eu ia com o dentista prático, e ele extraia dente sentado num toco... (*Risos.*) Eles se sentavam e extraíam o dente. Era desse jeito. Então, essas pessoas de que eu estou falando aqui são como eu. Essa mesma dureza por que eu passei lá, eles passaram também. E agora nós estamos aqui labutando – uma série de Senadores – para a gente pegar essa velharada que está lá e fazer uma justiça no final da vida deles, levar esses recursos para eles. Eu tenho certeza de que a Ministra Esther vai ter essa boa compreensão jurídica e vai atender esse pessoal. O importante esclarecer para nós todos é o que significa um servidor transposto: são profissionais do quadro do território que foram incorporados ao quadro da União. Eles não apenas mantiveram suas funções; nesse novo contexto, submeteram-se à reorganização de suas carreiras, enfrentando desafios para equiparar salários, conquistar respeito, que sempre mereceram.

Reconhecer essa trajetória é reconhecer o esforço de quem entregou integralmente suas vidas ao serviço público. O serviço público é mais do que uma função, é uma vocação, é escolher por colocar o bem da sociedade acima dos interesses pessoais. É o compromisso de se dedicar a um serviço em que nem sempre os resultados são tão aparentes, se compararmos com as metas a serem atingidas pelo trabalho da iniciativa privada.

Nesse sentido, trabalhar com afinco e enfrentar obstáculos, e ainda assim manter viva a esperança de que o trabalho faz diferença, pode ser visto como um desafio.

No magistério, essa dedicação ainda é mais evidente. Professores transpostos construíram caminhos difíceis, muitas vezes, sem reconhecimento, mantendo a missão de educar gerações, formar cidadãos e perpetuar conhecimento. Esses professores nos ensinam que toda energia, todo tempo e esforço devem ser valorizados de forma justa.

É razoável se pensar que essa valorização se dê de forma especial no momento das suas aposentadorias. Portanto, nada mais justo que se apresentem pelo Regime Próprio de Previdência Social com todas as garantias pertinentes.

Quero destacar com profunda admiração o papel de entidades sindicais, incansáveis na defesa de cada servidor. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação e o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Rondônia (Sintero e Sindsef), e outros sindicatos também de outras categorias, que são verdadeiros pilares dessa luta. Eles se organizaram e se mobilizaram, dialogam e perseveram sempre na defesa dos servidores. Cada vitória conquistada é fruto de uma coragem e de muita união entre todos.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) também merece nosso reconhecimento. Eles têm sido parceiros compromissados, dispostos a ouvir e a encontrar soluções que respeitem a lei de forma a garantir segurança jurídica. É essa postura que fortalece a confiança entre servidores e Governo.

O processo de transposição é complexo, exige análise individual de cada servidor pela Comissão Especial dos ex-Territórios, mas os resultados já se concretizaram. Milhares já foram enquadrados e novas etapas avançam a cada portaria publicada.



Recentemente se corrigiu uma distorção histórica. Os servidores em nível auxiliar agora podem passar para nível intermediário, aqueles que ganham o menor salário; são agentes de portaria, telefonistas, motoristas, artífices – são cerca de 3 mil pessoas que recebem hoje o reconhecimento justo que sempre mereceram. No entanto, não podemos fechar os olhos para as questões que ainda precisam de atenção. Como eu já falei anteriormente, há a dedicação exclusiva de muitos professores do nosso estado.

Tenho acompanhado pessoalmente cada passo deste processo, reunindo-me com representantes sindicais, ouvindo professores e levando suas preocupações às instâncias competentes.

Hoje, não faço apenas esse discurso aqui. Celebramos com coragem, celebramos com dedicação, com persistência, celebramos a confiança que se constrói quando todos trabalham juntos.

Eu quero falar, Senador Laércio, que eu não entendia nada de servidor público. Eu fui Deputado na década de 90. O Déda, lá do seu estado, é muito inteligente e competente. Aí, um dia, chegou aqui uma comitiva de servidores de Rondônia e eu não sabia falar com eles. Eu não tinha traquejo, conhecimento. Aí eu corri aqui no Plenário da Câmara e falei: “Déda, vem cá, me socorre aqui.”

Aí eu coloquei o pessoal todo numa Comissão ali, chamei o Déda lá e ele foi comigo, deu a explicação correta para eles, me ajudou muito, porque eu não sabia, eu não tinha conhecimento para dialogar com os sindicatos naquela época. E o Déda foi uma mão na roda para mim, porque ele me explicou tudo, ele é muito bom orador, muito vibrante e convenceu, agradou. Aí ele me passou o dever de casa, o que eu devia fazer. Aí eu segui o Déda e deu certo. Você viu? Veja bem como é que a história é fantástica.

Então, essa luta aqui pelos professores idosos de dedicação exclusiva vai continuar. Eu sei que a Ministra Esther vai receber meu discurso, eu até faço questão que ela veja mesmo, porque eu tenho por ela grande admiração, grande respeito por toda a equipe dela...

(Soa a campanha.)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... e eu tenho certeza de que já, já a gente resolve todas as dependências. Estamos na fase final, estamos acabando. Estamos só fazendo o fechamento desses casos isolados para que a gente possa completar essa justiça com esses estados novos de fronteira do Brasil.

Sr. Presidente, era esse o meu discurso. Muito obrigado pela tolerância, pelo tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Fala da Presidência.) – De igual modo, Senador Confúcio Moura, é uma honra muito grande ouvir o seu pronunciamento trazendo para conhecimento do Brasil inteiro uma situação que os territórios vivem. Mas o Governo atual precisa olhar para esses brasileiros e brasileiras que se doaram em favor de transformar o território em estado, levando todo o tipo de serviço que a sociedade precisava.

E a narrativa que V. Exa. faz contando a história... e a história é bela por isso, porque resgata exatamente uma trajetória de vida e a presteza daquelas pessoas e a doação daquelas pessoas, como o senhor, que saiu tão jovem do seu estado para desbravar uma região – certamente com uma folha de serviços tão bela que levou o senhor à condição de Governador do estado e agora, aqui no Senado, exerce o seu trabalho com tanta grandeza, além de ter passado pela Câmara dos Deputados.

Meus cumprimentos, Senador. É um prazer muito grande estar com V. Exa. *(Pausa.)*

A Presidência informa às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para amanhã, terça-feira:

– Sessão especial às 10h, em alusão às vítimas dos ataques terroristas do Hamas contra a população civil de Israel na Faixa de Gaza;

– Sessão deliberativa ordinária, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.



Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 46 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Eliziane Gama

SF/25812.14778-08

Ofício nº. 098/2025/BLRESDEM

Brasília, 06 de outubro de 2025

Excelentíssimo Senhor

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação do Senador José Lacerda para compor as Comissões especificadas abaixo.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática solicita a substituição da Senadora **Margareth Buzetti** (PSD/MT) pelo Senador **José Lacerda** (PSD/MT) em todas as comissões permanentes listadas abaixo:

Lista de Comissões:

- § *CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – Titular;*
- § *CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – Titular;*
- § *CMA – Comissão de Meio Ambiente – Titular;*
- § *CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura – Titular;*
- § *CSP – Comissão de Segurança Pública – Titular;*

Atenciosamente,

Senadora **ELIZIANE GAMA**
PSD-MA
Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática



Assinado eletronicamente, por Sen. Eliziane Gama

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5016497430>

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II - Térreo – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6741





SENADO FEDERAL

Bloco Vanguarda

SF/25735.55822-76

Ofício nº 098/2025-BLVANG

Brasília, 06 de outubro de 2025

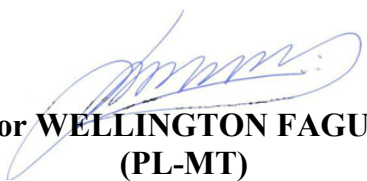
A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Substituição na CAS**

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o **Senador Eduardo Girão(NONO/CE)** para a vaga de titular, em substituição ao **Wellington Fagundes (PL/MT)**, na Comissão de Assuntos Sociais - CAS.

Atenciosamente,



Senador WELLINGTON FAGUNDES
(PL-MT)
Líder do Bloco Vanguarda



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6356533064>Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-4663



SENADO FEDERAL
Gabinete da Sen. Eliziane Gama

Ofício nº. 100/2025/GSEGAMA

Brasília, 06 de outubro de 2025

Excelentíssimo Senhor

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente do Senado Federal

Assunto: **Indicação para Comissões Permanentes.**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática solicita a indicação do Senador **José Lacerda** (PSD/MT) para as **Comissões Permanentes especificadas abaixo:**

- § *CDD – Comissão de Defesa da Democracia – 1º Suplente (vaga que está livre);*
- § *CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática – 1º Suplente (vaga que está livre).*

Atenciosamente,

Senadora **ELIZIANE GAMA**
PSD-MA
Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II - Térreo – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6741



Assinado eletronicamente, por Sen. Eliziane Gama

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2672530851>





SENADO FEDERAL
Liderança do **BLOCO PELO BRASIL**

Ofício Nº 28/2025- BLPBRA

Brasília, 06 de outubro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Assunto: Inclusão de membro suplente na **CCT- Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o **BLOCO PARLAMENTAR PELO BRASIL** solicita a inclusão do Senador Rogério Carvalho (PT/SE) como membro titular na **CCT- Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática.**

Respeitosamente,

Senador Weverton – PDT/MA
Líder do **BLOCO PARLAMENTAR PELO BRASIL**



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1654184080>



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 269, DE 2024

Aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Remoção de Destroços, adotada em 2007, no âmbito da Organização Marítima Internacional.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2425187&filename=PDL-269-2024



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 269/2024 [1 de 24]



Data do Documento: 03/10/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Remoção de Destroços, adotada em 2007, no âmbito da Organização Marítima Internacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Internacional sobre a Remoção de Destroços, adotada em 2007, no âmbito da Organização Marítima Internacional.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em denúncia ou em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2 de outubro de 2025.

HUGO MOTTA
Presidente



Assir

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3012419>

Avulso do PDL 269/2024 [2 de 24]

3012419



Data do Documento: 03/10/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 224/2025/SGM-P

Brasília, 2 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de Projeto de Decreto Legislativo para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2024, (Mensagem nº 322 de 2023, do Poder Executivo), que “Aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Remoção de Destroços, adotada em 2007, no âmbito da Organização Marítima Internacional”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assinatura digitalizada
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3012421>

Avulso do PDL 269/2024 [3 de 24]

3012421



MENSAGEM Nº 322

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, Ministro de Estado da Defesa e do Ministro de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, substituto, o texto da Convenção Internacional sobre a Remoção de Destroços (WRC), adotada em 2007, no âmbito da Organização Marítima Internacional (IMO).

Brasília, 11 de julho de 2023.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [4 de 24]



EMI nº 00012/2023 MRE MD MMA

Brasília, 7 de Junho de 2023

Senhor Presidente da República,

Submetemos à sua elevada consideração, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto da Convenção Internacional sobre Remoção de Destroços (WRC), adotada em 2007, no âmbito da Organização Marítima Internacional (IMO).

2. A Convenção em tela, em vigor desde 2015, busca prevenir e minimizar riscos para a navegação ou para o meio ambiente marinho decorrentes da presença de destroços no mar. Nesse sentido, a Convenção estabelece regras e procedimentos internacionais uniformes para assegurar a pronta e efetiva remoção de destroços e o pagamento de compensação pelos custos envolvidos na remoção.

3. Por meio do Ofício nº 10-36/CCA-IMO-MB, de 23/3/2021, a Comissão Coordenadora para os Assuntos da IMO (CCA-IMO) da Marinha do Brasil solicitou ao Itamaraty a adoção das providências cabíveis com vistas à adesão do Brasil ao referido ato normativo.

4. À luz do exposto, e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 84, inciso VIII, combinado com o Artigo 49, inciso I da Constituição Federal, submetemos-lhe o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autênticas da Convenção.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira, Joao Paulo Ribeiro Capobianco, José Múcio Monteiro Filho

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [5 de 24]



CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE NAIROBI SOBRE A REMOÇÃO DE DESTROÇOS,
2007

Preâmbulo

OS ESTADOS PARTES DA PRESENTE CONVENÇÃO,

CONSCIENTES do fato de que os destroços, se não removidos, podem representar um risco para a navegação ou para o meio ambiente marinho,

CONVENCIDOS da necessidade de adotar regras e procedimentos internacionais uniformes para assegurar a pronta e efetiva remoção de destroços e o pagamento de compensação pelos custos envolvidos na remoção,

OBSERVANDO que muitos destroços podem estar localizados no território dos Estados, incluindo o mar territorial,

RECONHECENDO os benefícios a serem obtidos através da uniformidade dos regimes jurídicos que regem a responsabilidade pela remoção de destroços que representam um risco,

TENDO EM MENTE a importância da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, elaborada em Montego Bay em 10 de Dezembro de 1982, e o direito internacional do mar costumeiro, e a conseqüente necessidade de implementar a presente Convenção de acordo com tais dispositivos, ACORDARAM o que se segue:

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [6 de 24]



Artigo 1

Definições

Para os efeitos desta Convenção:

- 1 “Área da Convenção” significa a zona econômica exclusiva de um Estado Parte estabelecida de acordo com o direito internacional ou, se um Estado Parte não tiver estabelecido tal zona, uma área além e adjacente do mar territorial daquele Estado, determinada pelo Estado de acordo com o direito internacional e estendendo-se por não mais de 200 milhas náuticas contadas a partir das linhas de base das quais é medida a largura do seu mar territorial.
- 2 “Navio” significa uma embarcação marítima de qualquer tipo, e abrangendo embarcações com hidrofólios, veículos que se deslocam sobre colchão de ar, submersíveis, engenhos flutuantes e plataformas flutuantes, exceto quando essas plataformas estão em posição, engajadas na exploração, prospecção ou produção de recursos minerais do leito do mar.
- 3 “Acidente marítimo” significa um abaloamento, uma colisão, um encalhe ou outros incidentes de navegação, ou outra ocorrência a bordo de um navio ou fora dele, resultando em danos materiais, ou numa ameaça iminente de danos materiais a um navio ou à sua carga.
- 4 “Destroço”, em decorrência de um acidente marítimo, significa:
 - (a) um navio afundado ou encalhado; ou
 - (b) qualquer parte de um navio afundado ou encalhado, inclusive qualquer objeto que esteja ou que tenha estado a bordo daquele navio; ou
 - (c) qualquer objeto que esteja perdido no mar, proveniente de um navio e que esteja encalhado, afundado ou à deriva no mar;
 - (d) um navio que esteja prestes, ou que se possa de maneira razoável supor que esteja, a afundar ou a encalhar, quando as medidas efetivas para assistir ao navio ou a qualquer propriedade em perigo ainda não estiverem sendo tomadas.
- 5 “Risco” significa qualquer situação ou ameaça que:
 - (a) represente um perigo ou um empecilho à navegação; ou
 - (b) se possa de maneira razoável supor que venha a resultar em graves consequências danosas ao meio ambiente marinho, ou a causar danos ao litoral ou aos interesses relacionados de um ou mais Estados.
- 6 “Interesses relacionados” significa os interesses de um Estado costeiro diretamente afetados ou ameaçados por um destroço, tais como:
 - (a) atividades marítimas costeiras, portuárias e estuarinas, inclusive atividades pesqueiras, que constituam um meio de vida essencial para as pessoas envolvidas;
 - (b) atrações turísticas e outros interesses econômicos da área envolvida;

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [7 de 24]



- (c) a saúde da população costeira e o bem estar da área envolvida, inclusive a preservação dos recursos marinhos vivos e à vida selvagem; e
- (d) a infra-estrutura “offshore” e submarina.
- 7 “Remoção” significa qualquer forma de prevenção, atenuação ou eliminação do risco criado por um destroço. “Remover”, “removido” e “removendo” devem ser interpretados de acordo com este significado.
- 8 “Proprietário registrado” significa a pessoa ou pessoas registradas como proprietárias do navio ou, na ausência de um registro, a pessoa ou as pessoas que possuíam o navio no momento do acidente marítimo. No entanto, no caso de um navio de propriedade de um Estado e operado por uma companhia que esteja registrada naquele Estado como operadora do navio, “proprietário registrado” deverá significar aquela companhia.
- 9 “Operador do navio” significa o proprietário do navio ou qualquer outra organização ou pessoa, tais como o administrador, ou o afretador a casco nu, que tenha assumido do proprietário do navio a responsabilidade pela operação do navio e que, ao assumir essa responsabilidade, tenha concordado em assumir todas as obrigações e responsabilidades estabelecidas com base no Código Internacional de Gerenciamento de Segurança, como emendado.
- 10 “Estado Afetado” significa o Estado em cuja área da Convenção está localizado o destroço.
- 11 “Estado de registro do navio” significa, com relação a um navio registrado, o Estado de registro do navio e, em relação a um navio não registrado, o Estado cuja bandeira o navio está autorizado a arvorar.
- 12 “Organização” significa a Organização Marítima Internacional.
- 13 “Secretário-Geral” significa o Secretário-Geral da Organização.

Artigo 2

Propósitos e princípios gerais

- 1 Um Estado Parte pode tomar medidas de acordo com esta Convenção com relação à remoção de um destroço que represente um risco na área da Convenção.
- 2 As medidas tomadas pelo Estado Afetado de acordo com o parágrafo 1 deverão ser compatíveis com o risco.
- 3 Tais medidas não deverão ir além do que for razoavelmente necessário para remover um destroço que represente um risco, e deverão cessar assim que o destroço tiver sido removido. Elas não deverão, desnecessariamente, interferir com os direitos e com os interesses de outros Estados, inclusive do Estado de registro do navio, nem de qualquer pessoa, física ou jurídica, interessada.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [8 de 24]



CD239523916900



4 A aplicação desta Convenção dentro da área da Convenção não dará a um Estado Parte direito de pleitear ou de exercer soberania, ou direitos soberanos sobre qualquer parte do alto-mar.

5 Os Estados Partes se empenharão para cooperar quando os efeitos de um acidente marítimo que resulte num destroço, envolver um Estado que não seja o Estado Afetado.

Artigo 3

Âmbito de aplicação

1 Exceto quando disposto em contrário nesta Convenção, esta Convenção deverá ser aplicada a destroços localizados na área da Convenção.

2. Um Estado Parte pode estender a aplicação desta Convenção a destroços localizados em seu território, inclusive em seu mar territorial, sujeito ao Artigo 4, parágrafo 4. Neste caso notificará tal fato ao Secretário-Geral no momento em que expressar a sua concordância em se submeter a esta Convenção, ou a qualquer momento daí em diante. Quando um Estado Parte fizer uma notificação para aplicar esta Convenção a destroços localizados em seu território, inclusive em seu mar territorial, o fará sem prejuízo dos seus direitos e obrigações de tomar medidas em relação aos destroços localizados em seu território, inclusive em seu mar territorial, além de localizá-los, sinalizá-los e retirá-los, de acordo com esta Convenção. O disposto nos Artigos 10, 11 e 12 desta Convenção não deverá ser aplicado a quaisquer medidas assim tomadas, que não as mencionadas nos artigos 7, 8 e 9 desta Convenção.

3. Quando um Estado Parte tiver feito uma notificação com base no parágrafo 2, a “área da Convenção” do Estado Afetado deverá incluir o território, inclusive o mar territorial, daquele Estado Parte.

4 Se for feita antes da entrada em vigor desta Convenção para aquele Estado Parte, uma notificação feita com base no parágrafo 2 acima, deverá surtir efeito para aquele Estado Parte por ocasião da entrada em vigor desta Convenção. Se a notificação for feita após a entrada em vigor desta Convenção para aquele Estado Parte, ela deverá surtir efeito seis meses depois do seu recebimento pelo Secretário-Geral.

5 Um Estado Parte que tiver feito uma notificação com base no parágrafo 2, poderá retirá-la a qualquer momento através de uma notificação de retirada feita ao Secretário-Geral. Essa notificação de retirada deverá surtir efeito seis meses depois do seu recebimento pelo Secretário-Geral, a menos que a notificação especifique uma data posterior.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [9 de 24]



*C D 2 3 9 5 2 3 9 1 6 9 0 0 *



Artigo 4

Exclusões

1 Esta Convenção não deverá ser aplicada a medidas tomadas com base na Convenção Internacional relativa à Intervenção em Alto-Mar em Casos de Acidentes com Poluição por Óleo, de 1969, como emendada, ou ao Protocolo relativo à Intervenção em Alto-Mar em Casos de Poluição por Substâncias Outras que não Óleo, 1973, como emendado.

2 Esta Convenção não será aplicada a qualquer navio de guerra ou a qualquer outro navio de propriedade ou operado por um Estado e utilizado, temporariamente, somente em serviço não comercial do Governo, a menos que aquele Estado decida em contrário.

3 Quando um Estado Parte decidir aplicar esta Convenção a seus navios de guerra ou a outros navios como mencionados no parágrafo 2, ele deverá notificar ao Secretário-Geral sobre esta decisão, especificando os termos e as condições dessa aplicação.

4 (a) Quando um Estado Parte tiver feito uma notificação com base no Artigo 3, parágrafo 2, os seguintes dispositivos desta Convenção não deverão ser aplicados em seu território, inclusive em seu mar territorial:

- (i) Artigo 2, parágrafo 4;
- (ii) Artigo 9, parágrafos 1,5,7,8,9 e 10; e
- (iii) Artigo 15.

(b) O Artigo 9, parágrafo 4, naquilo em que se aplica ao território, inclusive ao mar territorial de um Estado Parte, deverá ter a seguinte redação:

Sujeito à legislação nacional do Estado Afetado, o proprietário registrado pode contratar, por conta do proprietário, qualquer salvador, ou outra pessoa para remover o destroço que tiver sido considerado como constituindo um risco. Antes de ter início essa remoção, o Estado Afetado pode estabelecer condições para tal remoção, somente na medida necessária para assegurar que a remoção seja feita de uma maneira compatível com as considerações relativas à segurança e à proteção do meio ambiente marinho.

Artigo 5

Informação sobre a existência de destroços

1 Um Estado Parte deverá exigir que o comandante e o operador de um navio que arvore a sua bandeira informe sem demora ao Estado Afetado quando aquele navio tiver se envolvido num acidente marítimo que resulte num destroço. Na medida em que a obrigação de informar com base neste artigo

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [10 de 24]



CD239523916900



tiver sido cumprida, seja pelo comandante ou pelo operador do navio, os demais não estarão obrigados a informar.

2 Tal informação deverá fornecer o nome e o principal local de exercício profissional do proprietário registrado e todas as informações pertinentes necessárias para que o Estado Afetado verifique se o destroço representa um risco, de acordo com o Artigo 6, inclusive:

- (a) a localização precisa do destroço;
- (b) o tipo, tamanho e construção do destroço;
- (c) a natureza dos danos sofridos pelo destroço e as condições do destroço;
- (d) a natureza e a quantidade de carga, em especial de quaisquer substâncias perigosas e nocivas; e
- (e) a quantidade e os tipos dos óleos, inclusive do óleo combustível para consumo do navio e dos óleos lubrificantes, existentes a bordo.

Artigo 6

Determinação do risco

Ao verificar se um destroço representa um risco, os seguintes critérios deverão ser levados em conta pelo Estado Afetado:

- (a) o tipo, o tamanho e a construção do destroço;
- (b) profundidade da água no local;
- (c) amplitude da maré e correntes no local;
- (d) áreas marítimas particularmente sensíveis identificadas e, quando for apropriado, designadas de acordo com as diretrizes adotadas pela Organização, ou uma área claramente definida como zona econômica exclusiva onde tenham sido adotadas medidas obrigatórias especiais de acordo com o Artigo 211, parágrafo 6, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1983;
- (e) proximidade de rotas de navegação ou de linhas de tráfego estabelecidas;
- (f) densidade e frequência do tráfego;
- (g) tipo de tráfego;
- (h) natureza e quantidade da carga do destroço, a quantidade e o tipo de óleos (como óleo combustível para consumo do navio e óleo lubrificante) existentes a bordo do destroço e, em especial, os danos que podem resultar se a carga ou o óleo forem liberados para o meio ambiente marinho;
- (i) vulnerabilidade das instalações portuárias;
- (j) condições meteorológicas e hidrográficas predominantes;

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [11 de 24]



- (k) topografia submarina da área;
- (l) altura do destroço acima ou abaixo da superfície da água na baixa-mar de sizígia;
- (m) perfis acústicos e magnéticos do destroço;
- (n) proximidade de instalações “offshore”, de oleodutos, de cabos de telecomunicações e de estruturas semelhantes; e
- (o) quaisquer outras circunstâncias que possam tornar necessária a remoção do destroço.

Artigo 7

Localização dos destroços

1 Ao tomar conhecimento de um destroço, o Estado Afetado deverá utilizar todos os meios práticos, inclusive os bons ofícios de Estados e de organizações, para avisar aos navegantes e aos Estados envolvidos, com urgência, a natureza e a localização do destroço.

2 Se o Estado Afetado tiver razões que o levem a acreditar que um destroço representa um risco, ele deverá assegurar-se de que sejam tomadas todas as medidas práticas para estabelecer a localização precisa do destroço.

Artigo 8

Sinalização de destroços

1 Se o Estado Afetado determinar que um destroço constitui um risco, aquele Estado deverá assegurar-se de que sejam tomadas todas as medidas razoáveis para sinalizar o destroço.

2 Ao sinalizar o destroço, deverão ser tomadas todas as medidas razoáveis para assegurar que a sinalização esteja de acordo com o sistema internacional de balizamento em uso na área em que está localizado o destroço.

3 O Estado Afetado deverá divulgar as características da sinalização do destroço através de todos os meios apropriados, inclusive nas publicações náuticas apropriadas.

Artigo 9

Medidas para facilitar a remoção de destroços

1 Se o Estado Afetado concluir que um destroço constitui um risco, aquele Estado deverá imediatamente:

- (a) informar ao Estado de registro do navio e ao proprietário registrado; e

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [12 de 24]



Apresentação: 13/07/2023 17:13:00000 - Mesa

MSC n.322/2023

- (b) consultar o Estado de registro do navio e outros Estados Afetados pelo destroço com relação às medidas a serem tomadas com relação ao destroço.
- 2 O proprietário registrado deverá retirar o destroço que foi considerado como constituindo um risco.
- 3 Quando for considerado que um destroço constitui um risco, o proprietário registrado, ou outra parte interessada, deverá fornecer à autoridade competente do Estado Afetado as provas de seguro ou de outra garantia financeira exigidas pelo Artigo 12.
- 4 O proprietário registrado pode contratar qualquer salvador, ou outra pessoa, para remover, em nome do proprietário, o destroço que for considerado como constituindo um risco. Antes de ter início essa remoção, o Estado Afetado pode estabelecer condições para tal remoção, somente na medida necessária para assegurar que a remoção seja feita de uma maneira que seja compatível com as considerações relativas à segurança e à proteção do meio ambiente marinho.
- 5 Quando a remoção mencionada nos parágrafos 2 e 4 tiver sido iniciada, o Estado Afetado só pode intervir na remoção na medida em que for necessário para assegurar que a remoção seja feita de maneira compatível com as considerações relativas à segurança e à proteção do meio ambiente marinho.
- 6 O Estado Afetado deverá:
- (a) estabelecer um prazo razoável dentro do qual o proprietário registrado deverá remover o destroço, levando em conta a natureza do risco determinado de acordo com o Artigo 6;
 - (b) informar, por escrito, ao proprietário registrado, o prazo que estabeleceu e especificar que, se o proprietário registrado não remover o destroço dentro daquele prazo, ele poderá remover o destroço às custas do proprietário registrado; e
 - (c) informar, por escrito, ao proprietário registrado, que pretende intervir imediatamente nas circunstâncias em que o risco tornar-se especialmente grave.
- 7 Se o proprietário registrado não remover o destroço dentro do prazo estabelecido de acordo com o parágrafo 6(a), ou se o proprietário registrado não puder ser contatado, o Estado Afetado poderá remover o destroço pelo meio mais prático e rápido, que seja compatível com as considerações relativas à segurança e à proteção do meio ambiente marinho.
- 8 Nas circunstâncias em que for necessária uma ação imediata, e o Estado Afetado tiver assim informado ao Estado de registro do navio, ele poderá remover o destroço pelo meio mais prático e rápido disponível, que seja compatível com as considerações relativas à segurança e à proteção do meio ambiente marinho.
- 9 Os Estados Partes deverão tomar as medidas apropriadas com base na sua legislação nacional para assegurar que os seus proprietários registrados cumpram o disposto nos parágrafos 2 e 3.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [13 de 24]



10 Os Estados Partes deverão dar o seu consentimento ao Estado Afetado para agir de acordo com o disposto nos parágrafos 4 a 8, quando for necessário.

11 As informações mencionadas neste artigo deverão ser fornecidas pelo Estado Afetado ao proprietário registrado, identificado nos relatórios mencionadas no Artigo 5, parágrafo 2.

Artigo 10

Responsabilidade do Proprietário

1 Sujeito ao disposto no Artigo 11, o proprietário registrado será responsável pelos custos de localização, sinalização e remoção dos destroços de acordo com os artigos 7, 8 e 9, respectivamente, a menos que o proprietário registrado prove que o acidente marítimo que provocou o destroço:

- (a) tenha resultado de um ato de guerra, de hostilidades, de guerra civil, de insurreição ou de um fenômeno natural de natureza excepcional, inevitável e irresistível;
- (b) tenha sido totalmente causado por um ato ou por uma omissão de uma terceira parte, com a intenção de causar danos; ou
- (c) tenha sido totalmente causado pela negligência ou por um ato errado de qualquer Governo ou de outra autoridade responsável pela manutenção de luzes ou de outros auxílios à navegação, no exercício daquela função.

2 Nada do disposto nesta Convenção deverá afetar o direito do proprietário registrado de limitar a sua responsabilidade com base no regime nacional ou internacional aplicável, tal como a Convenção sobre Limitação de Responsabilidade por Reclamações Marítimas, de 1976, como emendada.

3 Nenhuma reclamação relativa aos custos mencionados no parágrafo 1 poderá ser feita contra o proprietário registrado, a não ser de acordo como o disposto nesta Convenção. Isto sem prejuízo dos direitos e obrigações de um Estado Parte que tenha feito uma notificação com base no Artigo 3, parágrafo 2, de tomar medidas com relação a destroços localizados em seu território, inclusive em seu mar territorial, além de localizar, sinalizar e remover, de acordo com esta Convenção.

4 Nada do disposto neste artigo deverá prejudicar qualquer direito de recurso contra terceiros.

Artigo 11

Excludentes de Responsabilidade

1 O proprietário registrado não deverá ser responsável, com base nesta Convenção, pelos custos mencionados no Artigo 10, parágrafo 1 se, e na medida em que, a responsabilidade por tais custos conflitar com:

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [14 de 24]



- (a) a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo, de 1969, como emendada;
- (b) a Convenção Internacional sobre Responsabilidade e Compensação por Danos Relativos ao Transporte por Mar de Substâncias Nocivas e Potencialmente Perigosas, de 1990, como emendada;
- (c) a Convenção relativa à Responsabilidade de Terceiros no Campo da Energia Nuclear de 1960, como emendada, ou a Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares, de 1963, como emendada, ou a legislação nacional que rege ou que proíbe a limitação da responsabilidade por danos nucleares; ou
- (d) a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados pela Poluição por Combustíveis de Navios, de 2001, como emendada.

desde que a convenção pertinente seja aplicável e esteja em vigor.

2 Na medida em que as ações tomadas com base nesta Convenção forem consideradas como salvamento, de acordo com a legislação nacional ou com uma convenção internacional aplicável, aquela legislação ou convenção deverá ser aplicada às questões relativas à remuneração ou à compensação a serem pagas aos salvadores, sendo excluídas as regras desta Convenção.

Artigo 12

Seguro compulsório ou outra garantia financeira

1 O proprietário registrado de um navio com uma arqueação bruta de 300 ou mais, e arvorando a bandeira de um Estado Parte, terá de ter seguro ou outra garantia financeira, tal como uma garantia de um banco ou de instituição similar, para cobrir a sua responsabilidade determinada com base nesta Convenção, num valor igual aos limites da responsabilidade determinados com base no regime de limitação nacional ou internacional aplicável, mas, em todos os casos, não superior a um valor calculado de acordo com o Artigo 6(1)(b) da Convenção sobre Limitação de Responsabilidade por Reclamações Marítimas, de 1976, como emendada.

2 Um certificado atestando que o seguro ou outra garantia financeira está em vigor, de acordo com o disposto nesta Convenção, deverá ser emitido para todo navio com uma arqueação bruta de 300 ou mais, pela autoridade apropriada do Estado de registro do navio, após concluir que as exigências do parágrafo 1 foram atendidas. Com relação a um navio registrado num Estado Parte, tal certificado deverá ser emitido ou certificado pela autoridade apropriada do Estado de registro do navio; com relação a um navio não registrado num Estado Parte, ele pode ser emitido ou abonado pela autoridade apropriada de qualquer Estado Parte. Este certificado de seguro obrigatório deverá ser redigido no formato do modelo apresentado no anexo desta Convenção, e deverá conter as seguintes informações:

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [15 de 24]



CD23952391690



Apresentação: 13/07/2023 17:13:00.000 - Mesa

MSC n.322/2023

- (a) nome do navio, números ou letras características e porto de inscrição;
 - (b) arqueação bruta do navio;
 - (c) nome e principal local de exercício profissional do proprietário registrado;
 - (d) número de identificação do navio, da IMO;
 - (e) tipo e duração da garantia;
 - (f) nome e principal local de exercício profissional do segurador ou de outra pessoa que esteja fornecendo a garantia e, quando for adequado, o local de exercício profissional da instituição em que foi feito o seguro ou obtida a garantia;
 - (g) período de validade do certificado, que não deverá ser superior ao período de validade do seguro ou de outra garantia.
- 3 (a) Um Estado Parte pode autorizar uma instituição ou uma organização por ele reconhecida para emitir o certificado mencionado no parágrafo 2 . Essa instituição ou organização deverá informar àquele Estado a emissão de cada certificado. Em todos os casos, o Estado Parte deverá garantir totalmente a correção e a exatidão do certificado assim emitido, e deverá comprometer-se em assegurar as medidas necessárias para atender a esta obrigação.
- (b) Um Estado Parte deverá notificar ao Secretário-Geral:
- (i) as responsabilidades e as condições específicas da autorização delegada a uma instituição ou organização por ela reconhecida;
 - (ii) a retirada daquela autorização; e
 - (iii) a data a partir da qual a delegação ou a retirada daquela autorização entra em vigor.
- Uma autorização delegada não deverá entrar em vigor antes de três meses a partir da data em que foi enviada ao Secretário-Geral uma notificação a este respeito.
- (c) A instituição ou organização autorizada a emitir certificados de acordo com este parágrafo deverá ser autorizada, no mínimo, a retirar aqueles certificados se as condições nas quais foram emitidos não forem mantidas. Em todos os casos, a instituição ou organização deverá informar a retirada ao Estado em cujo nome o certificado foi emitido.
- 4 O certificado deverá ser redigido no idioma ou idiomas oficiais do Estado emissor. Se o idioma usado não for o inglês, o francês ou o espanhol, o texto deverá conter uma tradução para um destes idiomas e, quando o Estado assim decidir, o(s) idioma(s) oficial(ais) do Estado pode(m) ser omitido(s).

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [16 de 24]

* C D 2 3 9 5 2 3 9 1 6 9 0 0 *



5 O certificado deverá ser levado a bordo do navio, e uma cópia deverá ser depositada com as autoridades que mantêm o histórico do registro do navio ou, se o navio não for registrado num Estado Parte, com as autoridades que emitiram ou que abonaram o certificado.

6 Um seguro ou outra garantia financeira não atenderá às exigências deste artigo se puder perder a validade por razões outras que não o término do período de validade do seguro ou da garantia especificada no parágrafo 2 antes de decorridos três meses da data em que foi informado o seu término às autoridades mencionadas no parágrafo 2, a menos que o certificado tenha sido entregue àquelas autoridades, ou que tenha sido emitido um novo certificado dentro do período mencionado. Os dispositivos acima deverão ser aplicados de maneira semelhante a qualquer modificação que faça com que o seguro ou a garantia não atenda mais às exigências deste artigo.

7 O Estado de registro do navio deverá, sujeito ao disposto neste artigo e tendo em vista as diretrizes adotadas pela Organização sobre a responsabilidade financeira dos proprietários registrados, estabelecer as condições para a emissão e para a validade do certificado.

8 Nada do disposto nesta Convenção deverá ser interpretado como impedimento para que um Estado Parte se fie em informações obtidas de outros Estados, da Organização ou de outras organizações internacionais com relação à situação financeira de quem forneceu o seguro ou a garantia financeira para os efeitos desta Convenção. Nestes casos, o Estado Parte que se fiar nessas informações não está liberado da sua responsabilidade como Estado emissor do certificado exigido pelo parágrafo 2.

9 Os certificados emitidos e abonados sob a autoridade de um Estado Parte deverão ser aceitos por outros Estados Partes para os efeitos desta Convenção, e deverão ser considerados por outros Estados Partes como tendo a mesma força que os certificados emitidos ou abonados por eles, mesmo se tiverem sido emitidos ou abonados com relação a um navio não registrado num Estado Parte. Um Estado Parte pode, a qualquer momento, solicitar uma consulta ao Estado emissor ou abonador, se acreditar que o segurador ou o fornecedor da garantia citado no certificado não é financeiramente capaz de atender às obrigações impostas por esta Convenção.

10 Qualquer reclamação por custos provenientes do disposto nesta Convenção pode ser apresentada diretamente contra o segurador ou contra outra pessoa que tenha fornecido a garantia financeira para as responsabilidades do proprietário registrado. Neste caso, o réu pode invocar as mesmas proteções (exceto nos casos de falência ou de liquidação do proprietário registrado) que o proprietário registrado teria direito a invocar, inclusive a limitação da sua responsabilidade com base em qualquer regime nacional ou internacional aplicável. Além disto mesmo se o proprietário registrado não tiver direito a limitar a sua responsabilidade, o réu pode limitar a sua responsabilidade a uma quantia igual ao valor do seguro ou da outra garantia financeira que foi exigida que o proprietário registrado mantivesse de acordo com o parágrafo 1. Além disso, o réu pode invocar a alegação de que

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [17 de 24]



*C D 2 3 9 5 2 3 9 1 6 9 0 0 *



Apresentação: 13/07/2023 17:13:06:000 - Mesa

MSC n.322/2023

o acidente foi causado por conduta imprópria intencional do proprietário registrado, mas o réu não deverá invocar qualquer outra alegação que possa ter direito a invocar em processos instaurados pelo proprietário registrado contra ele. Em qualquer caso, o réu terá o direito de solicitar que o proprietário registrado passe a integrar o processo.

11 Um Estado Parte não deverá permitir que qualquer navio autorizado a arvorar a sua bandeira e ao qual se aplique este artigo, opere em qualquer momento, a menos que tenha sido emitido um certificado com base nos parágrafos 2 ou 14.

12 Sujeito ao disposto neste artigo, todas as Partes deverão assegurar, com base na sua legislação nacional, que o seguro ou outra garantia no valor exigido pelo parágrafo 1 esteja em vigor com relação a qualquer navio com uma arqueação bruta de 300 ou mais, onde quer que tenha sido registrado, que estiver entrando ou saindo de um porto em seu território, ou chegando ou partindo de uma instalação “offshore” localizada em seu mar territorial.

13 Apesar do disposto no parágrafo 5, um Estado Parte pode informar ao Secretário-Geral que, para os efeitos do parágrafo 12, os navios não são obrigados a levar a bordo ou a apresentar o certificado exigido pelo parágrafo 3 quando entrando ou saindo de um porto localizado em seu território, ou quando chegando ou partindo de uma instalação “offshore” localizada em seu mar territorial, desde que o Estado Parte que emitiu o certificado exigido pelo parágrafo 2 tenha informado ao Secretário-Geral que mantém o registro num formato eletrônico, acessível a todos os Estados Partes, atestando a existência do certificado e permitindo que os Estados Partes se eximam das suas obrigações estabelecidas no parágrafo 12.

14 Se não for mantido o seguro ou outra garantia financeira relativa a um navio de propriedade de um Estado Parte, o disposto neste artigo com relação a isto não será aplicável àquele navio, mas o navio deverá levar um certificado emitido pela autoridade apropriada do Estado do registro, declarando que ele é de propriedade daquele Estado e que a responsabilidade do navio está coberta dentro dos limites estabelecidos no parágrafo 1. Esse certificado deverá seguir o máximo possível o modelo estabelecido no parágrafo 2

Artigo 13

Prazos

Os direitos de reaver custos com base nesta Convenção deverão ser extintos, a menos que seja iniciada uma ação de acordo com o estabelecido abaixo, até três anos a partir da data em que o destroço foi determinado de acordo com esta Convenção. No entanto, em nenhuma situação, uma ação pode ser iniciada após seis anos a partir da data do acidente marítimo que resultou no destroço.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [18 de 24]



Quando o acidente marítimo consistir numa série de ocorrências, o período de seis anos deverá ser contado a partir da data da primeira ocorrência.

Artigo 14

Disposições relativas a emendas

1 Mediante solicitação de pelo menos um terço dos Estados Partes, deverá ser convocada pela Organização uma conferência com o propósito de rever ou emendar esta Convenção.

2 Qualquer concordância em se submeter a esta Convenção, expressa após a data de entrada em vigor de uma emenda a esta Convenção, deverá ser considerada como sendo aplicável a esta Convenção, como emendada.

Artigo 15

Solução de controvérsias

1 Quando surgir uma controvérsia entre dois ou mais Estados Partes com relação à interpretação ou à aplicação desta Convenção, eles deverão procurar resolver, em primeira instância, a sua controvérsia através de negociação, pedidos de informação, mediação, conciliação, arbitragem, acordo judicial, recurso a organizações regionais, acordos ou outros meios pacíficos à sua escolha.

2 Se não for possível encontrar uma solução dentro de um período de tempo razoável, não superior a doze meses após um Estado Parte ter notificado outro de que existia uma controvérsia entre eles, as disposições relativas à solução de controvérsias estabelecidas na Parte XV da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, de 1982, deverão se aplicar *mutatis mutandis*, sejam os Estados que fazem parte da controvérsia Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, de 1982, ou não.

3 Qualquer procedimento escolhido por um Estado que seja Parte desta Convenção, e da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, de 1982, de acordo com o Artigo 287 desta última, deverá se aplicar à solução de controvérsias com base neste artigo, a menos que aquele Estado Parte, ao ratificar, aceitar, aprovar ou aderir a esta Convenção, ou a qualquer momento daí em diante, escolha um outro procedimento com base no Artigo 287 com a finalidade de dirimir controvérsias que surjam em decorrência desta Convenção.

4 Um Estado Parte desta Convenção que não seja Parte da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, de 1982, ao ratificar, aceitar, aprovar ou aderir a esta Convenção, ou a qualquer momento daí em diante, estará livre para escolher, por meio de uma declaração por escrito, um ou mais dos meios especificados no Artigo 287, parágrafo 1 da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [19 de 24]



Mar, de 1982, com a finalidade de dirimir controvérsias de acordo com este Artigo. O Artigo 287 deverá ser aplicado àquela declaração, bem como a qualquer controvérsia da qual aquele Estado faça parte, que não esteja abrangida por uma declaração em vigor. Para os efeitos de conciliação e arbitragem, de acordo com os Anexos V e VII da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, de 1982, aquele Estado terá o direito de indicar conciliadores ou árbitros para serem incluídos nas listas mencionadas no Anexo V, Artigo 2, e no Anexo VII, Artigo 2, para a resolução de controvérsias que surjam em decorrência desta Convenção.

- 5 Uma declaração feita com base nos parágrafos 3 e 4 deverá ser depositada com o Secretário-Geral, que deverá transmitir cópias daquela declaração aos Estados Partes.

Artigo 16

Relações com outras convenções e com acordos internacionais

Nada do disposto nesta Convenção deverá prejudicar os direitos e as obrigações de qualquer Estado com base na Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar de 1982 e no direito do mar internacional costumeiro.

Artigo 17

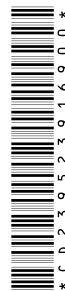
Assinatura, ratificação, aceitação, aprovação e adesão

1 Esta Convenção estará aberta para assinatura, na Sede da Organização, de 19 de Novembro de 2007 a 18 de Novembro de 2008 e, daí em diante, continuará aberta para adesão.

- (a) Os Estados podem expressar a sua concordância em se submeter a esta Convenção por meio de:
- (i) assinatura sem reserva quanto à ratificação, aceitação ou aprovação; ou
 - (ii) assinatura sujeita à ratificação, aceitação ou aprovação, seguida por ratificação, aceitação ou aprovação; ou
 - (iii) adesão.
- (b) A ratificação, a aceitação, a aprovação ou a adesão deverão ser efetuadas por meio do depósito de um instrumento com aquela finalidade com o Secretário-Geral.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [20 de 24]



Artigo 18

Entrada em vigor

1 Esta Convenção deverá entrar em vigor doze meses após a data em que dez Estados a tiverem assinado sem reservas quanto à ratificação, aceitação ou aprovação, ou em que tenham depositado instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão com o Secretário-Geral.

2 Para qualquer Estado que ratifique, aceite, aprove ou adira a esta Convenção, após terem sido atendidas as condições estipuladas no parágrafo 1 para a sua entrada em vigor, esta Convenção deverá entrar em vigor três meses após a data do depósito do instrumento apropriado, efetuado por aquele Estado, mas não antes que esta Convenção tenha entrado em vigor de acordo com o parágrafo 1.

Artigo 19

Denúncia

1 Esta Convenção pode ser denunciada por um Estado Parte a qualquer momento após transcorrido um ano da data em que esta Convenção entrar em vigor para aquele Estado.

2 A denúncia deverá ser efetuada mediante o depósito com o Secretário-Geral de um instrumento com esta finalidade.

3 Uma denúncia deverá surtir efeito um ano, ou um período maior como possa vir a ser especificado no instrumento de denúncia, após o seu recebimento pelo Secretário-Geral.

Artigo 20

Depositário

1 Esta Convenção deverá ser depositada com o Secretário-Geral.

2 O Secretário-Geral deverá:

- (a) informar a todos os Estados que tenham assinado ou aderido a esta Convenção:
 - (i) cada nova assinatura ou cada depósito de um instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, juntamente com a data daquela assinatura ou daquele depósito;
 - (ii) a data de entrada em vigor desta Convenção;
 - (iii) o depósito de qualquer instrumento de denúncia desta Convenção, juntamente com a data do depósito e a data em que a denúncia surte efeito; e
 - (iv) outras declarações e notificações recebidas com base nesta Convenção;

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [21 de 24]



- (b) transmitir cópias autenticadas desta Convenção a todos os Estados que a tenham assinado ou que tenham aderido a esta Convenção.
- 3 Assim que esta Convenção entrar em vigor, uma cópia autenticada do texto deverá ser transmitida pelo Secretário-Geral ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para registro e divulgação de acordo como Artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

Artigo 21

Idiomas

Esta Convenção está elaborada num único original nos idiomas árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol, sendo cada texto igualmente autêntico.

FEITO EM NAIROBI, neste décimo oitavo dia de Maio de dois mil e sete.

EM TESTEMUNHA DO QUE os abaixo assinados, estando devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos para esta finalidade, assinaram esta Convenção.

* * *

ANEXO

CERTIFICADO DE SEGURO OU DE OUTRA GARANTIA FINANCEIRA COM RELAÇÃO À RESPONSABILIDADE FINANCEIRA PELA REMOÇÃO DE DESTROÇOS

Emitido de acordo com o disposto no Artigo 12 da Convenção Internacional de Nairobi sobre a Remoção de Destroços, 2007

Nome do Navio	Arqueação bruta	Números ou letras característicos	Número de Identificação de Navios, da IMO	Porto de Registro	Nome e endereço completo do principal local de trabalho do proprietário registrado

Isto é para certificar que existe em vigor, com relação ao navio acima mencionado, uma apólice de seguro ou outra garantia financeira que atende às exigências do Artigo 12 da Convenção Internacional de Nairobi sobre a Remoção de Destroços, de 2007.

Tipo de Garantia

Duração da Garantia

Nome e endereço do(s) segurador(es) e/ou de quem forneceu a garantia

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Nome

Avulso do PDL 269/2024 [22 de 24]

Apresentação: 13/07/2023 17:13:00000 - Mesa

MSC n.322/2023



Endereço

.....

Este certificado é válido até

Emitido ou abonado pelo Governo de

.....

(Designação completa do Estado)

OU

O seguinte texto deve ser usado quando um Estado Parte se valer do Artigo 12, parágrafo 3:

O presente certificado é emitido sob a autoridade do Governo de

(designação completa do Estado) por.....(nome da instituição ou organização)

Em Em

(Local)

(Data)

.....
(Assinatura e Título do funcionário que emite ou que abona)

Notas Explicativas:

- 1 Se for desejável, a designação do Estado pode conter uma referência à autoridade pública competente do país em que o Certificado foi emitido.
- 2 Se o valor total da garantia tiver sido fornecido por mais de uma fonte, deve ser indicado o valor de cada uma delas.
- 3 Se a garantia for fornecida de várias formas, elas devem ser enumeradas.
- 4 O lançamento “Duração da Garantia” deve estipular a data em que a garantia passa a valer.
- 5 O lançamento “Endereço” do(s) segurador(es) e/ou de quem forneceu a garantia deve indicar o principal local de trabalho do(s) segurador(es) e/ou de quem forneceu a garantia. Se for apropriado, deverá ser indicado o local de trabalho onde está estabelecido o segurador ou o fornecedor de outra garantia.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 269/2024 [23 de 24]

Apresentação: 13/07/2023 17:13:00.000 - Mesa

MSC n.322/2023

* C D 2 3 9 5 2 3 9 1 6 9 0 0 *



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc1

Avulso do PDL 269/2024 [24 de 24]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 317, DE 2024

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Nova York, em 22 de setembro de 2022.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2450019&filename=PDL-317-2024



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 317/2024 [1 de 19]



Data do Documento: 03/10/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Nova York, em 22 de setembro de 2022.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Nova York, em 22 de setembro de 2022.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em denúncia ou em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2 de outubro de 2025.

HUGO MOTTA
Presidente



Assir

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3012426>

Avulso do PDL 317/2024 [2 de 19]

3012426

Data do Documento: 03/10/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 225/2025/SGM-P

Brasília, 2 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Envio de Projeto de Decreto Legislativo para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2024, (Mensagem nº 148 de 2024, do Poder Executivo), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Nova York, em 22 de setembro de 2022”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assir

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3012557>

Avulso do PDL 317/2024 [3 de 19]

3012557

Apresentação: 22/04/2024 11:17:00.000 - MESA

MSC n.148/2024

MENSAGEM Nº 148

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministro de Estado das Relações Exteriores e Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o texto do "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas", assinado em Nova York, em 20 de setembro de 2022.

Brasília, 17 de abril de 2024.



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 317/2024 [4 de 19]



EMI nº 00052/2024 MRE GSI

Brasília, 1 de Março de 2024

Senhor Presidente da República,

Submetemos à sua elevada consideração, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas”, assinado em Nova York, em 20 de setembro de 2022, pelo então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, e pelo Vice-Chefe da Agência de Segurança Interna da Polônia, Coronel Lech Wojciechowski.

2. O instrumento reforça a confiança na relação entre as Partes ao estabelecer regras e procedimentos para a proteção de informações sigilosas trocadas entre Brasil e Polônia, seus respectivos indivíduos, agências e entidades credenciadas. O instrumento jurídico em análise propiciará a regulamentação necessária para a equivalência dos graus de sigilo da informação classificada, medidas de proteção, bem como regras de acesso, transmissão, divulgação e uso de informações dessa natureza. Viabilizará, igualmente, as devidas providências para a realização de visitas às instalações onde a informação classificada é tratada ou armazenada e para a tomada de medidas em caso de violação de segurança.

3. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 49, inciso I, combinado com o Artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira, Marcos Antonio Amaro dos Santos

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 317/2024 [5 de 19]



Apresentação: 22/04/2024 11:17:00.000 - MESA

MSC n.148/2024

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA POLÔNIA SOBRE
TROCA E PROTEÇÃO
MÚTUA DE INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

o Governo da República da Polônia,
doravante denominados "Partes",
ou individualmente referidos como "Parte"

Tendo a devida consideração à necessidade de garantir a proteção efetiva das Informações Classificadas trocadas entre as Partes originadas no decurso da cooperação,

Orientados pela intenção de adotar normas uniformes para ambas as Partes no âmbito da proteção de Informações Classificadas,

Em respeito às regras vinculativas do direito internacional e da legislação nacional das Partes,

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 317/2024 [6 de 19]

* C D 2 4 5 4 6 3 5 9 0 1 0 0 *



Concordam com o seguinte:

Apresentação: 22/04/2024 11:17:00.000 - MESA
MSC n.148/2024



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 317/2024 [7 de 19]



ARTIGO 1

ESCOPO DO ACORDO

1. O objetivo deste Acordo é assegurar a proteção das Informações Classificadas que são geradas em decorrência da cooperação ou trocadas entre as Partes.
2. Este Acordo será aplicável a quaisquer contratos ou acordos envolvendo Informação Classificada que serão conduzidos ou celebrados entre as Partes, bem como a quaisquer atividades conduzidas entre elas.

ARTIGO 2

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Acordo, as seguintes definições representam:

- 1) Informações Classificadas - qualquer informação, independentemente da sua forma, suporte e modo de registro, bem como objetos ou quaisquer partes deles, também em processo de geração, que requeiram proteção contra divulgação não autorizada de acordo com a legislação nacional de cada Parte e com este Acordo;
- 2) Autoridade Nacional de Segurança - a autoridade nacional referida no Artigo 4, responsável pela segurança da Informação Classificada nos termos deste Acordo;
- 3) Parte Originadora - a Parte, bem como indivíduos, entidades legais ou outras formas de organização, competentes para originar e transmitir Informações Classificadas de acordo com a legislação nacional de sua Parte;
- 4) Parte Receptora - a Parte, bem como indivíduos, entidades legais ou outras formas de organização, competentes para receber Informações Classificadas de acordo com a legislação nacional de sua Parte;
- 5) Contrato Classificado - um contrato cuja execução envolve o acesso a Informações Classificadas ou que tenha origem neste tipo de informação;
- 6) Contratado - uma pessoa física, jurídica ou outra forma de organização nos termos da legislação nacional de cada uma das Partes, que tem capacidade legal para executar Contratos Classificados de acordo com as disposições deste Acordo;
- 7) Contratante - uma pessoa física, jurídica ou outra forma de organização nos termos da legislação nacional de cada uma das Partes que tem capacidade legal para celebrar Contratos Classificados em conformidade com as disposições deste Acordo;

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 317/2024 [8 de 19]



CD245463590100



Apresentação: 22/04/2024 11:17:00.000 - MESA

MSC n.148/2024

- 8) Credencial de Segurança de Pessoas- documento emitido de acordo com a legislação nacional de cada Parte por sua respectiva Autoridade de Segurança Nacional ou outra entidade autorizada, confirmando que um indivíduo passou por verificação de segurança e é elegível para ter acesso a Informações Classificadas;
- 9) Credencial de Segurança de Instalações - documento emitido de acordo com a legislação nacional de cada Parte por sua Autoridade Nacional de Segurança ou outra entidade autorizada, confirmando que um Contratado tem capacidade para proteger as Informações Classificadas; no caso de proprietários individuais atuando como contratados, uma Credencial de Segurança de Pessoas será equivalente a uma Credencial de Segurança das Instalações;
- 10) Terceira Parte - qualquer Estado, indivíduo, entidade legal ou outras formas de organização sob sua jurisdição ou uma organização internacional que não seja Parte deste Acordo.
- 11) Necessidade de conhecer - princípio pelo qual o acesso à Informação Classificada pode ser concedido a pessoa física apenas em relação às suas funções oficiais e/ou para o desempenho de determinada tarefa específica;
- 12) Quebra de Segurança - ação ou omissão contrária a este Acordo ou à legislação nacional das Partes com relação à proteção de Informações Classificadas.

ARTIGO 3
NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO DE SEGURANÇA

1. Um Nível de Classificação de Segurança é atribuído às Informações Classificadas de acordo com seu conteúdo, nos termos da legislação nacional da Parte de Origem. A Parte Receptora deverá garantir, no mínimo, o mesmo nível equivalente de proteção das Informações Classificadas recebidas de acordo os Parágrafos 3 e 4.
2. O Nível de Classificação de Segurança pode ser alterado ou removido apenas pela Parte Originadora. A Parte Receptora deverá ser notificada por escrito de cada alteração ou remoção do Nível de Classificação de Segurança das Informações Classificadas que tenham sido previamente recebidas.
3. As Partes concordam que os seguintes Níveis de Classificação de Segurança são equivalentes:

REPÚBLICA DA POLÔNIA	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	EQUIVALENTE EM INGLÊS
---------------------------------	---	----------------------------------

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

* C D 2 4 5 4 6 3 5 9 0 1 0 0 *



Apresentação: 22/04/2024 11:17:00.000 - MESA

MSC n.148/2024

ŚCIŚLE TAJNE	ULTRASSECRETO	TOP SECRET
TAJNE	SECRETO	SECRET
POUFNE	RESERVADO	CONFIDENTIAL
ZASTRZEŻONE	SEM EQUIVALÊNCIA	RESTRICTED

4. Informações da República da Polônia classificadas como "ZASTRZEŻONE" serão tratadas como "POUFNE/RESERVADO/CONFIDENTIAL" pela República Federativa do Brasil.

ARTIGO 4

AUTORIDADE NACIONAL DE SEGURANÇA

1. As Autoridades Nacionais de Segurança, responsáveis pela implementação e supervisão deste Acordo, são:
- 1. pela República da Polônia: o Chefe da Agência de Segurança Interna;
 - 2. pela República Federativa do Brasil: o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República Federativa do Brasil.
2. As Partes deverão informar-se mutuamente, por via diplomática, sobre as alterações das Autoridades de Segurança Nacionais referidas no parágrafo 1 ou sobre as alterações relativas às suas competências.
3. Cada Parte disponibilizará à outra os dados de contato de sua respectiva Autoridade Nacional de Segurança, por escrito.

ARTIGO 5

PRINCÍPIOS DE PROTEÇÃO DE INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS

1. As Partes adotarão todas as medidas previstas neste Acordo e sujeitas às suas legislações nacionais a fim de proteger as Informações Classificadas transmitidas ou originadas como resultado da cooperação entre as Partes, incluindo as informações originadas em decorrência de execução de Contratos Classificados.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



2. A Parte Receptora deverá utilizar as Informações Classificadas exclusivamente para os fins para os quais foram trocadas.
3. O acesso às Informações Classificadas será concedido apenas às pessoas que tenham necessidade de conhecê-las e que tenham sido autorizadas a acessar essas informações de acordo com a legislação nacional da Parte Receptora.
4. A Parte Receptora não poderá divulgar as informações referidas no Parágrafo 1 a uma Terceira Parte sem consentimento prévio por escrito da Parte Originadora.

ARTIGO 6 CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA

1. No âmbito do presente Acordo, as Partes reconhecerão as Credenciais de Segurança de Pessoal e as Credenciais de Segurança das Instalações emitidas de acordo com a legislação nacional da outra Parte.
2. Mediante solicitação, as Autoridades Nacionais de Segurança devem auxiliar-se quanto aos procedimentos relacionados ao Credenciamento de Segurança de Pessoal e de Instalações.
3. As Autoridades Nacionais de Segurança devem informar-se sobre qualquer modificação relativa às suas Credenciais de Segurança de Pessoal ou Credenciais de Segurança das Instalações.

ARTIGO 7 CONTRATOS CLASSIFICADOS

1. Antes de concluir um Contrato Classificado relacionado com o acesso a informações classificadas como POUFNE / RESERVADO / CONFIDENCIAL ou superior, a Contratante deverá solicitar à sua Autoridade Nacional de Segurança que seja demandado à Autoridade Nacional de Segurança da outra Parte a emissão de um certificado que comprove que a Contratada é titular de autorização de segurança de instalação válida relevante para o nível de classificação de segurança das informações classificadas que o contrato requer.
2. A emissão do certificado referido no parágrafo 1 será equivalente à garantia de que as ações necessárias foram realizadas com o objetivo de declarar que a Contratada cumpre os critérios no âmbito da proteção



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 317/2024 [11 de 19]



de Informações Classificadas definidos na legislação nacional da Parte em território do Estado em que está localizada.

3. As Informações Classificadas não serão divulgadas ao Contratado até o recebimento do certificado referido no Parágrafo 1.
4. O Contratante deve transmitir ao Contratado uma instrução de segurança de instalação necessária para executar um Contrato Classificado, que é parte integrante de todo Contrato Classificado. A instrução de segurança de instalação contém disposições sobre os requisitos de segurança, em especial:
 - 1) a lista de tipos de Informações Classificadas relacionadas a um determinado Contrato Classificado, incluindo seus níveis de classificação de segurança;
 - 2) as regras para atribuição de níveis de classificação de segurança às informações originadas durante a execução de um determinado Contrato Classificado;
 - 3) todos os procedimentos para lidar com as Informações Classificadas fornecidas à Contratada ou geradas durante a execução de um Contrato Classificado.
5. O Contratante apresentará uma cópia da instrução de segurança das instalações à Autoridade Nacional de Segurança de sua Parte, a qual deverá transmiti-la à Autoridade Nacional de Segurança da Parte do Contratado.
6. A execução de um Contrato Classificado pela parte relacionada com o acesso às Informações Classificadas será possível desde que o Contratado cumpra os critérios necessários para a proteção das Informações Classificadas, nos termos da instrução de segurança das instalações.
7. Todos os subcontratados devem cumprir as mesmas condições para a proteção das Informações Classificadas estabelecidas para o Contratado.

ARTIGO 8

TRANSMISSÃO DA INFORMAÇÃO CLASSIFICADA

1. As Informações Classificadas serão transmitidas por via diplomática ou outros canais que assegurem sua proteção contra divulgação não autorizada, acordados entre as Autoridades Nacionais de Segurança das

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 317/2024 [12 de 19]



Partes. A Parte Receptora deverá confirmar por escrito o recebimento das Informações Classificadas.

2. As autoridades competentes para trocar Informações Classificadas com base em outros acordos internacionais realizados entre as Partes podem trocar informações classificadas diretamente.

ARTIGO 9

REPRODUÇÃO OU TRADUÇÃO DA INFORMAÇÃO CLASSIFICADA

1. A reprodução ou tradução das Informações Classificadas será realizada de acordo com a legislação nacional de cada uma das Partes. As informações reproduzidas ou traduzidas devem ser colocadas sob a mesma proteção que as informações originais. O número de cópias ou traduções deverá ser reduzido ao exigido para fins oficiais.
2. As informações classificadas como ŚCIŚLE TAJNE / ULTRASSECRETO / TOP SECRET devem ser reproduzidas ou traduzidas somente após a obtenção de consentimento prévio por escrito emitido pela Parte Originadora.

ARTIGO 10

DESTRUIÇÃO DE INFORMAÇÃO CLASSIFICADA

1. As Informações Classificadas deverão ser destruídas de acordo com a legislação nacional da Parte Receptora, de forma a impossibilitar sua reconstrução parcial ou total.
2. As Informações Classificadas como ŚCIŚLE TAJNE / ULTRASSECRETO / TOP SECRET não podem ser destruídas, devem ser devolvidas à Parte Originadora.

ARTIGO 11

VISITAS

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 317/2024 [13 de 19]



1. As pessoas que chegam para visitar as instalações da outra Parte naquele território só terão acesso às Informações Classificadas após receber o consentimento prévio por escrito da Autoridade Nacional de Segurança da Parte anfitriã.

2. A Autoridade Nacional de Segurança da Parte visitante deve solicitar a visita à Autoridade Nacional de Segurança da Parte anfitriã com pelo menos 30 dias antes da visita planejada referida no parágrafo 1.

3. O pedido a que se refere o parágrafo 2 deve conter os seguintes dados que apenas serão utilizados para efeito da visita:

- 1) motivo, data e programação da visita;
- 2) nome e sobrenome do visitante, data e local de nascimento, nacionalidade, todas as cidadanias e passaporte ou outro número de documento de identificação;
- 3) cargo do visitante juntamente com o nome da entidade que representa;
- 4) nível de classificação de segurança e validade da Credencial de Segurança do visitante;
- 5) nome e endereço da unidade a ser visitada;
- 6) nome, sobrenome e cargo da pessoa que será visitada;
- 7) bem como a data, assinatura e selo oficial da Autoridade Nacional de Segurança do visitante.

4. As Autoridades Nacionais de Segurança das Partes podem acordar em estabelecer listas de pessoas autorizadas a fazer visitas recorrentes relacionadas com a implementação de algum projeto, programa ou Contrato Classificado específico. As listas devem conter os dados especificados no parágrafo 3 e são válidas por um período de 12 meses. Uma vez que tais listas tenham sido aprovadas pelas Autoridades Nacionais de Segurança das Partes, as datas das visitas serão combinadas diretamente entre as Partes visitante e anfitriã, de acordo com as condições acordadas.

5. A fim de proteger os dados pessoais referidos no Parágrafo 3, transmitidos em conexão com as disposições dos Parágrafos 1 e 4, as seguintes disposições devem ser aplicadas, de acordo com a legislação nacional das Partes:

Apresentação: 22/04/2024 11:17:00.000 - MESA

MSC n.148/2024

* C D 2 4 5 4 6 3 5 9 0 1 0 0 *

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 317/2024 [14 de 19]



- 1) os dados pessoais recebidos pela Parte anfitriã devem ser utilizados exclusivamente para o fim e nas condições definidas pela Parte que o transmite;
- 2) os dados pessoais devem ser armazenados pela Parte anfitriã apenas pelo período necessário para atingir os objetivos de seu processamento;
- 3) no caso de dados pessoais transmitidos contra a legislação nacional da Parte, a Parte que os transmite deve notificar a Parte anfitriã, que é obrigada a remover os dados de forma a eliminar sua reconstrução parcial ou total;
- 4) a Parte que transmite os dados pessoais deve assumir a responsabilidade pela sua correção e, caso os dados pareçam inválidos ou incompletos, deve notificar a Parte que os recebe, a qual é obrigada a corrigir ou remover os dados;
- 5) a Parte que transmite os dados pessoais e a Parte que os recebe são obrigadas a registrar sua transmissão, recebimento e retirada;
- 6) a Parte que transmite os dados pessoais e a Parte que os recebe são obrigadas a proteger os dados pessoais processados de forma eficiente contra sua divulgação a pessoas não autorizadas, modificações não autorizadas dos dados, sua perda, dano ou destruição.

ARTIGO 12 QUEBRA DE SEGURANÇA

1. As informações sobre cada violação de segurança ou suspeita de violação de segurança em relação às Informações Classificadas da Parte de Origem ou às Informações Classificadas originadas como resultado da cooperação das Partes devem ser imediatamente comunicadas à Autoridade Nacional de Segurança da Parte no território do Estado em que ocorreu a violação ou suspeita de violação.
2. Toda quebra de segurança ou suspeita de quebra de segurança deve ser investigada de acordo com a legislação nacional da Parte no território do Estado em que ocorreu.
3. Em caso de quebra de segurança, a Autoridade Nacional de Segurança da Parte no território do Estado em que a violação ocorreu deve informar à Autoridade Nacional de Segurança da outra Parte, por escrito,

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 317/2024 [15 de 19]



sobre o fato, as circunstâncias da violação e o resultado das ações a que se refere o parágrafo 2.

4. As Autoridades Nacionais de Segurança das Partes cooperarão nas ações a que se refere o § 2º, a pedido de uma delas.
5. Se uma quebra de segurança tiver ocorrido no território de uma Terceira Parte, a Autoridade Nacional de Segurança da Parte que transmitiu as Informações Classificadas deverá tomar todas as medidas referidas nos Parágrafos 1, 2 e 3 em cooperação com a Terceira Parte.

ARTIGO 13 IDIOMAS

No âmbito da implementação das disposições do presente Acordo, as Partes deverão utilizar o inglês ou suas línguas oficiais, situação na qual deverá ser fornecida a tradução para a língua oficial da outra Parte ou para o inglês.

ARTIGO 14 CUSTOS

Cada Parte deverá cobrir seus próprios custos decorrentes da implementação das disposições deste Acordo.

ARTIGO 15 CONSULTAS

1. As Autoridades Nacionais de Segurança das Partes deverão notificar-se sobre quaisquer emendas às suas legislações nacionais afetas à proteção de Informações Classificadas relativas à implementação deste Acordo.
2. As Autoridades Nacionais de Segurança das Partes poderão consultar-se mutuamente, mediante pedido de um deles, a fim de assegurar cooperação estreita na implementação das disposições do presente Acordo.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 317/2024 [16 de 19]



3. Os representantes das Autoridades Nacionais de Segurança podem visitar-se para deliberar acerca dos procedimentos de proteção das Informações Classificadas.
4. A fim de assegurar uma eficaz cooperação, que é o objetivo deste Acordo, e no âmbito da autoridade reconhecida pela legislação nacional de suas Partes, as Autoridades Nacionais de Segurança podem, se necessário, definir por escrito outros detalhes técnicos ou organizacionais.

ARTIGO 16

RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

1. Quaisquer controvérsias relativas à implementação ou interpretação deste Acordo serão resolvidas por consultas diretas entre as Autoridades Nacionais de Segurança das Partes.
2. Se não for possível chegar à solução de controvérsia da maneira prevista no parágrafo 1, a controvérsia será resolvida por via diplomática.

ARTIGO 17

DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O presente Acordo entrará em vigor de acordo com a legislação nacional de cada uma das Partes, o que será confirmado por troca de notas. O Acordo entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte ao recebimento da última notificação.
2. Este Acordo pode ser alterado com base no consentimento por escrito de ambas as Partes. Essas Emendas entrarão em vigor conforme de acordo com as disposições do parágrafo 1.
3. O presente Acordo tem validade por período ilimitado. Pode ser denunciado por qualquer das Partes mediante notificação por escrito à outra Parte. Nesse caso, o presente Acordo deverá expirar seis meses após o recebimento da notificação de denúncia.
4. Em caso de denúncia deste Acordo, as Informações Classificadas trocadas ou originadas com base neste Acordo serão protegidas de acordo com suas disposições.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 317/2024 [17 de 19]



Apresentação: 22/04/2024 11:17:00.000 - MESA

MSC n.148/2024

Feito em Nova York, em 22 de setembro de 2022, em dois exemplares originais, em português, polonês, e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA
POLÔNIA

**CARLOS ALBERTO FRANCO
FRANÇA**
Ministro de Estado das Relações
Exteriores

**CORONEL LECH
WOJCIECHOWSKI**
Vice-Chefe da Agência de Segurança
Interna



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Avulso do PDL 317/2024 [18 de 19]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc1

Avulso do PDL 317/2024 [19 de 19]



Projetos Recebidos da Câmara dos Deputados

- Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2024, da Câmara dos Deputados, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Remoção de Destroços, adotada em 2007, no âmbito da Organização Marítima Internacional;

- Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2024, da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Nova York, em 22 de setembro de 2022.

As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre a matéria, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

Prazo: de 7/10/2025 a 13/10/2025.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2562, DE 2025

Altera a Lei nº 6.791, de 9 de junho de 1980, para modificar a data do Dia Nacional da Mulher e incluir o Dia Internacional da Mulher no calendário nacional de datas comemorativas; e institui o Dia Nacional das Meninas e inclui o Dia Internacional das Meninas no calendário nacional de datas comemorativas.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2918859&filename=PL-2562-2025



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2562/2025 [1 de 5]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei nº 6.791, de 9 de junho de 1980, para modificar a data do Dia Nacional da Mulher e incluir o Dia Internacional da Mulher no calendário nacional de datas comemorativas; e institui o Dia Nacional das Meninas e inclui o Dia Internacional das Meninas no calendário nacional de datas comemorativas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 6.791, de 9 de junho de 1980, para modificar a data do Dia Nacional da Mulher e incluir o Dia Internacional da Mulher no calendário nacional de datas comemorativas, bem como institui o Dia Nacional das Meninas e inclui o Dia Internacional das Meninas no calendário nacional de datas comemorativas.

Art. 2º Fica instituído o Dia Nacional das Meninas, a ser celebrado, anualmente, no dia 11 de outubro.

Parágrafo único. Fica incluído no calendário nacional de datas comemorativas, na data a que se refere o *caput* deste artigo, o Dia Internacional das Meninas.

Art. 3º A Lei nº 6.791, de 9 de junho de 1980, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Mulher, a ser comemorado, anualmente, na data de 8 de março do calendário oficial, com o objetivo de estimular a integração da mulher no processo de desenvolvimento.” (NR)

“Art. 1º-A Fica incluído no calendário nacional de datas comemorativas o Dia Internacional da Mulher.”



Assir
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3012785>

Avulso do PL 2562/2025 [2 de 5]

3012785

Data do Documento: 03/10/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

Art. 4º As datas comemorativas de que trata esta Lei têm por finalidade incentivar a formulação e a implementação de ações que assegurem a promoção dos direitos das mulheres e das meninas, com vistas ao fortalecimento de sua participação ativa e autônoma nos contextos social, educacional, econômico e político.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2 de outubro de 2025.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinatura

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3012785>

Avulso do PL 2562/2025 [3 de 5]

3012785



Data do Documento: 03/10/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 223/2025/SGM-P

Brasília, 2 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.562, de 2025, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 6.791, de 9 de junho de 1980, para modificar a data do Dia Nacional da Mulher e incluir o Dia Internacional da Mulher no calendário nacional de datas comemorativas; e institui o Dia Nacional das Meninas e inclui o Dia Internacional das Meninas no calendário nacional de datas comemorativas”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assin

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3012544>

Avulso do PL 2562/2025 [4 de 5]

3012544



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.791, de 9 de Junho de 1980 - LEI-6791-1980-06-09 - 6791/80
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1980;6791>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4962, DE 2025

(nº 2694/2015, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas em unidades penais.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1373889&filename=PL-2694-2015



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4962/2025 [1 de 5]



Data do Documento: 03/10/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas em unidades penais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas em unidades penais.

Art. 2º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 83-A.

.....

III - serviços de assistência material, jurídica, educacional, social, religiosa e à saúde;

IV - apoio na movimentação interna dos presos;

V - apoio nos serviços de monitoramento e de rastreamento de presos por dispositivo eletrônico autorizado por lei.

.....” (NR)

“Art. 83-C. As contratadas e os parceiros privados poderão contratar monitores, auxiliares e supervisores para a execução do objeto do contrato.

Parágrafo único. Os profissionais relacionados no *caput* deste artigo poderão realizar



Assir

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3012607>

Avulso do PL 4962/2025 [2 de 5]

3012607

Data do Documento: 03/10/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

jornada de 12 (doze) horas trabalhadas por 36 (trinta e seis) horas de descanso.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2 de outubro de 2025.

HUGO MOTTA
Presidente



Assir
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3012607>

Avulso do PL 4962/2025 [3 de 5]

3012607



Data do Documento: 03/10/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 226/2025/SGM-P

Brasília, 2 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.694, de 2015, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas em unidades penais”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assinatura digitalizada por: [nome não legível]
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3012606>

Avulso do PL 4962/2025 [4 de 5]

3012606



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984 - Lei de Execução Penal (1984) - 7210/84
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1984;7210>

Avulso do PL 4962/2025 [5 de 5]



Ofício do Ministério da Fazenda



Ofício de Ministro de Estado:

- nº 58184, do Ministro de Estado da Fazenda, de 03 de outubro de 2025, em resposta ao Requerimento nº 559, de 2025, de autoria do Senador Laércio Oliveira.

O requerente foi comunicado e as informações anexadas na tramitação do requerimento.

A matéria vai ao Arquivo.



Projeto de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4963, DE 2025

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para acrescentar parágrafos ao art. 272, e modifica a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir entre os crimes hediondos as hipóteses qualificadas de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância, produto alimentício ou bebidas destinadas a consumo com resultado lesão grave ou morte.

AUTORIA: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4963/2025 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO



SF/25853.53197-06

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para acrescentar parágrafos ao art. 272, e modifica a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir entre os crimes hediondos as hipóteses qualificadas de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância, produto alimentício ou bebidas destinadas a consumo com resultado lesão grave ou morte.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro), para acrescentar parágrafos ao art. 272 e modifica a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir entre os crimes hediondos as hipóteses qualificadas de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância, produto alimentício ou bebidas destinadas a consumo com resultado lesão grave ou morte.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 272

§ 2º Se da conduta resultar lesão corporal grave, a pena será de reclusão de 8 (oito) a 15 (quinze) anos, além da multa.

Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO – Representante do Estado do Rio de Janeiro - E-mail: sen.flaviobolsonaro@senado.leg.br
Senado Federal - Anexo I - 17º Pavimento – CEP: 70165-900 Brasília-DF - Telefones: (61) 3303-1717/ 3303-1718



Assinado eletronicamente por Sen. Flávio Bolsonaro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1600254575>

Avulso do PL 4963/2025 [2 de 5]



§ 3º Se da conduta resultar morte, a pena será de reclusão de 12 (doze) a 30 (trinta) anos, além da multa.

§ 4º A pena será aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado:

I – por pessoa que exerça atividade de fabricação, distribuição, comércio ou transporte;

II – com utilização de qualquer substância que tenha potencial de causar risco grave à saúde, ainda que em pequena quantidade;

III – em ambiente coletivo ou com potencial de atingir múltiplas pessoas simultaneamente;

IV – contra crianças, idosos, pessoas com deficiência ou neurodivergente.” (NR)

Art. 3º A Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Crimes Hediondos), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....
XIII - qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte (art. 272, § 2º e § 3º).” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição legislativa tem por finalidade endurecer o tratamento penal aplicável à prática da adulteração não só de bebidas, como também de produtos alimentícios destinados a consumo quando dela resultar lesão corporal grave ou morte, bem como incluir essas hipóteses no rol dos crimes hediondos, conforme previsto na Lei nº 8.072/1990.

A urgência da matéria se impõe diante da recente escalada de casos de intoxicação por metanol, registrados em diversos estados brasileiros, com vítimas fatais e sequelas irreversíveis em dezenas de pessoas. Trata-se de uma realidade dramática e crescente, que evidencia uma lacuna no sistema penal brasileiro: a legislação atual não diferencia adequadamente, em termos de resposta punitiva, os casos em que o agente causa danos gravíssimos ou até a morte de consumidores por meio da adulteração deliberada de substância ou produto alimentício destinado a consumo humano.

O metanol, substância extremamente tóxica e imprópria para o consumo, vem sendo utilizado de forma criminosa por indivíduos e grupos

Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO – Representante do Estado do Rio de Janeiro - E-mail: sen.flaviobolsonaro@senado.leg.br
Senado Federal - Anexo I - 17º Pavimento – CEP: 70165-900 Brasília-DF - Telefones: (61) 3303-1717/ 3303-1718



Assinado eletronicamente por Sen. Flávio Bolsonaro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1600254575>

Avulso do PL 4963/2025 [3 de 5]



que objetivam aumentar lucros à custa da saúde e da vida das pessoas. A introdução dessa substância configura ato consciente de exposição de terceiros a risco iminente de morte, dado que o metanol pode causar, mesmo em pequenas doses, cegueira, convulsões e morte, muitas vezes em questão de horas.

Além dos efeitos diretos sobre as vítimas, as consequências sociais são de grande impacto devido ao medo coletivo e a insegurança sanitária. Trata-se de um verdadeiro ataque à saúde pública.

A atual pena do art. 272 do Código Penal, reclusão de 4 a 8 anos, revela-se insuficiente, desproporcional e ineficaz diante da magnitude do dano causado. É inaceitável que condutas que resultam em lesões graves e morte de pessoas inocentes, em decorrência de práticas dolosas ou gravemente negligentes, não recebam um tratamento penal compatível com sua gravidade objetiva e seu desvalor jurídico e ético.

Adulterar uma bebida com metanol, sabendo de seus efeitos letais, é ato que despreza abertamente a dignidade humana, transforma vidas em estatísticas, banaliza a morte e agride frontalmente os valores mais fundamentais que o Direito Penal busca proteger: a vida, a saúde, e a integridade física.

A inclusão das formas qualificadas no rol dos crimes hediondos é medida necessária e proporcional. Casos em que a adulteração resulta em lesão corporal grave ou morte devem receber o mesmo tratamento penal conferido a homicídios qualificados e outras condutas de extrema gravidade. A classificação como crime hediondo reforça a natureza inafiançável, a gravidade processual e executória da infração, além de sinalizar ao Judiciário e à sociedade a repulsa institucional a esse tipo de crime.

Este Parlamento não pode se omitir diante de fatos que ceifam vidas inocentes e desestabilizam a ordem sanitária. A lei deve ser clara e eficaz ao punir quem atenta contra a vida por meio da adulteração de bebidas e produtos alimentícios, uma forma vil e traiçoeira de homicídio disfarçado de comércio.

Por essas razões, submeto o presente projeto de lei à análise dos nobres pares, confiando em sua aprovação como instrumento de justiça, proteção da vida e preservação da dignidade da pessoa humana.

Sala das Sessões,

Senador FLÁVIO BOLSONARO
PL/RJ

Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO – Representante do Estado do Rio de Janeiro - E-mail: sen.flaviobolsonaro@senado.leg.br
Senado Federal - Anexo I - 17º Pavimento – CEP: 70165-900 Brasília-DF - Telefones: (61) 3303-1717/ 3303-1718



Assinado eletronicamente por Sen. Flávio Bolsonaro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1600254575>

Avulso do PL 4963/2025 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal (1940) - 2848/40
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:lei:1940;2848>
- Lei nº 8.072, de 25 de Julho de 1990 - Lei dos Crimes Hediondos (1990) - 8072/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8072>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 744, DE 2025

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o Dia do Radiologista; os 130 anos da descoberta dos Raios X; e os 40 anos da regulamentação da profissão de Técnico em Radiologia.

AUTORIA: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Jorge Seif (PL/SC)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 744/2025 [1 de 3]



RQS
00744/2025SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

SF/25599.72436-68 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, a ser realizada em data oportuna, a fim de homenagear: o **Dia do Radiologista**; os **130 anos da descoberta dos Raios X**, realizada em 8 de novembro de 1895 pelo físico alemão Wilhelm Conrad Röntgen; e os **40 anos da regulamentação da profissão de Técnico em Radiologia**, instituída pela Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985.

JUSTIFICAÇÃO

A radiologia representa um dos marcos mais significativos na evolução da medicina moderna. A descoberta dos Raios X, em 1895, revolucionou o diagnóstico e a terapêutica em todo o mundo, tornando possível a identificação precoce de inúmeras enfermidades e abrindo caminho para avanços científicos e tecnológicos que até hoje impactam positivamente a vida de milhões de pessoas.

No Brasil, a regulamentação da profissão de Técnico em Radiologia, pela Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, completará 40 anos em 2025. Trata-se de um importante reconhecimento legal ao trabalho fundamental desses profissionais que, ao lado dos médicos radiologistas, desempenham papel essencial no diagnóstico, na prevenção e no tratamento de doenças, garantindo qualidade e segurança à população.



Recebemos, nesse sentido, manifestações formais da **Sociedade Paulista de Radiologia (SPR)** e do **Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem (CBR)**, entidades representativas da especialidade no âmbito estadual e nacional, que ressaltam a relevância de se promover esta homenagem no Plenário do Senado Federal, próxima à data de 8 de novembro de 2025.

A realização desta Sessão Especial constituirá oportunidade ímpar de reconhecimento público aos médicos radiologistas, técnicos em radiologia e demais profissionais da área, que diariamente contribuem para o diagnóstico precoce, o tratamento eficaz e o avanço científico em nosso País.

Sala das Sessões, de de .

Senadora Dra. Eudócia





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 745, DE 2025

Requer, pela Liderança do Republicanos, destaque para votação em separado da supressão do inciso XVII do artigo 4º do substitutivo aprovado pelo Senado Federal, feita pelo substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados.

AUTORIA: Líder do REPUBLICANOS Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 745/2025 [1 de 4]



RQS
00745/2025SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/25985.59496-70 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do Republicanos, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da supressão do inciso XVII do artigo 4º do substitutivo aprovado pelo Senado Federal, feita pelo substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados do PLP 235/2019 (Substitutivo-CD), que “institui o Sistema Nacional de Educação (SNE); e fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para elaboração e implementação de políticas, de programas e de ações educacionais, em regime de colaboração, nos termos do inciso V do caput e do parágrafo único do art. 23, do parágrafo único do art. 193 e dos arts. 211 e 214 da Constituição Federal”.

JUSTIFICAÇÃO

O presente destaque tem por finalidade restabelecer, no texto do Projeto de Lei Complementar nº 235, de 2019 que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE), a redação aprovada pelo Senado Federal que, de maneira mais precisa e juridicamente sólida, assegura à União a responsabilidade **de garantir a oferta, a manutenção e o desenvolvimento da educação escolar das populações do campo e das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, sem prejuízo das contrapartidas por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.**

Avulso do RQS 745/2025 [2 de 4]



Sabemos das grandes dificuldades que perpassam os sistemas de ensino estaduais, que são responsabilizados quase que integralmente pela educação escolar das populações do campo, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. As referidas comunidades ficam completamente vulneráveis e expostas às carências de estrutura e recursos dos estados e municípios onde se situam. Ainda, é notório que grandes dificuldades também ocorrem em relação a serviços que garantem o mínimo existencial, *verbi gratia*, os serviços de saúde prestados.

O substitutivo da Câmara dos Deputados, ao reorganizar o SNE em instâncias de pactuação federativa, promoveu avanços na governança educacional, mas acabou diluindo a responsabilidade da União no regime de colaboração, sem explicitar a obrigação federal direta de garantir a educação escolar indígena e das comunidades tradicionais. Essa lacuna técnica pode perpetuar o cenário atual, em que a União se exime sob o argumento de que cabe aos entes subnacionais, o que fragiliza a efetividade dos direitos constitucionais desses grupos vulneráveis.

Em contraste, o texto do Senado Federal, ora retomado por esta emenda, é mais forte, específico e juridicamente vinculante, ao estabelecer de forma inequívoca o dever da União de assegurar essa oferta educacional, em consonância com os arts. 210, §2º, e 231 da Constituição Federal, que consagram a proteção da diversidade étnica e cultural e a promoção da educação bilíngue e intercultural nas comunidades indígenas.

Sob o ponto de vista técnico-legislativo, o dispositivo do Senado Federal confere maior densidade normativa e segurança jurídica, ao definir de forma clara o papel da União, evitando ambiguidades na aplicação do regime de colaboração, reforçar a obrigatoriedade de ações estruturantes e permanentes em áreas de maior vulnerabilidade social e manter a participação complementar dos demais entes federados, assegurando a cooperação federativa sem transferir responsabilidades indevidas.



Do ponto de vista social e constitucional, a emenda representa medida de reparação histórica e promoção da equidade, reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com os princípios do art. 3º, III, da Constituição, segundo o qual é dever da República reduzir as desigualdades sociais e regionais. A inclusão expressa dessa obrigação federal no SNE é instrumento essencial para que a educação chegue com qualidade e continuidade às populações do campo, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, grupos que compõem o alicerce cultural e produtivo do País, mas que historicamente permanecem à margem das políticas públicas estruturantes.

Por fim, a redação ora proposta fortalece a integridade do texto constitucional, harmonizando o Sistema Nacional de Educação com os direitos fundamentais à educação, à igualdade material e à dignidade da pessoa humana, e contribui concretamente para o cumprimento do mandamento constitucional de superação das desigualdades regionais, transformando o dever moral e jurídico de inclusão em norma clara, vinculante e efetiva.

Considerando esta dívida social, apresentamos emenda com a finalidade de garantir segurança jurídica para as comunidades supramencionadas, estabelecendo no ordenamento jurídico brasileiro que a União assegure a oferta, a manutenção e o desenvolvimento da educação escolar das populações do campo e das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, sem prejuízo das contrapartidas, por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a aprovação do presente destaque.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)
Líder do Republicanos



Término de Prazos



Encerrou-se em 3 de outubro de 2025 o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 6.172, de 2023.

Foi apresentada a Emenda nº 1

A matéria retorna à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática e à Comissão de Assuntos Sociais, para exame da emenda.

al008





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 6172, de 2023**, que *"Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para determinar prazo máximo de cento e oitenta dias para a oferta, pelo SUS, de novos medicamentos, produtos e procedimentos, ou de protocolo clínico e diretriz terapêutica, contado a partir da data de publicação da decisão de incorporação."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Beto Faro (PT/PA)	001

TOTAL DE EMENDAS: 1



[Página da matéria](#)



PL 6172/2023
00001

EMENDA Nº
(ao PL 6172/2023)

Art. X – Dê-se ao art. 1º do PL 6.172/2023 a seguinte redação:

“Art. 19-R.....

.....

§ 3º A disponibilização da tecnologia em saúde incorporada deverá seguir o ciclo orçamentário, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e do regulamento.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Apesar da boa intenção dos proponentes em estabelecer prazo máximo de 180 dias para a oferta de novas tecnologias no Sistema Único de Saúde (SUS) após a decisão por sua incorporação e para a disponibilização de diretrizes clínicas, o texto original desconsidera a complexidade dos processos de implementação de tecnologias e de elaboração de diretrizes clínicas pelo SUS.

A disponibilização de uma tecnologia envolve, após a decisão de incorporação, etapas como pactuação, planejamento, estimativa de demanda, regionalização, reserva de orçamento, licitação, logística. Tais ações exigem coordenação entre os entes federativos, sendo muitas dessas responsabilidades descentralizadas a estados, municípios e aos próprios serviços de saúde.

Superadas essas etapas pelo poder público, há ainda o tempo necessário aos fabricantes para produção, adaptação de parque fabril, aquisição de insumos, manufatura, controle de qualidade e posterior distribuição. Cabe ressaltar que a expressiva demanda do SUS frequentemente representa um desafio aos produtores das tecnologias, que podem levar muitos meses para serem produzidas e entregues, como no caso de vacinas e medicamentos biológicos.

Ainda, especificamente em relação aos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, bem como a diretrizes clínicas em geral, deve-se notar a



Assinado eletronicamente, por Sen. Beto Faro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1834643068>



complexidade do processo de elaboração e atualização desses documentos. Esse processo inclui etapas como discussão com especialistas e associações de pacientes, coleta de evidências científicas, avaliação da Conitec, consulta pública, entre outras etapas. De acordo com as Diretrizes Metodológicas: Elaboração de Diretrizes Clínicas, publicadas pelo Ministério da Saúde, "*Do momento da primeira reunião da equipe das diretrizes até a entrega da versão para a revisão externa, são necessários, geralmente, **entre 12 e 18 meses de trabalho ininterrupto** , dependendo do escopo das diretrizes, da dificuldade relacionada ao tema e do número de perguntas incluídas*". Acelerar a elaboração desses documentos, realizada com base em evidências, garantindo a participação social e em alinhamento com as melhores práticas internacionais, comprometeria a qualidade técnica das diretrizes clínicas.

Nesse cenário, o prazo de 180 dias para oferta de tecnologias e conclusão de diretrizes clínicas se mostra irreal para a gestão pública e mesmo para os fabricantes das tecnologias, uma vez que a aprovação de um prazo não permite, por si, que se superem ou aceleram as etapas burocráticas e de gestão que são necessárias à implementação.

A presente emenda visa corrigir esse equívoco e, em respeito à boa intenção dos proponentes da presente proposição, contribuir para que a incorporação de tecnologias ao SUS seja feita de forma eficiente. A emenda garante que a disponibilização de uma tecnologia em saúde incorporada ao SUS seja realizada em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de modo que sua oferta ocorra de forma alinhada aos ciclos orçamentários.

A previsibilidade da disponibilidade de tecnologias em saúde é fundamental para assegurar o planejamento e a eficiência das políticas públicas do SUS. Quando a incorporação de uma tecnologia ocorre de forma desarticulada do ciclo orçamentário, não é estabelecida reserva de orçamento específica para sua implementação. Isso reduz a transparência em relação à previsão de disponibilidade da tecnologia e compromete a organização dos fluxos de compra, dificultando o acesso às inovações aprovadas. Seguir o ciclo orçamentário permite que gestores antecipem demandas, reservem recursos e promovam a integração



Assinado eletronicamente, por Sen. Beto Faro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1834643068>



entre planejamento financeiro e operacional, garantindo sustentabilidade e continuidade do cuidado à população.

A emenda em tela, portanto, visa garantir o planejamento financeiro adequado para a aquisição de tecnologias, bem como a sustentabilidade das políticas públicas de saúde. O respeito ao calendário orçamentário permite que a alocação de recursos seja feita de forma organizada e responsável, assegurando que haja recursos para a implementação efetiva das tecnologias.

O ciclo orçamentário também possibilita o acompanhamento, a avaliação e a readequação das despesas, fundamentais para a transparência e a eficiência na gestão pública, evitando que novas tecnologias comprometam o equilíbrio financeiro do Sistema Único de Saúde (SUS) e mantenham a capacidade de atendimento à população.

Por isso, pedimos o apoio dos nobres colegas Senadores para que o presente projeto ajude a garantir que as inovações tecnológicas sejam incorporadas ao SUS com responsabilidade e eficiência.

Sala das sessões, 1 de outubro de 2025.

Senador Beto Faro
(PT - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Beto Faro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1834643068>



Encerrou-se em 3 de outubro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 2.460, de 2022.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.



ATA DO CONSELHO DA COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN



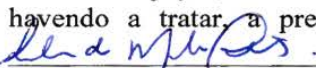


**APROVADA NA 1ª
REUNIÃO DE 2025.
24.09.2025
PUBLIQUE-SE**

**SENADO FEDERAL
CONSELHO DA COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN**

ATA DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DA COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, ÀS 16H59, NA SALA SENADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, DESTINADA À APRECIACÃO DAS INDICAÇÕES E À ESCOLHA DOS AGRACIADOS DA 2ª EDIÇÃO DA COMENDA.

Às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco, na Sala Senador Luiz Henrique da Silveira, reuniram-se os Senhores Senadores e as Senhoras Senadoras membros do Conselho da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, de acordo com a lista de presença anexa. Os trabalhos foram abertos pelo presidente do Conselho, Senador Zequinha Marinho – antes de iniciar os trabalhos, gostaria de informar que a Secretaria do Conselho recebeu 19 (dezenove) indicações. Por votação, o Conselho decidiu que, para receber a Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, em 2025, os agraciados serão: Pe. Omar Raposo; Manoel Ferreira; Pr. Flávio Henrique Oliveira; Lar Davis; Pr. Flávio de Castro Marinho; e Pr. Carlos Natalino Brito de Andrade.

Foi apresentada ao colegiado a ata da presente reunião para aprovação, dispensada a leitura. Não havendo objeção, os Senhores Senadores e as Senhoras Senadoras aprovaram. Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada às 17h54 e eu, Lilia de Melo Dias, , Gestora do Núcleo de Premiações, Frentes e Grupos Parlamentares, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada nesta reunião, vai assinada pelo Presidente do Conselho, conforme lista de presença, que passa a fazer parte integrante desta Ata, encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal.


Senador **ZEQUINHA MARINHO**

Presidente do Conselho da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 24 de setembro de 2025
(quarta-feira)
Durante a Ordem do Dia

RESULTADO

1º Evento

COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR
VINGREN - CMDG

	Votação dos Agraciados da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren
Local	Sala Senador Luiz Henrique da Silveira



Resultado da 1ª Evento da CMDG, em 24 de setembro de 2025

2

Votação dos Agraciados da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren

Assunto / Finalidade:

Apreciação das Indicações e Escolha dos Agraciados da 2ª edição da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren.

Resultado: Por votação, o Conselho decidiu que, para receber a Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, em 2025, os agraciados serão: Manoel Ferreira; Pr. Flávio Henrique Oliveira; Lar Davis; Pr. Flávio de Castro Marinho; Pe. Omar Raposo e Pr. Carlos Natalino Brito de Andrade.





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença



Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTE
ZEQUINHA MARINHO	
EDUARDO BRAGA	
WEVERTON	
CARLOS PORTINHO	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE
TEREZA CRISTINA	PRESENTE
CID GOMES	
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE
ELIZIANE GAMA	
HUMBERTO COSTA	PRESENTE
DAMARES ALVES	PRESENTE
EFRAIM FILHO	PRESENTE

Não Membros Presentes

- FABIANO CONTARATO
- NELSINHO TRAD
- JORGE SEIF
- STYVENSON VALENTIM
- PROFESSORA DORINHA SEABRA
- AUGUSTA BRITO
- ANGELO CORONEL
- SÉRGIO PETECÃO
- PAULO PAIM



Reunião de: 24/09/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO

24/09/2025 - 1ª - Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) - Declaro aberta a 1ª Reunião do Conselho da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, instituída pelo ato do Presidente do Senado Federal nº 15, de 2025.

Esta reunião tem como finalidade a apreciação das indicações e escolha dos agraciados da 2ª edição da Comenda Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, instituída pela Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.

Informo que está aberta a votação para a escolha dos agraciados.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) - Cada membro do conselho pode votar em até três nomes constantes da cédula de votação. Em caso de empate, compete ao Presidente do conselho desempatar a votação, por analogia ao Regimento Interno do Senado Federal, art. 89, inciso XI.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) - Após a apuração das células, declaro que foram escolhidos os seguintes agraciados: Pastor Manoel Ferreira, 10 votos; Flávio Henrique, 8 votos; Lar Davis, 8 votos; Flávio Marinho, 8 votos; Padre Omar Raposo, 7 votos; Pastor Carlos Natalino de Andrade, 7 votos. *(Palmas.)*

Antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata que será composta pela lista de presença, pelo resultado da reunião e pelas notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 16 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 54 minutos.)



ATA DO CONSELHO DO GRUPO PARLAMENTAR DE RELACIONAMENTO COM O BRICS





Senado Federal
Grupo Parlamentar de Relacionamento com o BRICS
(GP-BRICS-SF)

ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2025

**24 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, ÀS 14H30, NO
PLENÁRIO Nº 2 DA ALA SENADOR NILO COELHO.**

Ata Circunstanciada da **1ª Reunião de 2025 do Grupo Parlamentar de Relacionamento com o BRICS (GP-BRICS-SF)**, realizada em 24 de setembro de 2025, quarta-feira, às 14h30, no Plenário nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, com o seguinte resultado:

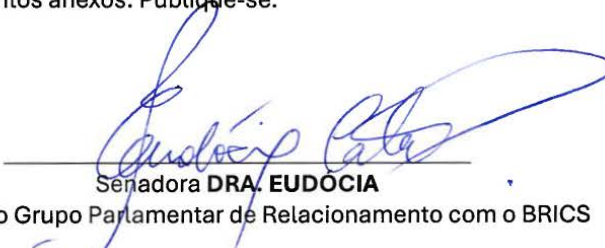
ITEM 1 – realizado debate sobre o impacto das tarifas internacionais na economia brasileira;

ITEM 2 – realizado debate sobre o Projeto Hidrovia do Arco Norte;

ITEM 3 – realizado debate sobre o mercado de crédito de carbono;

ITEM 4 – realizado debate sobre a inclusão da BR-210 (Perimetral Norte) no projeto da Hidrovia do Arco Norte.

Conforme documentos anexos. Publique-se.



Senadora **DRA. EUDÓCIA**

Membro do Grupo Parlamentar de Relacionamento com o BRICS





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 24 de setembro de 2025
(quarta-feira)
às 14h30

RESULTADO

1ª Reunião

GRUPO PARLAMENTAR DE RELACIONAMENTO COM O
BRICS - GP-BRICS-SF

PRESIDENTE: Senador Irajá
PRESIDENTE DE HONRA: Senador Rodrigo Pacheco
1º SECRETÁRIO: Senador Mecias de Jesus
1º VICE-PRESIDENTE: Senador Weverton
2º SECRETÁRIO: Senador Otto Alencar
2º VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina
3º SECRETÁRIO: Senador Vanderlan Cardoso

	Debates sobre temas pertinentes ao Grupo Parlamentar
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2



Resultado da 1ª Reunião da GP-BRICS-SF, em 24 de setembro de 2025

2

Debates sobre temas pertinentes ao Grupo Parlamentar

Assunto / Finalidade:

Item 1: debate sobre o impacto das tarifas internacionais na economia brasileira;

Item 2: debate sobre o Projeto Hidrovia do Arco Norte;

Item 3: debate sobre o mercado de crédito de carbono;

Item 4: debate sobre a inclusão da BR-210 (Perimetral Norte) no Projeto da Hidrovia do Arco Norte.

Participantes:

Sr. Washington Umberto Cinel
Presidente do IDBRICS

Sr. Eduardo Queiroz
Superintendente de Estudos e Projetos Hidroviários - ANTAQ

[Apresentação](#)

Dr. Claudio Providas
Representante Oficial Residente no Brasil do PNUD - ONU

Sr. Ian Ramalho Guerriero
Superintendente da Área de Soluções de Infraestrutura - BNDES

Sr. Herlon Alves Brandão
Diretor do Departamento de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do MDIC

Embaixador Bruno de Risios Bath
Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos do MRE
Representante de: Ministério das Relações Exteriores

Sr. Carlos Cesar de Mello Junior
Assessor Especial - Ministério da Pesca e Aquicultura

Sr. Pedro Neto
Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - MAPA

Sr. Artur Silva Boaretto
Assessor de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria - MDIC

Governador Laurez Moreira
Governador do Estado do Tocantins



Resultado da 1ª Reunião da GP-BRICS-SF, em 24 de setembro de 2025

3

Sra. Bruna Denise Lemes de Arruda Santoyo

Coordenadora-Geral de Política de Navegação Interior - Ministério de Portos e Aeroportos

Sr. Rafael Leão

Coordenador-Geral de Projeções Econômicas da Secretaria de Políticas Econômicas - MFAZ

[Apresentação](#)

Resultado: Item 1: realizado debate sobre o impacto das tarifas internacionais na economia brasileira;

Item 2: realizado debate sobre o Projeto Hidrovia do Arco Norte;

Item 3: realizado debate sobre o mercado de crédito de carbono;

Item 4: realizado debate sobre a inclusão da BR-210 (Perimetral Norte) no Projeto da Hidrovia do Arco Norte.





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

1ª, Reunião

Grupo Parlamentar de Relacionamento com o BRICS

Senado Federal		
TITULARES		SUPLENTES
IRAJÁ	PRESENTE	
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	
ANGELO CORONEL	PRESENTE	
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	
BETO FARO		
ESPERIDIÃO AMIN		
HAMILTON MOURÃO	PRESENTE	
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	
JAQUES WAGNER		
LEILA BARROS		
LUCAS BARRETO		
MARGARETH BUZETTI	PRESENTE	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	
OTTO ALENCAR		
ROGERIO MARINHO		
SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE	
TERESA LEITÃO	PRESENTE	
VANDERLAN CARDOSO		
WEVERTON		
WILDER MORAIS		
MECIAS DE JESUS		
EDUARDO BRAGA		
RODRIGO PACHECO		
TEREZA CRISTINA	PRESENTE	
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE	
MARCIO BITTAR		
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	
EFRAIM FILHO	PRESENTE	
ROGÉRIO CARVALHO		
DRA. EUDÓCIA	PRESENTE	
CHICO RODRIGUES	PRESENTE	

Não Membros Presentes

JORGE SEIF
STYVENSON VALENTIM
ÂTILA LIRA
PROFESSORA DORINHA SEABRA
ZENAIDE MAIA
TALÍRIA PETRONE





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

TÚLIO GADÊLHA

PAULO PAIM

CARLOS ZARATTINI

Página 2 de 2

24/09/2025 17:19:20



Reunião de: 24/09/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

24/09/2025 - 1ª - Grupo Parlamentar de Relacionamento com o BRICS

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco/PSD - TO. Fala da Presidência.) - Boa tarde a todos, sejam muito bem-vindos à nossa reunião da Frente Parlamentar do Grupo do Brics.

Eu gostaria de iniciar os nossos trabalhos declarando aberta a 1ª Reunião de 2025 do Grupo Parlamentar de Relacionamento com o Brics, instituído pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2023, cuja pauta destina-se: 1) a realizar o debate sobre o impacto das tarifas internacionais na economia brasileira; 2) a realizar um debate sobre o projeto da Hidrovia do Arco Norte; 3) a realizar o debate sobre o novo mercado do crédito de carbono, legislação essa aprovada pelo Congresso Nacional; 4) a realizar o debate sobre a inclusão da BR-210 (Perimetral Norte) no projeto da hidrovia do Arco Norte.

Antes disso, eu gostaria de agradecer imensamente a presença das nossas autoridades. Eu gostaria inicialmente de cumprimentar, minha amiga, minha colega, Senadora Eudócia. É um prazer poder estar contando com a sua presença aqui, seja muito bem-vinda. A Dra. Eudócia, além de uma grande Senadora, é médica de formação e está conduzindo um tema extremamente relevante no Senado Federal e que representa a esperança de milhões e milhões de brasileiras e brasileiros no tratamento de câncer, através de um estudo já em estágio muito avançado de uma vacina para o tratamento, não a prevenção, ela me ensinou isso. Nós estamos acostumados a usar a vacina para prevenir doenças, e esse estudo que acontece na Rússia, no estágio bastante avançado, inclusive estão sendo aplicadas as vacinas em pessoas que estão tratando de câncer, é objeto de uma visita de uma comitiva liderada pela nossa Senadora Eudócia, juntamente com o nosso Embaixador da Rússia, que está aqui honrosamente nos prestigiando no dia de hoje e será, sem dúvida nenhuma, um grande divisor de águas nesse trabalho visando, evidentemente, a que essa vacina possa chegar rapidamente ao Brasil para que seja uma opção ao tratamento de câncer. É uma doença que, infelizmente, acomete milhões e milhões de brasileiras; é uma doença, dependendo do seu estágio de descoberta, extremamente avançada e leva muito rapidamente as pessoas a óbito. Portanto, eu quero lhe agradecer, Dra. Eudócia, mais uma vez. É um desafio enorme poder conduzir uma pauta tão relevante para o Brasil e para o Senado Federal, mas eu não tenho a menor dúvida de que está em ótimas mãos.

Eu gostaria de também agradecer a presença do meu amigo, correligionário, o Senador Sérgio Petecão. É um prazer poder contar com a sua presença aqui no Senado Federal nesta audiência pública.

Quero também, de uma maneira muito respeitosa, agradecer a presença do nosso Governador do Estado do Tocantins, o Governador Laurez Moreira, que fez questão de estar aqui presente nesta reunião deliberativa. Seja bem-vindo, Governador, à Casa da Federação, que é o Senado Federal. É um prazer ter a sua presença aqui.

O Governador Laurez já tem mais de 40 anos de vida pública. Já foi inclusive Congressista, já foi Deputado Federal por dois mandatos, além de iniciar a sua carreira política como Vereador de uma pequena cidade do Estado do Tocantins e ser Prefeito por duas vezes da cidade de Gurupi, que é a terceira maior cidade do nosso estado. Foi Deputado Estadual por três mandatos consecutivos e teve dois mandatos como Deputado Federal. Já foi Secretário de Estado, Vice-Governador e agora é Governador do Tocantins. Portanto, experiência política, Dra. Eudócia, e administrativa não faltam ao nosso Governador, um homem preparado e um Governador decente para poder conduzir o futuro do nosso Estado do Tocantins. Seja muito bem-vindo! É uma grande honra poder contar com a presença de V. Exa.

Da mesma maneira, eu quero aqui saudar e agradecer a presença dos nossos Embaixadores. Eu não quero cometer a indelicadeza de pronunciar erroneamente o nome dos nossos Embaixadores, portanto, eu vou aqui apenas me ater ao nome

1/14



Reunião de: 24/09/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

das embaixadas. Eu quero de antemão agradecer a parceria que os nossos Embaixadores têm com este Grupo Parlamentar do Brics. Em especial também agradeço ao Instituto Brics, Embaixador da Tailândia, Embaixador da China, Embaixador da Etiópia, Embaixador da ONU, Embaixador da Rússia, que eu já havia mencionado, nosso Embaixador, amigo também, do Irã.

Quero saudar também o nosso Presidente do Instituto Brics e cumprimentá-lo pela presença, o amigo empresário Washington Cinel, que fez questão de estar presente mais uma vez a esta reunião. Saúdo o amigo Khalil Karam, que é o nosso Secretário Institucional do Grupo Brics e a presença das nossas instituições que estão aqui nesta reunião deliberativa, nesta audiência pública: o Ministério da Integração Nacional; o Dnit, através do Diretor de Infraestrutura Aquaviária, o Sr. Edme Tavares; o Sr. Ian Ramalho, que é o nosso Superintendente da Área de Soluções de Infraestrutura do BNDES; o Sr. Eduardo Queiroz, Superintendente de Estudos da nossa Antaq; o Sr. Carlos César de Mello, neste ato representando o nosso Ministro da Pesca, André de Paula; o Sr. Pedro Neto, Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura; Bruno Peres, Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares do Banco Central; o Sr. Herlon Alves, Diretor do Departamento de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do Mdic; o Sr. Artur Silva Boaretto, Assessor de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Mdic; o Sr. Rafael Leão, Coordenador-Geral de Projeções Econômicas da Secretaria de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda; a Sra. Sandra Maria de Carvalho, Subsecretária de Articulação Institucional do Ministério do Planejamento e Orçamento; o Sr. Fabio Augusto Lima, Secretário Nacional de Paradesporto do Ministério do Esporte; a Sra. Natalia, Diretora do Departamento de Economia e Desenvolvimento do Ministério da Saúde; a Sra. Bruna Denise, Coordenadora-Geral de Política de Navegação do Ministério de Portos e Aeroportos; o Sr. Gabriel Leão, Consultor da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do MDA; a Sra. Rita Amorim, Coordenadora de Acompanhamento Legislativo do Senado Federal; o Dr. Claudio Providas, Representante Oficial Residente no Brasil da ONU; e também a Sra. Luciana Mancini, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais.

Em nome de toda a equipe da nossa Frente Parlamentar do grupo do Brics - eu quero também agradecer ao nosso Secretário-Executivo Giacomo e cumprimentá-lo -, nós vamos então dar início à realização desta audiência pública.

Informamos que está disponível o serviço de tradução simultânea para o inglês. Quem quiser fazer o uso do serviço pode sintonizar o aparelho no canal 10 para inglês e 2 para português. Informamos também que, por determinação regimental, todas as reuniões de órgãos colegiadas do Senado devem se encerrar quando começa a Ordem do Dia, razão pela qual é possível que nem todas as instituições aqui presentes tenham a oportunidade de fala.

Até o momento, este grupo parlamentar conta com a adesão de 38 Senadores, sendo, portanto, o grupo parlamentar do Senado Federal de maior aderência de Senadoras e Senadores daqui da Casa. Aos Senadores que desejarem compor o grupo, informo que a adesão se dá, por meio de envio eletrônico, de termo de adesão através do sistema Sedol. A nossa Secretaria pode prestar qualquer tipo de auxílio ou esclarecimento aos Senadores que quiserem aderir a este grupo parlamentar.

A mesa aqui já devidamente composta e iluminada, nós daremos início às discussões previstas para a reunião de hoje.

Eu gostaria de colocar em pauta o debate sobre a regulamentação do mercado de crédito de carbono e, para isso, eu passo agora a palavra para o Sr. Pedro Neto, Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária. Pedro, genuinamente tocantinense, seja muito bem-vindo. Você tem o tempo de até cinco minutos.

O SR. PEDRO NETO (Para expor.) - Obrigado, Senador Irajá.

Quero cumprimentá-lo, como coordenador deste grupo parlamentar e, na sua pessoa, toda esta bancada, especialmente o Governador de Tocantins, Laurez Moreira. Cumprimento o corpo diplomático aqui presente, as representações das embaixadas amigas do Brasil, colegas aqui dos ministérios da esplanada.

O Brasil teve um avanço significativo, no final do ano passado, com a edição da Lei 15.042, de 11 de dezembro de 2024, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE). Através desse instrumento, o Brasil dá um avanço importante na regulamentação das suas possibilidades de transações, tanto aqui dentro do país, quanto com outras nações do mundo, no seu esforço de descarbonização.

Essa agenda foi uma agenda apresentada pelo Executivo ao Senado Federal, vários ministérios, inclusive que estão aqui presentes, participaram dessa discussão, Senador, e foi uma discussão intensa, mas muito rápida. Em um ano de trabalho, a gente conseguiu a aprovação dessa lei. A participação do Senado foi fundamental nisso e, no contexto do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, um ponto fundamental e estratégico para a agropecuária brasileira é que foi definido que as fontes primárias de emissão não seriam reguladas no âmbito do SBCE. As fontes primárias de emissão são aquelas que vêm da propriedade rural, são aquelas que vêm da fazenda. Isso deixou o setor agropecuário fora do Sistema Brasileiro

2/14



Reunião de: 24/09/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

de Comércio de Emissões, fora do mercado regulado, mas abriu um leque de oportunidades para, no mercado voluntário, no contexto do esforço brasileiro para a descarbonização da nossa economia, que é muito audacioso em termos globais... O Brasil foi um dos primeiros países a publicar sua Contribuição Nacionalmente Determinada - fez isso ainda no ano passado, na COP 29 -; está preparando agora, num esforço imenso de Governo, em diálogo com a sociedade, o seu Plano Clima; e os setores que compõem as principais fontes de emissão no Brasil estão preparando os seus planos setoriais. E é nesse contexto que a gente precisa dar atração, vou repetir, sob a ótica do setor agropecuário, ao mercado voluntário dos créditos de carbono.

Nesse sentido, qual é a estratégia? A estratégia é que a gente possa, entre aspas, "democratizar" a possibilidade de produtores de médio e de pequeno porte participarem do mercado voluntário de créditos de carbono no Brasil. Para que isso aconteça, é necessário que a gente crie, no âmbito do Governo, sempre em diálogo com a sociedade, um mecanismo para que os projetos de crédito de carbono possam ser referendados através da definição de uma metodologia, mas que a gente possa, principalmente, oferecer aos proponentes dos projetos de carbono a condição de uma certificação mais acessível, mais barata, que não custe tão caro quanto as grandes certificadoras cobram. E a ideia, a estratégia é que a gente possa montar uma espécie de grupo técnico, grupo especialista, formado pela melhor ciência disponível no Brasil, que faça as vezes das grandes certificadoras e possa acolher os projetos de crédito de carbono, avaliá-los, e, ao estarem o.k., eles vão para a etapa de registro e, depois, para as possibilidades de comércio.

A gente acredita... O Ministério da Agricultura está concebendo essa ideia. Ainda está no nível das discussões técnicas, no âmbito do próprio Mapa, mas já dialogamos com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e de Pesca e Aquicultura. Em seguida, após uma ideia formada, vamos ampliar um pouco esse debate para algumas representações do agro e, depois, aqui para esta Casa e para este grupo parlamentar, se assim for o desejo de vocês.

Para o setor agropecuário, a inserção das possibilidades do mercado de carbono brasileiro, do mercado voluntário, no contexto de iniciativas multilaterais como os Brics tem uma importância estratégica porque, se a gente pegar dos Brics o "b" e o "c", a gente está falando de Brasil e China, e, só entre esses dois países, a gente pode ter a maior plataforma de comércio sustentável do mundo. Brasil e China, por exemplo, dialogam já nesse contexto, mas essa discussão não é bilateral; é multilateral. Os demais países que compõem os Brics também participam desse diálogo, especialmente a Índia também, mas, em termos de diálogo sobre parâmetros comuns de sustentabilidade aplicados ao setor agropecuário, Brasil e China...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO NETO - ... têm avançado bem.

Então, é nesse contexto que a democratização da possibilidade de acesso ao mercado voluntário de crédito de carbono pelos produtores rurais, aliada a essa possibilidade de comércio sustentável em países como esses que compõem os Brics, se torna uma agenda bastante estratégica. O Mapa, Ministério da Agricultura, segue avançando.

Aqui o meu recorte é setorial, porque eu estou lá no Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil, mas acredito que, para a economia brasileira, outras oportunidades também existem, especialmente nos setores regulados. Não posso falar por eles, porque a minha agenda é voluntária, por se tratar especificamente do setor agropecuário.

Senador, obrigado pela oportunidade e sigo à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco/PSD - TO) - Obrigado pela participação, Pedro Neto, Secretário do Ministério da Agricultura.

Eu gostaria de passar, neste momento, a palavra para o nosso Governador Laurez Moreira. Ele tem uma agenda agora no Ministério dos Transportes e vai precisar se retirar da reunião, mas antes disso, gostaria de fazer uma saudação especial aí a todos os nossos participantes.

O SR. LAUREZ MOREIRA (Para expor.) - Quero cumprimentar o Senador Irajá Abreu - e falar da alegria de ser recebido por V. Exa. aqui, neste momento importante deste debate -; a Senadora Eudócia; o Senador Petecão; todos os Embaixadores aqui presentes; todos os participantes deste evento.

E quero só falar da importância de um tema que está em pauta aqui, que me deixa muito alegre, porque é muito importante para o Estado do Tocantins, que é a navegabilidade do Rio Tocantins. A Hidrovia Araguaia-Tocantins tem uma importância enorme para o meu estado, e eu tenho certeza de que esse assunto que está em pauta aqui nos agrada muito.

Quero deixar meu abraço a todos, colocar o Tocantins à inteira disposição de todas as embaixadas. O Senador Irajá representa muito bem o nosso estado aqui e, sem dúvida alguma, é uma grande ponte que a gente tem com todas as embaixadas aqui e com os Embaixadores, principalmente os que estão aqui presentes.

3/14



Reunião de: 24/09/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Então meu muito obrigado a todos os senhores. E peço desculpa por eu ter que sair, tenho um compromisso agora neste momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco/PSD - TO) - Neste momento, eu gostaria de passar a palavra para o Senador Petecão também, que vai precisar pegar logo, logo um voo. Ele não poderá deixar aqui de dar o seu depoimento.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD - AC. Pela ordem.) - Boa tarde a todos. Agradeço e parabênizo ao Senador Irajá pelo convite para estar presente, à minha querida Dra. Eudócia, nossa Senadora.

É um prazer grande estar aqui participando desta reunião tão importante, com a presença aqui de vários Embaixadores de países que, com certeza, são parceiros do nosso Brasil.

E o nosso objetivo aqui desta Comissão, deste Grupo é fortalecer cada vez mais a nossa relação. Eu acho que nós precisamos e precisamos muito dessa articulação política. E o Senador Irajá tem feito isso com muita precisão.

Senador Irajá, se o senhor me permite, o Peru não faz parte do Brics, não é? O Peru.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco/PSD - TO. *Fora do microfone.*) - Ainda não, mas pode.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD - AC) - Ainda não, mas como eu vejo que nós temos a presença aqui do Embaixador chinês, hoje... Eu sou do Acre, na Amazônia, fronteira com o Peru. E não sei se todos os senhores conhecem e sabem, nós estamos aí vivendo um momento de muita expectativa. O Brasil acena com a possibilidade, numa parceria com o Governo chinês, de nós termos aí uma ferrovia que vai ligar a um dos maiores portos da América Latina, que é o Porto de Chancay.

Eu estive lá presente, na oportunidade da inauguração. É interessante conhecer esse porto. Isso cria uma expectativa muito positiva para a nossa região. Amazônia - como eu disse, sou do Acre -, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul estão numa expectativa muito positiva.

Então, Presidente Irajá, eu acharia interessante que a gente pudesse convidar o Governo peruano, o Embaixador peruano - inclusive, eu hoje almocei com ele, que é uma pessoa muito gente boa -, para que a gente pudesse ouvir, da parte peruana, se tem interesse, para que nós possamos fazer esse convite e estreitar essa relação.

Hoje, esse porto é uma parceria do Governo chinês com o Governo peruano, e, com certeza, o Governo chinês fez um grande investimento ali - e penso eu que ali ele tem muito interesse em fazer negócios com o Governo brasileiro.

Então era isso. Estou à sua disposição, Senador Irajá, para que nós possamos trabalhar juntos. Esse grupo do Brics aqui no Senado é um grupo muito forte - como foi dito aqui pelo nosso Presidente, nós temos mais de 30 Senadores que fazem parte deste grupo -, e eu tenho certeza de que nós temos muito, muito, muito a fazer pelo Brasil.

Por enquanto era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco/PSD - TO) - Senador Sérgio Petecão, uma curiosidade: esse almoço teve *ceviche* e *pisco* (*Risos.*) ou ficou no arroz com feijão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD - AC) - *Pisco e ceviche.*

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco/PSD - TO) - *Pisco e ceviche.*

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD - AC) - O senhor só inverteu a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco/PSD - TO) - Ah, é primeiro o *pisco*?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD - AC) - Depois, o *ceviche*.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco/PSD - TO) - Então está bem.

Bom, eu gostaria de passar então a palavra para a nossa amiga, Senadora Eudócia, que acho que vai dar aqui uma grande aula sobre essa expectativa da vacina.

Na hora que eu fiz uma breve contextualização do assunto, eu estava falando para ela e me faltou a palavra, que é o índice de mortalidade - né, Senadora Eudócia? -, e ela, que é uma especialista da área...

Infelizmente, o câncer ainda é uma doença que acomete a todos no mundo, mas ainda com um altíssimo índice de mortalidade, de forma até mais contundente para aquelas pessoas que descobrem, num estágio mais avançado, a doença, e a Dra. Eudócia, a nossa Senadora Eudócia, vai trazer aqui e revelar, na verdade, algumas informações importantes. Todos estamos ansiosos com essa comitiva que nos visitará, a convite do nosso Embaixador da Rússia, para conhecer melhor, *in loco*, esse tratamento, enfim, toda essa tecnologia, essa inovação, essa pesquisa que foi feita com a vacina.

Seja bem-vinda, Dra. Eudócia.

4/14



Reunião de: 24/09/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Muito obrigado pela presença.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco/PL - AL. Pela ordem.) - Boa tarde a todos aqui presentes. Quero cumprimentar o Presidente do Grupo Parlamentar de Relacionamento com o Brics, que é o Senador Irajá, meu amigo pessoal, de quem eu muito me orgulho. Muito me sinto honrada de ser sua amiga pessoal e de ser sua colega aqui no Senado Federal.

Quero cumprimentar cada Embaixador aqui presente, cada Embaixador de cada país do Brics, também o Embaixador Bruno Bath, que eu tive a oportunidade de conhecer, lá no Itamaraty, e, dessa forma, cumprimentar todos os colegas Senadores e Senadoras que estão presencialmente e também virtualmente. Quero cumprimentar o nosso querido Sérgio Petecão e o Governador do Tocantins, que acabou de se ausentar - mas muito nos honrou a sua presença aqui nesta reunião.

Como Presidente da Subcomissão Temporária lá da CAS - a CAS é a Comissão de Assuntos Sociais aqui do Senado Federal, da qual a saúde faz parte, e eu sou a Vice-Presidente da CAS -, nós criamos, Senador Irajá, a CASCANCER, que é uma Subcomissão Temporária da CAS. Na CASCANCER, eu sou a Presidente e o Senador Dr. Hiran, nosso amigo Dr. Hiran, é o Vice-Presidente.

Essa Comissão foi criada exatamente para que a gente possa absorver todos os projetos de lei ligados ao câncer, porque o câncer, atualmente, é a segunda doença que mais mata no Brasil e no mundo, mas, até 2030, ela será a primeira doença a matar, para vocês terem uma noção de como está sendo avassalador o aumento do número de casos de câncer no Brasil e no mundo.

Eu levantei essa bandeira aqui no Senado Federal como médica, entendendo que nós temos que, de uma forma rápida e célere, diminuir o número de casos de câncer no nosso país. E aí eu comecei a estudar e a, realmente, acompanhar os desafios nas pesquisas clínicas sobre a vacina do RNA mensageiro. Essa vacina do RNA mensageiro é uma vacina que vem fazer a diferença no tratamento oncológico. Essa vacina, para vocês terem uma noção, será um divisor de águas, Presidente, entre a vida e a morte, para os pacientes que foram diagnosticados - essa vacina ainda está em fase de estudo clínico, mas já está na Fase III.

Aqui eu quero fazer uma ressalva e parabenizar a Rússia. Aqui está presente o nosso Embaixador Alexey. Eu tive a grata satisfação de estar com o senhor por duas vezes, uma primeira vez na Embaixada da Rússia aqui no Brasil e a segunda vez, no meu gabinete.

Agradeço a sua atenção de sempre, nosso Embaixador Alexey.

Quero parabenizar o Governo russo por já estar tão avançado no estudo dessa vacina, que já está em Fase III.

Então, essa vacina já está sendo aplicada, já está sendo administrada nos pacientes com diagnóstico de câncer e, nos próximos meses, nós teremos o real levantamento de como essa vacina se comportou no ser humano. Mas essa vacina só começou a ser aplicada nos pacientes, que isso seja dito, depois de um vasto estudo em laboratório e depois que se verificou que ela é uma vacina realmente eficaz e que é segura.

Essa vacina, através do RNA mensageiro, se comporta, Senador Irajá, da seguinte forma. O RNA mensageiro, que é uma proteína produzida especificamente para aquele tipo histológico do tumor, ativa o sistema imunológico através dos linfócitos T, e esses linfócitos T chegam na célula tumoral, que é uma célula anômala, e destroem essa célula. Com isso, essa vacina nos mostra que ela tem eficácia no tratamento do câncer, é uma vacina personalizada, e ela literalmente mata a célula cancerígena, através do nosso sistema imune, que foi estimulado pelo RNA mensageiro.

Dessa forma, no caso de cânceres na forma inicial ou que tenham sido diagnosticados na fase tardia, esses pacientes serão beneficiados. Com isso, nós teremos uma sobrevivência altíssima e os casos de metástase irão declinar de uma forma drástica. Consequentemente, nós estamos falando de algo que vem revolucionar o tratamento do câncer.

Então, essa vacina está dentro das terapias avançadas contra o câncer, como as células CAR-T e os anticorpos monoclonais. Essa terapia, essa biotecnologia da terapia, através do RNA mensageiro, vem fazer toda essa diferença.

Inclusive, Senador Irajá, nós estaremos, no próximo mês, lá na Rússia, para, *in loco*, nós visitarmos o Instituto Gamaleya, onde está sendo feito esse estudo, para podermos acompanhar de perto toda essa evolução biotecnológica; e para trazemos, Embaixador Bruno, para cá, para o Brasil, essa tecnologia, para que a gente possa colocá-la para os nossos pesquisadores.

Detalhe, eu quero aqui abrir um parêntese de alguns estudos que já estão sendo feitos aqui no Brasil. Lá no Hospital de Amor de Barretos, a Dra. Josiane Mourão e a Dra. Dayana já começaram esse estudo com a vacina RNA mensageiro. E o que eu quero trazer aqui para o Brasil é essa parceria, esse intercâmbio de conhecimento biotecnológico, para que tanto a Fiocruz como o Butantan possam também estudar mais de perto essa vacina.

5/14



Reunião de: 24/09/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

E uma vez ela se mostrando realmente promissora - como está se mostrando já em nível de laboratório, e agora em Fase III, na Rússia, no Reino Unido, na Austrália e em países que estão estudando muito essa vacina -, a gente vai poder trazê-la aqui para o nosso país, avançando no estudo e também podendo produzi-la.

Uma vez confirmados os efeitos benéficos aos nossos pacientes, podemos começar a produzi-la aqui no nosso país, Senador Irajá, Senador Petecão, demais Embaixadores aqui presentes. Podemos produzi-la na Fiocruz, no Butantan e em diversos laboratórios públicos que estão preparados para começar a produzir essa vacina.

E quero aqui só ressaltar a questão dos *smarts hospitals*. Na China, onde eu estive presente em abril, realmente são algo muito inovador - ainda falando de avanços tecnológicos na saúde.

Eu tive a oportunidade de conhecer o Hospital Renji, de Pudong, e também o Hospital Templo do Céu, que são hospitais inteligentes, que fazem toda a diferença no tratamento de todos os pacientes, como os leitos inteligentes, como... Eles têm lá, para vocês terem uma noção, uma tecnologia tão avançada que se chama Metaverso. Nessa tecnologia, Presidente Irajá, o médico é avisado 30 minutos antes de o paciente vir a piorar o quadro clínico, 30 minutos antes de o paciente ficar grave. Então, no caso de pacientes cirúrgicos e pacientes clínicos, em ambiente de UTI, através do Metaverso, o médico é avisado 30 minutos antes de o paciente piorar clinicamente, e aí é acionada toda a equipe médica para atender esse paciente.

Então, é um motivo de muita alegria, Senador Irajá, eu poder participar deste momento tão ímpar aqui junto ao Brics e poder fazer parte do grupo parlamentar que tanto me honra, e poder fazer essa viagem no próximo mês para a Rússia e também para o Reino Unido.

Então, eu agradeço essa oportunidade de me posicionar e agradeço a todos aqui que acompanharam a minha fala. Vamos juntos trabalhar pelo nosso país e, juntos com todos os países que compõem o Brics, avançar em várias pautas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco/PSD - TO) - Eu gostaria de agradecer mais uma vez à nossa amiga, Senadora Eudócia, pela participação e por ter compartilhado conosco um assunto tão relevante, tão importante. Considero-o aqui um assunto extrapauta - viu, minha Senadora? -, que demonstra, da parte dos países que compõem o Brics, a sua pluralidade. Cada país tem as suas particularidades: o Brasil tem as suas riquezas naturais, tem as suas vocações; a Rússia traz ao mundo a oportunidade de uma nova tecnologia de vacina para uma doença que, infelizmente, é o mal do século - eu poderia dizer isso -, que pode representar a esperança de milhões e milhões de pessoas no mundo e, claro, aqui no Brasil também.

Para a gente é muito importante esse trabalho, esse acompanhamento, a comitiva que vai ser conduzida, liderada pela Senadora Eudócia até a Rússia, para que nós possamos realmente aprofundar essa discussão e - quem sabe? Por que não? -, num curto espaço de tempo, estar promovendo com a Rússia algum tipo de cooperação técnica e tecnológica, para que nós possamos replicar o mesmo aqui no Brasil.

Parabéns pela iniciativa!

Eu gostaria, neste momento, de passar a palavra para o Sr. Artur Silva, que é Assessor de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, pelo tempo de até cinco minutos.

O SR. ARTUR SILVA BOARETTO (Para expor.) - Eu gostaria, inicialmente, de agradecer a oportunidade de falar aqui ao senhor, Senador Irajá, aos colegas da mesa e a todos aqui presentes.

E, na qualidade de representante da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Mdic, eu rememoro aqui que, em dezembro de 2024, o Brasil instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, que foi um marco extremamente relevante para o mercado de carbono regulado brasileiro.

Paralelamente, em julho deste ano, o Brasil também firmou com o Brics um memorando de entendimentos com dois eixos principais. Em primeiro lugar, teve um avanço significativo em relação a princípios e bases para a contabilidade de carbono de forma justa, com ênfase em transparência, equidade e colaboração. Em segundo lugar, um compromisso para evitar barreiras comerciais disfarçadas. Com isso em vista, o Mdic tem ações concretas que podem ser priorizadas no curto, no médio e no longo prazo.

Com base nisso, a gente dividiu essas duas classificações. Primeiro, no curto prazo, a gente tem quatro priorizações. Em primeiro lugar, a promoção de um intercâmbio de conhecimento sobre a metodologia de mensuração, relato e verificação. Isso significa promover um trabalho Governo a Governo dos integrantes do Brics para realizar uma troca de conhecimento, ferramentas de reportes e cálculo de também mensuração. Essa comunicação se torna relevante porque, quanto maior a compatibilidade entre esses sistemas, menor será o custo de conformidade entre esses sistemas de comércio de carbono e também maior será a capacidade de atrair os investidores nacionais e estrangeiros para os países integrantes do Brics.

6/14



Reunião de: 24/09/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Além disso, também será possível comprovar a integridade ambiental dos produtos brasileiros que serão ofertados no mercado internacional.

Como segundo eixo prioritário para as ações de curto prazo, também nessa seara de intercâmbio e de conhecimento, está a capacitação técnica de pessoal entre o quadro de profissionais do Governo, do setor privado e também da sociedade civil. Aqui, a gente tem uma oportunidade muito relevante para os eventos que vão acontecer no pré, durante e no pós-COP, nos meses de outubro, novembro e dezembro que estão chegando agora.

Como terceira ação de curto prazo, nós temos a harmonização de padrões não necessariamente em relação à primeira ação de curto prazo que eu mencionei inicialmente, mas em relação a produtos e setores de atuação, um pouco em linha com o que o Secretário Pedro mencionou inicialmente. A ideia aqui é justamente que os integrantes do bloco do Brics consigam se alinhar, estejam num bloco sólido e consigam se apresentar para o restante do mundo como um bloco unido e harmônico, para apresentar um posicionamento e consigam também competir e formar uma posição enquanto Sul Global.

Por fim, um projeto idealizado e capitaneado pelo Ministério da Fazenda, que tem o total apoio do Mdic, é estabelecer um debate sobre uma coalizão aberta para a integração dos mercados de carbono.

(Soa a campanha.)

O SR. ARTUR SILVA BOARETTO - Essas são as propostas de ações de curto prazo.

Por fim, aqui eu apresento as propostas de ações de médio e longo prazo, que são um *link* entre o SBCE e os sistemas de carbono dos outros países do Brics. A ideia é que seja de médio ou longo prazo justamente porque a regulamentação desses países já precisa estar mais desenvolvida, e, assim, os países conseguiriam evitar a dupla contagem de carbono, fazendo com que esses países tenham um sistema mais competitivo e garantindo, assim, a maior oferta de mão de obra e também um mercado de trabalho mais competitivo.

Por fim, avaliar a transferência tecnológica por meio da facilitação via mecanismos de carbono com o desenvolvimento de P&D e também de novas tecnologias que priorizam a redução de gases de efeito estufa.

Agradeço a oportunidade de falar perante vocês e coloco-me à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco/PSD - TO) - Agradeço, mais uma vez, a participação do Sr. Artur Silva, que é do nosso Mdic.

Muito obrigado pelas contribuições.

Agora, passo a palavra para o nosso Presidente do Instituto do Brics, o Sr. Washington Cinel.

O SR. WASHINGTON UMBERTO CINEL (Para expor.) - Boa tarde a todos.

Na pessoa do Senador Irajá, cumprimento todos os Senadores presentes e, também, todos os Embaixadores aqui presentes representando cada país.

Quero, nesta oportunidade, colocar o nosso instituto à disposição de quaisquer projetos que venham engrandecer a todos os países do Brics. Esse assunto tratado pela Senadora da saúde é muito importante. Acho que será um marco da saúde no mundo. É o grande divisor de vidas. Não vou nem falar de águas, mas de vidas.

Então, em nome do Instituto do Brics, colocamos toda a nossa infraestrutura à disposição para desenvolvermos qualquer projeto que venha a trazer interesse para todos os países do Brics.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco/PSD - TO) - Muito obrigado também, Washington Cinel, pela condução do nosso Instituto do Brics, que é um parceiro dentro da iniciativa privada.

Algumas pessoas às vezes confundem a relação que existe da frente parlamentar, que é uma frente composta por membros Parlamentares, Congressistas, Senadoras e Senadores, já o Instituto do Brics, conduzido e muito bem liderado pelo nosso Presidente Washington Cinel, é exatamente a representação privada das empresas que possuem alguma relação comercial com os países fundadores e membros do Brics, e em vários segmentos, como infraestrutura, logística, insumos, defensivos, enfim, transporte. E para a gente é muito importante essa sinergia, Senadora Eudócia, Senador Petecão, para que a gente possa aprovar no Senado Federal, discutir ou aprovar, matérias que sejam relevantes, no sentido de gerar ambiente de negócios, segurança jurídica, estímulo aos investimentos e geração de emprego e renda.

Então, essa interlocução, essa interface que nós temos, estabelecida com o Instituto do Brics e a frente parlamentar do Brics, é fundamental, extremamente saudável e propositiva, para que a gente possa ter sempre uma agenda, aqui no Senado

7/14



Reunião de: 24/09/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Federal, que esteja em sintonia com o que pensa o mercado privado e os investidores do Brasil que querem colaborar com a nossa economia.

Portanto, fica o meu agradecimento, meu amigo, Presidente Washington Cinel, pela sua doação ao Instituto do Brics, por todo um trabalho que vem sendo feito há mais de um ano e meio, desde a sua fundação, e desde então sempre bem liderado pelo Presidente Washington Cinel, que é um grande parceiro da nossa frente parlamentar do grupo do Brics.

Seja sempre muito bem-vindo.

Gostaria também de convidar para participar agora, já na segunda etapa da nossa reunião para tratar especificamente do projeto da Hidrovia do Arco Norte, como tópico da inclusão na BR-210, o Sr. Ian Ramalho Guerreiro, Superintendente da Área de Soluções de Infraestrutura do BNDES, pelo prazo de até cinco minutos.

Antes disso, eu gostaria também de convidar a minha amiga Senadora Eudócia para assumir a Presidência aqui no Senado Federal. Eu vou dar um pulinho aqui do lado para poder participar de outro compromisso e já volto. Tenho convicção de que vamos estar muito bem representados aqui na figura da nossa Senadora.

Muito obrigado, Dra. Eudócia.

O SR. IAN RAMALHO GUERRIERO (Para expor.) - Boa tarde a todos, Senador Irajá, Senadora Eudócia, Senador Petecão, embaixadores, representantes dos ministérios aqui do Governo Federal e demais colegas.

Representando aqui o BNDES, eu queria trazer algumas novidades sobre um projeto que nós estamos tratando junto com a Antac e que é caro para o Senador Irajá. Sei que ele está sempre nos apoiando neste projeto de estruturação das Hidrovias do Rio Tocantins e do Rio Tapajós, numa estrutura para viabilizar novos investimentos, investimentos para sinalização, investimentos para aumento de segurança, investimentos para viabilização de um tráfego permanente de embarcações de transporte de carga de alta capacidade nos Rios Tapajós e Tocantins.

O contrato com a Antac já foi celebrado no início deste ano, e nós tivemos agora, no final de agosto, a conclusão da primeira etapa do projeto, que foi um levantamento minucioso das informações hidrológicas, das informações das condições naturais dos dois rios, e inclui também um trecho que passa ali no canal de Breves. Então, são estudos que olham a saída norte e as capacidades que nós temos de usar os nossos ativos naturais, os nossos grandes rios, como instrumentos para transporte muito mais ecológico, muito mais econômico e de alta capacidade.

Esse levantamento minucioso permitiu identificar a necessidade de investimentos de várias naturezas, necessidades de pontos críticos de navegabilidade do rio que vão exigir condições especiais, às vezes, de aprofundamento da calha, às vezes, de sinalização, e, às vezes, até de coordenação do tráfego para permitir o uso adequado daquele espaço. Tivemos também a oportunidade, nessa fase, de fazer uma interação bastante minuciosa com os usuários que já usam os rios como instrumento para navegação e com outros interessados como os exportadores de carga, transportadores e autoridades locais, para conhecer os pontos sensíveis que esses rios têm e que vão exigir algum tipo de tratamento.

Estamos, nesse momento, tratando esses dados para conseguir montar algumas opções que nós vamos levar para Antac e também para o ministério, para que essas opções sejam a base para montar um contrato a ser feito com o parceiro privado para viabilizar os investimentos, os serviços de manutenção, de dragagem, de sinalização que o projeto pretende fazer.

O nosso cronograma, então, é levar até o final do ano essas opções. Entendemos que essas opções vão ser tratadas em nível de Governo e aguardamos isso. Pelo nosso cronograma, esperamos que a fase pública do projeto, ou seja, uma consulta pública em que serão apresentadas todas as características, as minutas de contrato, as obrigações que serão exigidas do parceiro privado, deve acontecer ainda no primeiro trimestre de 2026.

Com isso, senhores, a gente espera apoiar o Governo Federal e também o desenvolvimento de toda logística do Arco Norte voltada principalmente para exportação.

(Soa a campainha.)

O SR. IAN RAMALHO GUERRIERO - A gente está contribuindo para viabilizar esses investimentos e a navegabilidade permanente desses rios como eixos logísticos que hoje são subaproveitados até por um uso que não é feito de forma organizada.

Então, o BNDES está dedicado a isso, estamos muito orgulhosos do estudo e, como coloquei, em breve teremos novidades para trazer a este e todos os fóruns.

Agradeço o tempo, agradeço a todos. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco/PL - AL) - Agradeço a sua participação, Sr. Eduardo Queiroz. Brilhante colocação, brilhante exposição, você que é Superintendente de Estudos e Projetos Hidroviários da Antaq.

8/14



Reunião de: 24/09/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Agora, antes de passar a palavra para a Sra. Bruna Denise Lemes de Arruda Santoyo, que é Coordenadora-Geral de Política de Navegação Interior do Ministério de Portos e Aeroportos, eu quero que os senhores e as senhoras, infelizmente, possam acompanhar de perto esta mensagem de pesar que eu tenho para colocar neste momento.

É com pesar que lamentamos a notícia do falecimento do Diretor da Secretaria de Relações Internacionais da Presidência do Senado Federal, Embaixador Nilo Barroso Neto, ocorrido ontem em Brasília.

Nascido em Fortaleza, em 30 de março de 1958, ingressou no Instituto Rio Branco em 1982. Serviu na Embaixada do Brasil em Washington, de 1988 a 1991 e de 1995 a 1999; nos Consulados Gerais do Brasil em Houston, de 1991 a 1993; em Washington, de 2009 a 2010; em Miami, de 2016 a 2019; e na Embaixada do Brasil em Nicósia, de 2019 a 2020.

No Brasil, exerceu diversas funções no Ministério das Relações Exteriores, na Câmara dos Deputados e no Senado. Desde 2021, desempenhava a função de Secretário de Relações Internacionais da Presidência do Senado Federal.

Com dez livros publicados, Nilo Barroso conciliou a carreira diplomática com intensa atividade acadêmica e literária. Deixa a viúva Isadora de Castro Sélos e três filhos.

Então, é com imenso pesar que colocamos esta nota de falecimento do nosso querido Embaixador Nilo Barroso.

E, dando continuidade à nossa reunião, a Sra. Bruna aguarde só mais um pouco, porque houve um equívoco aqui na pauta, mas agora a palavra é do Sr. Eduardo Queiroz, Superintendente de Estudos e Projetos Hidroviários da Antaq. O Sr. Eduardo Queiroz tem um tempo de quatro minutos para expor a sua fala.

O SR. EDUARDO QUEIROZ (Para expor.) - O.k. Boa tarde a todos.

Queria agradecer, em nome da Diretoria da Antaq, a oportunidade, Exma. Senadora Dra. Eudócia, Senador Petecão, do querido Acre - Rio Branco, Bujari são cidades queridas para a gente. Também quero agradecer a presença dos representantes dos países do Brics e dos nossos colegas da administração pública.

Vivemos alguns desafios, e um desses desafios que o Brasil vive é o desafio logístico. Coloquei na tela ali algumas imagens para demonstrar a nossa malha hidroviária nacional. Um dos desafios é tentar incrementar a malha economicamente navegada. O Brasil tem aproximadamente 20 mil quilômetros de vias economicamente navegadas - não são hidrovias, são rios naturalmente navegados. Nosso potencial poderia ser de 40 mil quilômetros, segundo o SNV (Sistema Nacional de Viação). Segundo estudos já realizados pela administração pública, esse número poderia chegar a 60 mil. Então, temos uma malha subutilizada. O projeto que o nosso colega do BNDES comentou é o projeto de ampliação dessa malha economicamente navegada.

O próximo eslaide.

Ali, a gente dá uma olhada no diagrama. Tentamos mostrar o Arco Norte, que contempla desde a região de Porto Velho até a região de Ilhéus, formando um arco a partir do paralelo 15. Percebam que boa parte dos nossos rios economicamente navegados está concentrada nessa região, inclusive o Rio Tocantins, o Rio Araguaia e o Rio Tapajós. Então, manter, aprimorar, incrementar a navegação nesses rios é essencial para a economia do país tanto para a modificação da matriz de transporte, quanto para a competitividade nas cadeias globais, seja também para a questão da integração territorial e regional - daí o projeto da BR-210 se encaixa com o projeto de uma forma ampla -, e também para a promoção de sustentabilidade. Estamos falando do modal menos poluidor existente, com maior capacidade de transporte e menor custo logístico.

O próximo eslaide.

Esta é a nossa realidade: não temos hidrovias, temos rios navegáveis. Está ali o Pedral do Lourenço justamente para demonstrar a condição de navegabilidade que temos no Tocantins hoje.

Próximo.

Mas uma hidrovia...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO QUEIROZ - ... demanda investimento, demanda gestão, demanda ações antrópicas para a garantia da navegabilidade.

Próximo eslaide.

Então, o que nós queremos é justamente tornar esses rios navegáveis em trechos utilizados de forma racional, com previsibilidade e segurança na navegação.

Próximo.

9/14



Reunião de: 24/09/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Só um exemplo do potencial que nós temos são os rios navegáveis hoje e a produção de soja do Brasil. Percebam que os rios não penetram a região produtora de soja.

Próximo.

Agora, se incrementarmos a nossa rede, os nossos rios vão chegar à região produtora e minimizar os custos logísticos, inclusive à região do Tocantins e do Araguaia.

Próximo eslaide.

Agora, você pode ir para o eslaide 15.

Eu vou falar rapidinho sobre o Tocantins e o Araguaia. Esse é o projeto que o pessoal do BNDES comentou. Está em curso; já fizemos os levantamentos hidrográficos. A nossa esperança é que, até o final do ano, tenhamos todos os estudos, todos os EVTEAs prontos.

Próximo.

Mais um.

Esse é o Rio Tocantins, o detalhe dele, de Belém até o Município de Peixe, próximo a Gurupi, terra do nosso Governador do Tocantins. São mais ou menos 2 mil quilômetros. E este é o nosso cronograma, que a gente está tentando implementar: finalizar até o final do ano o EVTea; e, ao longo do ano que vem, colocar o certame em curso.

Essas são minhas palavras. Esse é o projeto.

Agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudécia. Bloco/PL - AL) - Parabéns, Sr. Eduardo Queiroz, pela sua exposição, por ter explicado com tanta clareza os rios navegáveis e as hidrovias. Então, muito grata. Você cumpriu o horário, e isso dá celeridade à nossa reunião.

E agora, sim, eu quero parabenizar o Sr. Ian Ramalho Guerriero, Superintendente da Área de Soluções de Infraestrutura do BNDES, que falou anteriormente. Parabéns pela sua brilhante exposição, Sr. Ian.

Agora, eu passo a palavra à Sra. Bruna Denise Lemes de Arruda Santoyo, que, como já falei, é Coordenadora-Geral de Política de Navegação Interior do Ministério de Portos e Aeroportos.

A senhora tem quatro minutos para a exposição.

A SRA. BRUNA DENISE LEMES DE ARRUDA SANTOYO (Para expor.) - Olá. Boa tarde a todos.

Queria agradecer a oportunidade na pessoa dos Senadores e dos Embaixadores aqui.

Eu, como representante do Ministério de Portos e Aeroportos e, especialmente, da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação, comento que o projeto de concessões hidroviárias é o nosso principal projeto. Como o Eduardo comentou, nós temos um potencial previsto em legislação de vias navegáveis de 40 mil quilômetros, mas hoje a gente só consegue ter a navegação comercial em 20 mil quilômetros. Então, o programa de concessões é conseguir parcerias com o setor privado para 5 mil desses quilômetros, para que a gente possa liberar orçamento para que a gente fomenta outras hidrovias.

Hoje nós temos seis projetos em estudo, a grande maioria na Região Norte, como o Eduardo mencionou: Rio Madeira, Rio Tocantins, Tapajós, Hidrovia Verde, que é Manaus-Barra Norte, e temos também Paraguai e Lagoa Mirim. São projetos que vão realmente transformar nossas vias navegáveis em hidrovias. Elas vão ter todo um enfoque na questão de monitoramento de tráfego, com projetos também ambientais. Então, é uma disruptura hoje o que a gente tem no setor para uma melhoria realmente do transporte hidroviário e uma melhoria da questão da nossa matriz logística. E isso vai permitir que a gente possa ter uma visão de fomento em outras hidrovias, como nação. Hoje a gente não consegue fazer investimento em outras hidrovias, justamente porque a gente só tem recursos para fazer a manutenção das economicamente viáveis.

Então o projeto... Como falei, são seis projetos. eles estão em estágios diferentes. Esse do Tocantins e Tapajós está com previsão de concluir os estudos no final do ano. E os trâmites de audiência pública, TCU e edital, para o ano que vem.

Mas temos também outros projetos mais avançados: o do Paraguai, que já teve audiência pública, está em vias de ir para o TCU; o do Madeira, cujo projeto também já está avançado e está para entrar em audiência pública; e o da Lagoa Mirim, que a gente está tendo que rever um pouco a estratégia.

Mas como ministério, as concessões hidroviárias são o principal programa que nós temos. E a gente entende que ele realmente vai melhorar o setor e vai dar uma condição de navegação dos rios muito melhor e um transporte muito mais ambientalmente favorável, considerando todo o nosso cenário hoje de sustentabilidade. Ele pode melhorar tanto a questão da infraestrutura, quanto melhorar todos os nossos índices de sustentabilidade.

10/14



Reunião de: 24/09/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Então vou tentar ser bem breve, mas é este o recado: o ministério realmente está apostando nesse programa, e a gente entende que pode mudar muito o desenvolvimento do setor, além de integrar regiões que hoje não têm muita integração. Se a gente olhar no mapa que o Eduardo apresentou, a Região Norte é onde a gente tem...

(Soa a campainha.)

A SRA. BRUNA DENISE LEMES DE ARRUDA SANTOYO - ... muitos desses rios. E com esse desenvolvimento de projeto, conseguimos integrar mais o nosso país e melhorar a nossa logística.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco/PL - AL) - Parabéns pela sua explanação, Sra. Bruna Denise. E realmente, como é importante nos debruçarmos sobre essa questão da navegação dos nossos rios, uma vez que o Brasil é tão rico na rede hidrográfica. Então vocês estão de parabéns por executarem projetos realmente ambiciosos, projetos que vão bem além do que o orçamento, digamos assim. Mas sempre pensando em avançar, para que venham, no futuro próximo, mais orçamentos, para que esses projetos todos possam sair 100% do papel e se tornarem realidade. Então parabéns para você, Sra. Bruna Denise.

E agora eu passo a palavra ao Sr. Eduardo Wagner da Silva, que é Coordenador de Licenciamento Ambiental de Energia Nuclear, Térmica, Eólica e de Outras Fontes Alternativas no Ibama. E o Sr. Eduardo Wagner tem quatro minutos para sua explanação.

O SR. EDUARDO WAGNER DA SILVA (Para expor.) - Boa tarde. Obrigado pela oportunidade de estar aqui hoje representando a Diretora de Licenciamento Ambiental, a Sra. Claudia Barros. Eu cumprimento os Senadores aqui presentes e os Embaixadores, na pessoa da Senadora aqui na Presidência.

Eu sou de uma área de geração de energia, mas estou aqui como Coordenador-Geral Substituto, para falar um pouquinho da questão dos processos que estão em licenciamento, das hidrovias, que já foram submetidos junto ao Ibama. O Ibama vem trabalhando nesses processos das Hidrovias Lagoa Mirim, essas do Tocantins e do Rio Araguaia.

O Ibama sofre, como é bem de conhecimento, com a falta de recursos, de mão de obra para fazer o licenciamento adequado, porque essa tipologia de infraestrutura é licenciada em uma área em que você tem outras infraestruturas importantes para o país sendo licenciadas também, como, por exemplo, hidrelétricas e as pequenas centrais de geração, mas, no último ano, o Ibama, junto com o Ministério do Meio Ambiente e o MGI, enviamos esforços para se fazer um novo concurso, que foi realizado no início deste ano.

Para a senhora ter uma base da carência que a gente estava para o atendimento, o que muitas vezes impactava no potencial de resposta: em 2015, o Ibama tinha cerca de 450 analistas ambientais exclusivamente para conduzir os processos de licenciamento ambiental, e, antes desse concurso agora, a gente tinha só 230 analistas ambientais, sendo que o número de processos era inferior a mil - todos os processos de infraestrutura com que o Ibama lida - nessa época, em 2015, e hoje beira a 3,8 mil processos. Então, é muita demanda para pouca capacidade de suporte nessa análise.

Mas, hoje, nós estamos recebendo os técnicos - desde semana passada -, mais cem analistas ambientais para trabalhar exclusivamente com o licenciamento ambiental, o que vai incrementar muito a nossa capacidade de resposta, não só para a análise do acompanhamento das hidrovias que já estão em licenciamento junto ao Ibama, como para as futuras que forem protocoladas, os demais trechos, e também para as outras tipologias de infraestrutura que forem aplicadas para o licenciamento ambiental.

Então, nós nos colocamos à disposição para demais esclarecimentos e também para discussões desses projetos tão necessários para o desenvolvimento principalmente da Região Norte do país, junto ao Ibama.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco/PL - AL) - Obrigada pela sua participação nesta reunião, Sr. Eduardo Wagner da Silva.

Só quero colocar para você que realmente é um desafio para vocês do Ibama receberem tantos pedidos de licenciamento, com uma carência de pessoal. Que bom que teve esse concurso, em que vocês conseguiram dobrar o número de analistas - pelo que eu entendi na sua explanação -, só que triplicou o número de licenciamentos. Mas espero que vocês possam, em tempo recorde - vamos dizer assim - atender o nosso país para que a gente possa avançar cada vez mais.

E agora abrimos...

O Sr. Eduardo já falou, e agora nós abrimos a palavra, por no máximo dois minutos, àqueles que queiram se manifestar.

Então, se tiver alguém aqui presente que queira fazer alguma consideração, que queira fazer alguma colocação pertinente, eu quero que se posicione. *(Pausa.)*

11/14



Reunião de: 24/09/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O Embaixador da Etiópia, Sr. - não está dando para ler muito bem daqui... Sr. Leu..., "Leuseberg"... Desculpe-me, mas está um pouco longe.

Enfim, o Embaixador da Etiópia com a palavra.

V. Exa. pode falar. O senhor tem quatro minutos.

Muito obrigada.

O SR. LEULSEGED TADESE ABEBE (Para expor.) -

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco/PL - AL) - Muito obrigada, Sr. Embaixador da Etiópia, pelas suas colocações.

Realmente temos que ser parceiros, avançar nos investimentos e nos termos de cooperação.

Todos ganharemos com isso.

Por isso, é importante que tenhamos essa reunião e mais outras tantas, para que a gente possa avançar cada vez mais.

Muito grata pela sua participação.

Agora eu passo a palavra ao Sr. Rafael Leão. *(Pausa.)*

Eu quero aqui, antes de passar a palavra para o Sr. Rafael Leão, falar sobre o terceiro tema, que são as tarifas internacionais.

Então, nós agora iremos focar nessa questão das tarifas internacionais.

Dando prosseguimento à reunião, gostaria de colocar em debate o tema do impacto das tarifas internacionais na economia brasileira.

E, dessa forma, eu passo agora a palavra ao Sr. Rafael Leão, que é Coordenador-Geral de Projeções Econômicas da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

O Sr. Rafael Leão tem quatro minutos para a sua explanação.

O SR. RAFAEL LEÃO (Para expor.) - Boa tarde, Senadora.

Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Gostaria, primeiro, de agradecer o convite e cumprimentar a mesa, a Senadora Eudócia, na pessoa de quem eu cumprimento também as demais autoridades aqui presentes.

Bem, eu venho aqui para compartilhar, apresentar um estudo que nós elaboramos na Secretaria de Política Econômica a respeito do impacto macroeconômico das tarifas unilateralmente impostas pelos Estados Unidos na economia brasileira.

Esse estudo foi publicado no último Boletim Macroeconômico de setembro deste ano, na data de 11/09, ainda deste mês.

Bem, aqui eu trouxe algumas lâminas, é interessante a gente resgatar um pouquinho do contexto no qual houve essa elevação das tarifas. Em julho deste ano, os Estados Unidos elevaram a tarifa de importação em 40 pontos percentuais adicionais, o que totalizou 50% sobre bens brasileiros. Isso afetou sobretudo minerais não metálicos, metal, máquinas, equipamentos, eletrônicos, móveis, entre outros itens também do nosso agronegócio.

Em 2024, as exportações brasileiras para os Estados Unidos foram por volta de 40,3 bilhões, ou seja, 12% do total exportado pelo Brasil.

A relação comercial brasileira Brasil-Estados Unidos sempre foi uma relação onde os Estados Unidos teve superávit com o Brasil desde 2007, ou menos. O déficit brasileiro sempre foi concentrado em manufaturados de baixa e média complexidade tecnológica, enquanto do lado de extrativos e agropecuários, o Brasil era superavitário nesse aspecto, o que demonstra uma estrutura simétrica da balança comercial brasileira, em que o Brasil exporta mais bens básicos, enquanto os Estados Unidos exportam para nós mais manufaturados de baixa e média complexidade.

Para entender os impactos macroeconômicos, nós realizamos um modelo em parceria com a Agência Francesa de Desenvolvimento, no qual a gente simula justamente esse aumento e traça alguns cenários: um desses cenários é se não houvesse essas tarifas adicionais; o cenário é com as tarifas adicionais; e um terceiro cenário é o cenário onde a gente analisa o Brasil Soberano e os possíveis impactos mitigatórios desse plano.

Bem, comparando o primeiro cenário, que a gente vê aqui entre agosto deste ano e o final do ano que vem, a elevação das tarifas americanas teriam capacidade de reduzir em torno de 0,2 ponto percentual o PIB brasileiro, aumentar o

12/14



Reunião de: 24/09/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

desemprego em torno de 0,1 ponto percentual, diminuindo também as nossas importações líquidas. Por outro lado, o impacto inflacionário é um pouco mais diminuto.

Em termos de emprego, isso significaria uma perda de quase 138 mil postos de trabalho, por conta dessa elevação das tarifas, que estaria mais focado sobre a indústria e menos sobre serviços e agropecuária.

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL LEÃO - Quando a gente olha nesse gráfico aqui, dá para ver que os mais impactado, como eu mencionei, são cimentos, minerais não metálicos, máquinas, equipamentos, produtos de metal e até mesmo a construção civil que, apesar de não ter exportação, sofre dos encadeamentos que acontecem por conta da redução da demanda, assim como muitos serviços também são afetados por essa própria tarifa.

Olhando para o Brasil Soberano, o que a gente vê é que esse plano, só por disponibilizar R\$30 bilhões em empréstimos através das garantias dos fundos garantidores, tem uma capacidade de reduzir pela metade o impacto no PIB brasileiro, e também sobre a perda de postos de trabalho na economia - o que evidencia um potencial bem importante e satisfatório desse plano para mitigar os efeitos.

Então, para concluir, em síntese, a simulação considerou as tarifas adicionais dos Estados Unidos atingindo aproximadamente 40% das exportações brasileiras destinadas aos Estados Unidos, o que dá em torno de US\$16 bilhões, de 2024; tem efeitos significativos setoriais, sobretudo na indústria, e um pouco menores em termos do ponto de vista agregado. E as medidas de mitigação foram bastante importantes, e se mostram capazes de reduzir pela metade esses efeitos preservando cadeias produtivas e evitando a maior deterioração no mercado de trabalho.

Esse estudo também reforça a importância de políticas de diversificação de mercados e mecanismos do setor produtivo para fortalecer o comércio externo brasileiro.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco/PL - AL) - Muito obrigada, Sr. Rafael Leão, pela sua exposição, demonstrando esse impacto que realmente faz com que muitos produtos sejam prejudicados - o livre comércio -, mas estamos aqui justamente para tentar minimizar esses efeitos.

Quero agradecer a sua participação, Sr. Rafael Leão.

Agora, eu passo a palavra ao Sr. Herlon Alves Brandão, Diretor do Departamento de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

O senhor tem quatro minutos, Sr. Herlon Alves, para sua exposição.

O SR. HERLON ALVES BRANDÃO (Para expor.) - Boa tarde, Senadora, boa tarde a todos. Agradeço o convite, em nome da Secretária Tatiana Prazeres, e cumprimento a Senadora, todas as autoridades, representantes dos países e embaixadas aqui presentes e os meus colegas de Governo.

Como bem pontuou meu colega Rafael Leão - foi até uma boa ordem ele apresentar antes de mim, porque eu vou descer a uma questão mais setorial dos impactos das tarifas -, os impactos macroeconômicos realmente não são elevados, mostrou-se aí uma redução de 0,2% do crescimento do PIB, mas os impactos setoriais são importantes.

Eu destaco, primeiro, a questão em relação à tarifa: além do nível elevado, é a complexidade. Hoje, temos cerca de cinco níveis tarifários com os Estados Unidos, variando os valores de tarifas entre eles. Então, com as medidas que foram adotadas, nós temos cerca de 35% das exportações do ano passado afetadas por uma tarifa exclusiva do Brasil, que é a taxa adicional de 40%. Nós temos 23,3% das exportações brasileiras afetadas pelas medidas da chamada Seção 232, que são as tarifas setoriais dos Estados Unidos. Basicamente, são produtos como aço, alumínio automotivo e cobre. E temos 16,7% de exportações sujeitas à tarifa de 10%; e 25% sem tarifa adicional nenhuma - continua o que era antes desses aumentos de tarifa. São produtos como celulose e petróleo que estão nessa categoria de sem tarifa adicional.

E olhando para os setores, os Estados Unidos são 12% da nossa exportação, isso vai representar cerca de 2% do nosso PIB. E, como o colega Rafael Leão há pouco pontuou, na macroeconomia isso é relativamente pequeno. Mas olhando para os produtos em relação a essas tarifas de 40%, quais são os mais afetados? São as tarifas exclusivas para o Brasil, outros parceiros dos Estados Unidos não têm essa mesma taxa que os produtores brasileiros vão enfrentar. Então, temos aqui: café, madeira, carnes, açúcar, produtos químicos orgânicos, preparações de frutas, preparações de produtos hortícolas, frutas industrializadas. Temos também carne industrializada, máquinas e equipamentos, pedras ornamentais - é um dos maiores mercados de pedras ornamentais.

(Soa a campainha.)

13/14



Reunião de: 24/09/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. HERLON ALVES BRANDÃO - Essa distribuição de tarifas faz com que os impactos nos estados também sejam distribuídos de forma heterogênea.

Olhando o total aqui, quais são os estados que mais exportam para os Estados Unidos? São os estados do Sudeste, que são os maiores exportadores brasileiros, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Minas e Espírito Santo, mas nem sempre são os estados que têm a maior participação dos Estados Unidos nas suas exportações.

Eu cito aqui o Ceará, por exemplo, com uma participação de quase 45% na exportação aos Estados Unidos.

Cito aqui o Estado de Alagoas, que não é muito relevante: 8%, sobretudo açúcar. O estado é um grande exportador de açúcar para os Estados Unidos.

Isso é como está distribuída, hoje, a tarifa, quanto ao que já está acontecendo no comércio exterior. Essa tarifa adicional de 10% foi implementada em março. As tarifas de aço e alumínio foram implementadas ao longo do primeiro semestre.

Então, o aço é um produto que subiu a 25% em março e, depois, a 50% de tarifa em junho. É um produto que está caindo drasticamente, um dos maiores mercados para o aço brasileiro, externo - está caindo drasticamente - são os Estados Unidos.

Quanto aos demais produtos, tiveram esse aumento no dia 6 de agosto. O que aconteceu de embarque até 6 de agosto não estava sujeito aos 40%. Após, começaram a pagar.

E já observamos uma queda de 18,5% na exportação para os Estados Unidos nesse mês de agosto. É uma queda que não foi muito sentida no total da exportação brasileira, visto que o total da exportação brasileira cresceu, no mês de agosto, 4%, enquanto a dos Estados Unidos caiu 18,5%, muito influenciado pela Ásia. Tivemos um aumento de 17% nas exportações brasileiras para a Ásia, sobretudo para a China, com um aumento de quase 30% para esse destino, o que ajudou a minimizar esse impacto no total.

Mas é possível que se aprofunde essa queda da exportação para os Estados Unidos, porque, realmente, o nível tarifário torna inviável diversos setores do comércio.

Então, é basicamente isso.

Estou à disposição para dar mais informações, para voltar sempre que for necessário.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco/PL - AL) - Sr. Herlon Alves Brandão, muito grata pela sua explanação e por você ter colocado, de uma forma tão clara, esta questão das tarifas internacionais, especificamente a questão da relação Brasil-Estados Unidos.

Alguns de vocês queriam fazer uso da palavra, mas não será possível por questão regimental. Infelizmente, teremos que ficar para um próximo momento, uma próxima reunião.

Agradeço a participação de cada um dos senhores e de cada uma das senhoras aqui presentes, de todos os Embaixadores.

É motivo de muita honra recebermos vocês aqui no Senado Federal, nesta reunião tão importante, nesta reunião do Grupo Parlamentar de Relacionamento com o Brics.

Então, quero agradecer a todos os senhores e senhoras.

Antes de encerrar esta reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata, que será composta pelo resultado desta reunião, pelas notas taquigráficas e pela lista de presença.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores e que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Cumprida a finalidade, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 15 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 34 minutos.)

14/14



ATA DO CONSELHO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS TERRAS RARAS BRASILEIRAS





Senado Federal
Frente Parlamentar em Defesa das Terras Raras Brasileiras

REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

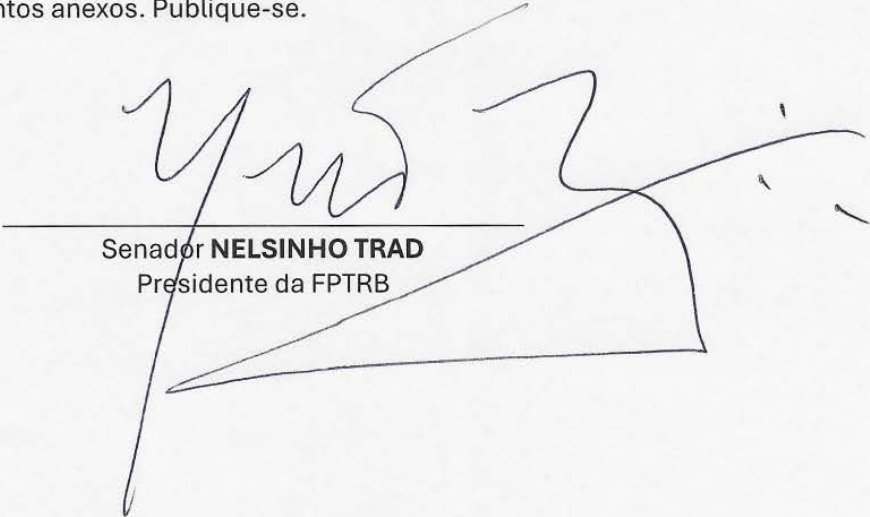
**1º DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, ÀS 15H,
NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Ata Circunstanciada da **Reunião de Instalação 2025 da Frente Parlamentar em Defesa das Terras Raras Brasileiras (FPTRB)**, realizada em 1º de outubro de 2025, quarta-feira, às 15h, no Plenário nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, com o seguinte resultado:

ITEM 1: instalada a frente parlamentar na 57ª legislatura;

ITEM 2: eleito o Senador Nelsinho Trad como Presidente da Frente Parlamentar.

Conforme documentos anexos. Publique-se.



Senador **NELSINHO TRAD**
Presidente da FPTRB





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 1 de outubro de 2025
(quarta-feira)
às 15h

RESULTADO

1ª Reunião

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS TERRAS RARAS
BRASILEIRAS - FPTRB

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

	Instalação da Frente Parlamentar na 57ª Legislatura
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9



Resultado da 1ª Reunião da FPTRB, em 1 de outubro de 2025

2

Instalação da Frente Parlamentar na 57ª Legislatura

Assunto / Finalidade:

Item 1 - Instalar a Frente Parlamentar na 57ª Legislatura;

Item 2 - Eleger o Presidente da Frente Parlamentar.

Resultado: Item 1 - Instalada a Frente Parlamentar na 57ª Legislatura;
Item 2 - Senador Nelsinho Trad eleito Presidente.





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

1ª, Reunião

Frente Parlamentar em Defesa das Terras Raras Brasileiras

Senado Federal		
TITULARES		SUPLENTE
NELSINHO TRAD	PRESENTE	
DAMARES ALVES	PRESENTE	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	
ASTRONAUTA MARCOS PONTES		
TEREZA CRISTINA		
EDUARDO GIRÃO		
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	
FERNANDO FARIAS		
HAMILTON MOURÃO		
IZALCI LUCAS		
JORGE SEIF	PRESENTE	
LUIS CARLOS HEINZE		
ROGÉRIO CARVALHO		
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	
FLÁVIO ARNS		
CHICO RODRIGUES	PRESENTE	

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO
STYVENSON VALENTIM
PROFESSORA DORINHA SEABRA
BACELAR
WILDER MORAIS
AUGUSTA BRITO
ANGELO CORONEL
SÉRGIO PETECÃO
PAULO PAIM



Reunião de: 01/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

01/10/2025 - 1ª - Frente Parlamentar em Defesa das Terras Raras Brasileiras

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS. Fala da Presidência.) - Primeira reunião de 2025 - 1º de outubro de 2025.

Declaro aberta a reunião de instalação da Frente Parlamentar em Defesa das Terras Raras Brasileiras, instituída pela Resolução do Senado Federal 20, de 2025, cuja pauta destina-se a instalar a frente parlamentar na 57ª Legislatura e eleger o seu Presidente.

Até o momento, este Grupo Parlamentar conta com a adesão de 16 Senadores, sendo sete os que registraram presença aqui: Nelsinho Trad, Damares Alves, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Jorge Seif, Mecias de Jesus e Chico Rodrigues.

Aos Parlamentares que desejarem compor a frente informo que a adesão se dá por meio eletrônico, através do envio de termo de adesão pelo sistema Sedol, e a nossa Secretaria está à disposição para orientar qualquer gabinete quanto aos procedimentos necessários para efetuar a adesão.

Havendo número regimental e instalada a frente parlamentar na 57ª Legislatura, passamos ao item subsequente da pauta, qual seja, a eleição do Presidente.

Coloco em deliberação a composição da Comissão Executiva com o seguinte nome: Presidente, Senador Nelsinho Trad, que lhes fala.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro aprovado o Senador Nelsinho Trad, que lhes fala, como Presidente da Frente Parlamentar das Terras Raras.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, aqueles que nos acompanham pela via remota, hoje estamos fazendo a instalação da Frente Parlamentar em Defesa das Terras Raras Brasileiras, tema em que o Senado Federal já tem se debruçado há algum tempo.

Em agosto passado, apresentamos o Projeto de Resolução 31, de 2025, com o apoio de diversos colegas Senadores e Senadoras.

O projeto foi relatado na Comissão de Relações Exteriores pelo Senador Hamilton Mourão, no dia 20 de agosto, e aprovado em Plenário, com a urgência, no mesmo dia.

Toda essa urgência tem um motivo: as terras raras são, em grande medida, a chave para o futuro. A fabricação de produtos e insumos de alta tecnologia, como ímãs, baterias, turbinas eólicas, painéis de energia solar e equipamentos médicos de precisão, requerem cada vez mais esses minerais. Também a fabricação de armamentos modernos, *drones* e carros elétricos os usa da mesma forma.

1/2



Reunião de: 01/10/2025

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

A concorrência pelas terras-raras tem aquecido mercados e acirrado disputas geopolíticas. O Brasil precisa estar preparado para isso, porque tem a segunda maior reserva conhecida de terras-raras, cerca de 21 milhões de toneladas de óxidos de terras-raras, atrás apenas da China, que tem 44 milhões.

A nossa exploração ainda é irrisória, não está à altura do nosso potencial, mas queremos reverter esse quadro dando esse primeiro passo. Para isso, é preciso que tomemos uma série de providências.

Nós precisamos, em primeiro lugar, investir em pesquisa e desenvolvimento, com vistas a expandir nosso domínio sobre a cadeia produtiva das terras-raras. Nós precisamos estabelecer incentivos à inovação, à cadeia de valor e, com isso, planejar concessões e outros mecanismos regulatórios que melhorem a competitividade, mas com segurança jurídica que os grandes investimentos requerem. Nós precisamos abordar os desafios à sustentabilidade, buscando formas de exploração e beneficiamento que minimizem os efeitos da atividade mineradora sobre o meio ambiente. Nós precisamos de um arcabouço de governança capaz de ouvir e coordenar a Agência Nacional de Mineração, o Ibama, a CGU, o TCU e outras entidades responsáveis pelo licenciamento ambiental, pelo *compliance* e pelo combate às irregularidades. Finalmente, nós precisamos debater medidas necessárias para reduzir a dependência internacional desses insumos estratégicos, estabelecer, assim, parcerias, diversificar fornecedores e prospectar mercados.

A agenda desses debates iniciais, portanto, além de pertinente, é essencial.

Vamos organizar a Casa para que possamos ter nas terras-raras não só uma oportunidade de desenvolvimento, mas também uma fonte de segurança e um suporte na soberania nacional. A elaboração de uma política pública, o Plano Nacional de Terras Raras, está agendada no Legislativo Federal. Nós vamos nos preparar para dar o melhor de nós na contribuição à altura dessa importante temática.

Para finalizar, agradeço, mais uma vez, o apoio que recebemos de todos os colegas Senadores e Senadoras que se interessaram por esta Frente Parlamentar em Defesa das Terras Raras Brasileiras, bem como a presença daqueles especialistas que nos acompanham e nos incentivaram a fazer desse tema um tema prioritário. Mais uma vez, agradeço a presença a todos.

Antes de encerrar esta reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata, que será composta pelas notas taquigráficas e pelo resultado da reunião, bem como pela lista de presença ora no painel.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nós temos aqui um cronograma proposto de debates, que nós vamos compartilhar com todos os componentes da frente e, posteriormente, será divulgado pelas nossas redes sociais para o conhecimento de todos.

Cumprida a finalidade, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 28 minutos.)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PDT - Ana Paula Lobato** (S)

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Acre

PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Rio Grande do Norte

PSDB - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
MDB - Pedro Chaves* (S)
PL - Wilder Morais**

Alagoas

PL - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Fernando Farias** (S)

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - José Lacerda* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 25
MDB-12 / UNIÃO-6 / PODEMOS-4 / PSDB-3

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayne Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Pedro Chaves.	MDB / GO
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PSDB / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 17
PSD-13 / PSB-4

Angelo Coronel.	PSD / BA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
José Lacerda.	PSD / MT
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 16
PL-15 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Dra. Eudócia.	PL / AL
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES

Marcio Bittar.	PL / AC
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Moraes.	PL / GO

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 12
PT-9 / PDT-3

Ana Paula Lobato.	PDT / MA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Aliança - 11
PP-7 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Democracia.	25
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	17
Bloco Parlamentar Vanguarda.	16
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	12
Bloco Parlamentar Aliança.	11
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Pedro Chaves* (MDB-GO)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Romário** (PL-RJ)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	José Lacerda* (PSD-MT)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Dra. Eudócia* (PL-AL)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PSDB-RN)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Magno Malta** (PL-ES)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcio Bittar* (PL-AC)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 25 Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,10,42,43,49,63,75) Líder do MDB - 12 Eduardo Braga (59) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84) Confúcio Moura (15,85) Giordano (86) Líder do UNIÃO - 6 Efraim Filho (4,10,42,43,49,63,75) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102) Jayme Campos (93) Líder do PODEMOS - 4 Carlos Viana (57) Vice-Líder do PODEMOS Marcos do Val (30) Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,61) Vice-Líder do PSDB Styvenson Valentim (29,83)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 17 Líder Eliziane Gama - PSD (11,45,54) Líder do PSD - 13 Omar Aziz (13,53) Vice-Líder do PSD Angelo Coronel (67) Líder do PSB - 4 Cid Gomes (73) Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)	Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 16 Líder Wellington Fagundes - PL (24,37,69) Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77) Líder do PL - 15 Carlos Portinho (68) Vice-Líderes do PL Izalci Lucas (81,88,91,101) Jorge Seif (80,89) Jaime Bagattoli (82,90) Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,38)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 12 Líder Weverton - PDT (20,62,72) Líder do PT - 9 Rogério Carvalho (60,96,97) Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100) Vice-Líderes do PT Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100) Teresa Leitão (35,64,99) Líder do PDT - 3 Weverton (20,62,72)	Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 11 Líder Dr. Hiran - PP (71) Líder do PP - 7 Tereza Cristina (7) Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87) Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (6,58)	Maioria Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (76)
Minoria Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)	Bancada Feminina Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102)	Governo Líder Jaques Wagner - PT (2) Líder em exercício Rogério Carvalho - PT (60,96,97) Vice-Líderes Otto Alencar (3,46,51,52) Confúcio Moura (15,85) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,74) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,62,72) Zenaide Maia (21) Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100) Leila Barros (79)
Oposição Líder		



Rogério Marinho - PL (50,70) Vice-Líder Marcos Rogério (44,94)		
---	--	--

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogério Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLI/GLREPUBL).
59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais vice-líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO
DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾

Leitura: 22/04/2025

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

Notas:

- 1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).
- 2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: gtmty@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INTERLOCUÇÃO
SOBRE AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS COM OS EUA

Finalidade: Manter, no prazo de 60 dias, interlocução "in loco" com parlamentares norte-americanos em Washington, DC, sobre as relações econômicas bilaterais.

Requerimento nº 556, de 2025

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽³⁾

Instalação: 07/08/2025

Prazo final: 06/10/2025

Prazo prorrogado: 06/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	3. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾	4. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾

Notas:

- 1. Em 17.07.2025, a Presidência designa o Senador Nelsinho Trad Presidente desta comissão.
- 2. Em 17.07.2025, a Presidência designa os Senadores Nelsinho Trad, Tereza Cristina, Jaques Wagner e Fernando Farias membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Rogério Carvalho e Carlos Viana, membros suplentes, para compor a comissão.
- 3. Em 07.08.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada Relatora desta comissão (Of. nº 3/2025-CTEUA).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo | Adjunto: Victor Ramon Gonçalves Ferreira

Telefone(s): 3303-3517



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O
PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)

Finalidade: destinada a analisar o Projeto de Lei nº 4, de 2025, que "dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata".
ATS nº 19, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes
PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB)
RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

Instalação: 24/09/2025
Apresentação de Emendas - prazo final: 22/10/2025
Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2025
Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2025
Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2025
Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 03/03/2026
Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 30/04/2026
Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 29/05/2026
Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 29/06/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (1)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (1)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1)
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (1)	4. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (1)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)	5. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (1)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (1)	6. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (1)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1)	7. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	8. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)
Senador Weverton (PDT-MA) (1)	9. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (1)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (1)	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (1)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)	11. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1)

Notas:
1. Em 23.09.2025, a Presidência designa os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº19/2025).
Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Adjuntos: Henrique Evangelista e Keny Martins
Telefone(s): 6133033490
E-mail: ctcivil@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2)CPI DO CRIME ORGANIZADO

Finalidade: apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

Requerimento 470, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 17/06/2025



3)CPI DA ADULTIZAÇÃO

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(1,10)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(7,10)	7. Senador Giordano (MDB-SP) ^(7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,14)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(9,15,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(5,11)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,12)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB).



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Moraes e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
6. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLID/BLALIAN).
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG).
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA).
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,11)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,20,21,22)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾

- Notas:**
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
 - Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
 - Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
 - Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA).
 - Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM).
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM).
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM).
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLD/BLALIAN).
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG).
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM).
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG).
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG).
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1.

- Notas:**
- 1. Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
 - 2. Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
 - 3. Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS
RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

Finalidade: Debater, apreciar e elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

(Requerimento 54, de 2025 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 27/08/2025

Prazo final: 05/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁵⁾	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

- Notas:**
- 1. Em 21.08.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
 - 2. Em 21.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
 - 3. Em 21.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
 - 4. Em 27.08.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Dra. Eudócia e o Senador Dr. Hiran, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
 - 5. Em 01.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 245/2025-SACAS).
 - 6. Em 15.09.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 295/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,12)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,12)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,12)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,12,19,20)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,12)	4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,12)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,12)	5. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,12)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,12)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(10,12)	8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(10,12)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(11,12)	9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ^(4,30,32)	3. Senador Irajá (PSD-TO) ^(4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	5. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ^(4,27)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(4,31,33,34,36)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ^(4,35,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,22)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁵⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾	4. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(6,28,29)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,11)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(6,11)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/oriadsf>



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3ª titular e 3ª suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLI/BLALIAN e 004/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA).
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA).
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLDEMO).
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG).
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG).
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLDEMO).
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLDEMO).
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA).
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG).
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA).
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA).
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLI/BLALIAN).
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLI/BLALIAN).
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA).
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA).
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA).
33. Em 22.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2025-GSEGAMA).
34. Em 23.09.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA).
35. Em 23.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA).
36. Em 29.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2025-GSEGAMA).



Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,8,10)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,10,11,14)	4. VAGO ^(3,10)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,16)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,13)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	2. VAGO ^(6,18)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,15,18)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹²⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE).
8. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB).
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLIID/BLALIAN).
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG).
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM).
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE).
18. Em 1º.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-BLPBRA).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ⁽¹⁰⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,12)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(8,10)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(9,10)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,17)	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2.
	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁶⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

- Notas:**
- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
 - Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
 - Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
 - Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
 - Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
 - Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
 - Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG).
 - Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM).
 - Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG).
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO).
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)
Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,10)
VAGO ^(3,10,12)	4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6. VAGO ^(9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹³⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,24)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	3.
VAGO ^(20,22)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ^(6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,17)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,17)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).

8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

10. Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).

11. Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN).



12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO).
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI

Finalidade: acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

(Requerimento 87, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater, no prazo de 180 dias, a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 2, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾

Instalação: 21/05/2025

Prazo final: 17/11/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	5. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 05.05.2025, os Senadores Damares Alves, Flávio Arns, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito, Jaime Bagattoli, Jussara Lima, Laércio Oliveira e Professora Dorinha Seabra membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 116/2025-CDH).
2. Em 21.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 153/2025-CDH).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh.haia@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	4.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecção, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).

8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

10. Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).



11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG).
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Sérgio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sérgio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,11)	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,11)	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,11)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,11)	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ^(4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	4. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,19)
VAGO ^(4,20)	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,13)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio, Wellington Fagundes e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLIID/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).



9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLI/BLALIAN).
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN).
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM).
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA).
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA).
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
20. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Seif (PL-SC) (3)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,9,11,12)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (4,9)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (4,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (9)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (5)	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (5)
VAGO (5,17)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (5)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (15)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (5)	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (5)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) (2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2,14)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)
Senador Beto Faro (PT-PA) (6)	2. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6)
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (7)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (7)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (7)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (7)

- Notas:**
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
 - Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR).
 - Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
 - Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
 - Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
 - Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG).
 - Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM).
 - Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLEMO).



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG).
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLREDEM).
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLREDEM).
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO).
17. Vago em 1º.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,11,12)
VAGO ^(1,11,12,18)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11,12)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(8,11,12)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,22)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,20)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,14,21)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA).

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB).

10. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB).

11. Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).

12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).



13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).
22. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS
POR PARTE DO IBAMA

Finalidade: Acompanhar, avaliar e fiscalizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, todas as ações referentes aos embargos de terras por parte do Ibama.

(Requerimento 24, de 2025 - CRATERRAS)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽²⁾

Instalação: 11/06/2025

Prazo final: 08/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 26.05.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Alan Rick e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e o Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho, membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 80/2025-PRESIDÊNCIA/CRA).
2. Em 11.06.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Jaime Bagattoli e Hamilton Mourão, Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRATERRAS).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,10,11,15)	3. VAGO ^(2,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,10)	4. ⁽¹⁰⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)	5. VAGO ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽³⁾	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(3,16)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(4,13)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(4,13)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

2. Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT).

7. Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB).

8. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).

11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).

12. Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM).

13. Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLI/BLALIAN).

14. Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.



15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO).

16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (3)	1.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

Notas:
1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes
Telefone(s): 3303-3491
E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(9,11)
Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹¹⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11,12)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,22)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,20)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁶⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,17)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,17)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(5,17)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁶⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁶⁾

- Notas:**
1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heize e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA).
8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM).



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA).
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA).
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA).
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2025-GLPDT).
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG).
22. Vago em 1º.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS
PARA REALIZAÇÃO DA COP 30

Finalidade: acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

(Requerimento 61, de 2025 - CMA)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾

Instalação: 07/05/2025

Prazo final: 13/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽¹⁾	1.
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽¹⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽¹⁾	3.
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾	4.
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	5.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	6.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	7.

Notas:

1. Em 28.04.2025, os Senadores Leila Barros, Beto Faro, Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, para compor a subcomissão (Of. nº 16/2025-CMA).
2. Em 05.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 19/2025-CMA).
3. Em 06.05.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 20/2025-CMA).
4. Em 07.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros como Presidente e a Senadora Augusta Brito como Vice-Presidente. Designado o Senador Beto Faro como Relator (Of. 1/2025-CMACOP30).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,26)	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,20)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,23,25)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16,21,22)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(2,18,19)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ^(12,24)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).



12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG).
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT).
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG).
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG).
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG).
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA).
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG).
26. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	2.
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,9)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

9. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa
Telefone(s): 6133032230
E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(1,9,15)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹²⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾	1.

- Notas:**
- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
 - Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
 - Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
 - Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
 - Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
 - Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO).
 - Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).
 - Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of.nº 008/2025-BLDEM).
 - Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
 - Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of.nº 33/2025-GLPDT).
 - Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG).
 - Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG).
 - Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLEMO).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos
Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -
Telefone(s): 3303-2540
E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA
Atualização: 30/03/2023	



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



19) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



20) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)



21) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS	
Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal	José Edmar de Queiroz
Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação	João Paulo Mendes de Lima
Comitê Técnico Independente - Representante da Unesco	Rebeca Otero Gomes
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho	Rosalina Maria Soares
Comitê Técnico Independente - Representantes das Entidades Educacionais do Terceiro Setor	Bárbara Panseri - Fundação Lemann
	Débora de Freitas Viégas - Associação Bem Comum
	Márcia Ferri - Instituto Natura



29) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



31) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



32) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)



33) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

